



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – MESTRADO EM LETRAS
Campus I – Prédio B3, sala 106 – Bairro São José – Cep. 99001-970 - Passo Fundo/RS
Fone (54) 3316-8341 – Fax (54) 3316-8330 – E-mail: mestradoletras@upf.br

Dinara de Ávila Foresti

A representação das relações de poder na obra
Um pobre homem, de Dyonelio Machado

Passo Fundo

2008

Dinara de Ávila Foresti

A representação das relações de poder na obra
Um pobre homem, de Dyonelio Machado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Letras, tendo como orientadora a Prof^a Dr. Márcia Helena Saldanha Barbosa.

Passo Fundo

2008

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, pela inteligência, pelas pessoas que pôs no meu caminho e que me ajudaram a concluir mais esta etapa.

À professora Dr. Eni de Paiva Celidônio, orientadora da especialização e primeira incentivadora para que esse momento se concretizasse.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da UPF que muito contribuíram com seu conhecimento admirável.

À professora Dr. Márcia Helena Saldanha Barbosa, que com muita propriedade aliou conhecimento e compreensão ao longo da orientação deste trabalho.

Em especial, aos pais, filhas, esposo, familiares em geral que souberam entender as ausências, a ansiedade e angústia, sempre proferindo a palavra certa de incentivo e calma, bem como o sorriso e o silêncio. Sem vocês, essa caminhada não teria sido concluída.

RESUMO

O objeto deste estudo é a coletânea de contos *Um pobre homem* (1927), de autoria do escritor Dyonelio Machado, que tem nessa obra sua primeira publicação no âmbito da ficção. O objetivo do trabalho proposto é analisar as relações de poder presentes nas narrativas que integram a referida obra, verificando o tratamento concedido pelo escritor a essa temática. Servem de fundamento teórico para a análise realizada as teses de Max Weber e de Michel Foucault sobre o poder. Os resultados obtidos revelam que as diversas e distintas relações de poder representadas ficcionalmente pelo autor apontam, já nessa primeira obra ficcional, para o estilo e para as temáticas que o escritor irá desenvolver ao longo de sua vasta carreira literária.

Palavras-chave: relações de poder, literatura intimista, análise de contos.

ABSTRACT

The object of the present study is the short stories collection named *A Poor Man (Um Homem Pobre)* (1927), written by Dyonelio Machado, which is his first fictional publication. The aim of the research is to analyze the power relations presented in those stories, in order to verify how the writer's treated the theme. Max Weber's and Michael Foucault's thesis on power are used as theoretical corpus for the analysis. The results achieved reveal that the several and distinct descriptions of power represented in fiction by the author, even in this first publication of his, indicate the set of themes that he will develop throughout his huge literary career.

Key words: power relationships; intimacy literature; romance analysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 O PODER.....	13
1.1 O poder na perspectiva do dicionário.....	13
1.2 O poder sob o olhar de Max Weber	15
1.3 Michel Foucault e as relações de poder.....	24
2 VIDA/MORTE E AS COMPLEXIDADES HUMANAS	50
2.1 “O velho Sanches”	50
2.2 “Melancolia”	59
2.3 “Ele estava triste”	70
2.4 “História de um intendente”	73
2.5 “Execução”	80
2.6 “Nitucha”	84
2.7 “Ronda das gotas”	89
3 O DESAJUSTE DO HOMEM MODERNO FRENTE AO PROGRESSO, AO CAPITALISMO E AO DESEJO DE PODER.....	94
3.1 “O Sr. Ferreira”	94
3.2 “A chaga”	97
3.3 “Um caso de bonecas”.....	100
3.4 “Velha história”	105
3.5 “Reunião em família”.....	107
3.6 “Crônica mundana”	111

3.7 “Noite no acampamento”	114
3.8 “Um ‘sarrilho’ e certa imagem feliz”	118
3.9 “Caso singular”	122
3.10 “Um pobre homem”	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	136

INTRODUÇÃO

Com temática do cotidiano e linguagem acessível, Dyonelio Machado apresenta, em seu primeiro livro de ficção - *Um pobre homem*, publicado em 1927 -, uma coletânea de contos que mostra o dia-a-dia do homem do século XX em diferentes ambientes e circunstâncias. A reflexão proposta pelo escritor de Quaraí possivelmente desperte no leitor proficiente, certa inquietude. Apesar da brevidade das narrativas que compõem a obra, o autor, ao fazer uso de ironia, toca fundo em fraquezas humanas, tais como desvios de conduta e apego a bens materiais, o que desencadeia uma reflexão de ordem social e existencial.

Se Dyonelio Machado é reconhecido como um dos precursores do romance urbano na literatura gaúcha, pelo livro *Os ratos*, que dividiu com *Música ao longe*, de Erico Verissimo, o “Prêmio Machado de Assis” em 1935; já em 1927, com a coletânea de contos *Um pobre homem*, o escritor mostra-se inovador ao dar início à literatura de cunho intimista no Rio Grande do Sul.

De acordo com o estudo feito por Regina Zilberman sobre o panorama histórico da literatura sul-rio-grandense, um grupo de romancistas gaúchos da década de 1930, motivados pelas fortes mudanças de ordem econômica e social que ocorrem no país, muda o foco da literatura produzida no estado. Essa, que antes era regionalista, tanto no aspecto geográfico – o espaço era o meio rural – como na temática – ressaltava e exaltava os feitos do gaúcho em seu meio –, passa a retratar não apenas a Porto Alegre urbana de sua época como também os dilemas existenciais vivenciados por aqueles que ali vivem. (ZILBERMAN, 1992, p. 93-94)

Integram o grupo de vanguardistas gaúchos nomeados por Zilberman, além de Dyonelio Machado e Erico Verissimo, De Souza Júnior e Reynaldo Moura. Todavia, a historiadora salienta que o reconhecimento e valorização literária de Machado e Verissimo não se efetivaram no mesmo período, nem com a mesma intensidade. É sabido, pois, que

Dyonelio Machado experimenta emoções diferentes provocadas pela repercussão da crítica literária para com sua obra. Seu primeiro livro, *Um pobre homem*, editado em 1927, é envolvido pelo silêncio por parte da crítica literária. Já em 1935, Dyonelio Machado passa a despertar nos críticos certo interesse devido à premiação de *Os ratos*. Porém, um longo período em que atravessa problemas de cunho político repercute na recepção de seu trabalho ficcional pela imprensa da época e impede que o autor continue publicando suas obras. A ficção dyoneliana somente volta a ser valorizada pela crítica no final da vida do escritor, fase em que ele já se encontra desvinculado das siglas partidárias.

As possíveis causas dessa dificuldade em editar seus livros e o silêncio por parte da crítica literária provêm do fato de Dyonelio Machado assumir seus posicionamentos políticos e cultivar seu estilo literário na contramão da ideologia vigente em sua época. Tanto o cidadão como o escritor Dyonelio Machado desviam-se da ideologia reinante ao questionar e contrariar o senso comum. Enquanto cidadão, Dyonelio Machado torna-se socialista e defende publicamente seu ideário junto aos demais partidários da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935 e aos integrantes do Partido Comunista do Brasil (PCB), pelo qual se torna deputado em 1947. Já como ficcionista, o escritor sulino é um vanguardista, ainda em seu primeiro livro, pois na coletânea de contos *Um pobre homem*, trabalha temas que estão, de modo geral, vinculados ao dia-a-dia da Porto Alegre urbana. Entretanto, ainda não é essa a sua maior contribuição para a literatura sul-rio-grandense e brasileira, e sim a temática trabalhada em seus contos, não raro voltada para o interior das personagens. Pode-se, assim, considerar Dyonelio Machado como o precursor da prosa intimista, que tem continuidade com grandes nomes da literatura nacional, como Guimarães Rosa e Clarice Lispector.

Conforme Regina Zilberman, Dyonelio Machado é vanguardista pelo fato de trabalhar por outro viés, o intimismo do romance de cunho psicológico, que, assim como o romance histórico, passa a ser uma característica marcante na prosa literária que o sucede. Dyonelio Machado associa a denúncia dos desajustes sociais de sua época a reflexões existenciais. Assim, ele não somente altera a tradição literária regionalista de seu tempo como também adota uma postura universalista, ao trabalhar os meandros da consciência humana em sua batalha diária pela sobrevivência. Nessas circunstâncias, muitas vezes as personagens dyonelianas optam pela fuga da realidade material para outro plano, o plano da ordem espiritual ou surreal:

A temática regionalista, no Rio Grande do Sul, deixou de ser hegemônica na década de 30, quando a literatura se voltou à denúncia dos desajustes sociais no campo e na cidade. Não houve esgotamento daquela vertente, e sim alteração de interesse [...]. O

aparecimento de assuntos originais e a mudança de foco sugerem a permanente renovação da ficção localista.

A retração do Regionalismo relaciona-se igualmente ao encorpamento da ficção de motivos urbanos. Produzida por Erico Verissimo, Dyonelio Machado, Reynaldo Moura, Athos Damasceno Ferreira, Telmo Vergara, desde a década de 30, vivenciou depois dos anos 70 o alargamento de seu espectro, incluindo temas inéditos, como a exposição e crítica ao processo de modernização da sociedade, técnicas renovadoras, como o monólogo interior, e personagens até então desconhecidas, como mulheres que protagonizam o drama de sua liberação.

Nem os assuntos, nem as estratégias narrativa ou os atores citados são exclusivos da chamada ficção urbana. Esta, contudo, introduziu-os na literatura, e com tal competência, que se converteram em marcas transferidas à ficção em geral, retornando em relatos de ambiência rural, em romances de fundo histórico, enfim, em gêneros da prosa que, no princípio, não as traziam. A focalização em primeira ou terceira pessoa, dos males que assolam a interioridade de um sujeito, que gerou as linhas de tendência intimista, é provavelmente a marca mais forte ou, pelo menos, a que mais se difundiu. (ZILBERMAN, 1992, p. 131-132)

Na mesma direção de Zilberman, a pesquisadora e organizadora do acervo literário do escritor, Maria Zenilda Grawunder, afirma que os escritos de Dyonelio Machado estão pautados na dicotomia eu/mundo, plano psicológico/plano sociológico. Para Grawunder, na prosa dyoneliana, “[...] a enunciação, ato de princípio, com função modelizadora única, se opõe ao enunciado, passível de diferentes leituras, ao mesmo tempo que carrega consigo a oposição maior: sujeito versus objeto, eu/mundo” (1997, p. 109). A ensaísta ressalta que o conteúdo e a linguagem utilizados pelo escritor estão a serviço de seu discurso metafórico, discurso esse que retrata o mundo interior do autor em contraposição ao mundo exterior e real em que vive. Essa relação conturbada entre o escritor e o meio em que vive vai desencadear grandes conflitos em suas personagens. Tais conflitos são superados em virtude da força interior das personagens ou da capacidade que possuem de mudá-los ou reelaborá-los, podendo-se chegar ao ponto de experimentarem o fantástico como uma alternativa para a resolução do real (1997, p. 109-110). Conforme Grawunder:

A eficiência da literatura concebida por Dyonelio repousa na construção paradigmática seguida nos textos, em que é sempre a palavra do social que desequilibra a relação eu/mundo, produzindo um efeito deliberado ou involuntário sobre a ação dos protagonistas e, para a recuperação desse equilíbrio, o indivíduo se refugia no monólogo interior, no sonho, na reminiscência, onde vai elaborar a situação ou buscar a reconstrução de razões. Conseqüentemente, é sobre a percepção dessas oposições que vão ocorrer o texto e o posicionamento do leitor. (1997, p. 110)

A primeira obra de ficção publicada pelo escritor, que se constitui no objeto de estudo deste trabalho, adquire relevância por anunciar toda a temática romanesca a ser desenvolvida por Dyonelio Machado ao longo de sua vasta produção literária. Apesar de Machado ter uma trajetória de vida bastante marcada por manter-se fiel aos seus princípios num período que ao

ser humano não é permitido o descompasso com o modelo vigente, é ainda moço, aos 32 anos de idade, que o escritor delinea todo o seu estilo literário em *Um pobre homem*.

As experiências de dor e revolta vivenciadas pelo escritor em consequência da perseguição política que sofre, sem dúvida enriquecem sua ficção, ao se tornarem matéria-prima para seus escritos. Contudo, no período que antecede esses fatos, o escritor já se mostra voltado ao interior do ser humano, no que diz respeito a suas divergências com o mundo exterior. Antônio Hohlfeldt, em *Dyonelio Machado* (1987), afirma que, mesmo que parte da obra dyoneliana possa ser entendida a partir de suas experiências de vida, sua “[...] teoria já se achava perfeitamente desenvolvida e sedimentada em seu pensamento, [...] sendo perceptível inclusive já em alguns contos de *Um pobre homem*”. (p. 23)

Regina Zilberman também destaca a importância da coletânea de contos que antecede a obra romanesca de Dyonelio Machado, ao sugerir que em tal livro já está presente, e de forma precursora, não somente o estilo dyoneliano, mas a tendência da introspecção que vai predominar mais tarde. Zilberman cita o primeiro romance psicológico, datado de 1935, de autoria de Reynaldo Moura - *A ronda dos anjos sensuais*; classifica *Um rosto noturno* (1946) e *Romance no Rio Grande* (1948), também de Reynaldo Moura, como romances de influência freudianas, mas é em 1927, com *Um pobre homem*, que Zilberman entende ter-se constatado “o impacto da psicanálise”. (1992, p. 138-139)

Mais uma vez, é conferido a *Um pobre homem* o status de pioneiro. Pioneiro, para Hohlfeldt, no que diz respeito ao estilo do autor: “Nos dezessete textos aí reunidos, temos todas as antecipações possíveis e imagináveis para a futura obra do escritor” (1987, p. 23). No olhar de Zilberman, a escrita dyoneliana é pioneira em sua característica maior, o intimismo associado à crítica social e a temáticas inovadoras como a emancipação feminina:

Produto das experiências romanescas do século XX, que suplantaram os modelos ainda aproximados a narrativas de natureza épica, como a novela de aventura, a ficção histórica, peculiares à estética romântica, o relato de tendência introspectiva passou a representar o que de mais avançado a prosa poderia almejar. Contaminou os gêneros narrativos e tornou-se o melhor exemplo da arte de vanguarda. Comparece em peso entre os escritores do Rio Grande do Sul atuantes nos anos 70 e 80, cuja obra se examina conforme o ângulo mais saliente, seja ele representação da existência nos centros urbanos, a exposição do mundo interior das personagens ou a associação ao problema da emancipação feminina. (ZILBERMAN, 1992, p. 133)

Nesse contexto, a proposta de análise aqui apresentada tem como objetivo examinar os contos que integram a coletânea *Um pobre homem* e perceber como são representadas nessa obra as relações de poder. Através da consecução deste trabalho, pretende-se abrir maior

espaço para a obra *Um pobre homem*, até aqui não analisada na íntegra pela crítica literária. Para tanto, o estudo está dividido em três capítulos.

O capítulo inicial apresenta as diferentes concepções de poder enunciadas por Raymond Boudon e François Bourricaud, Max Weber e Michel Foucault. O segundo capítulo realiza a análise de sete contos da obra em estudo, os quais têm em comum a presença de temáticas introspectivas, voltadas para questões existenciais e para as relações de poder. Por fim, o terceiro e último capítulo aborda os outros dez contos constantes na primeira edição de *Um pobre homem*. Todos esses contos, com grande ênfase ao social, apresentam uma crítica às relações de poder da sociedade vigente, que geram a degradação do ser humano nos mais diferentes espaços sociais. Procura-se, ainda, conjugar essa análise a alguns aspectos da obra *Memórias de um pobre homem*, a fim de dimensionar mais precisamente as relações tecidas entre a obra literária em estudo – introdução daquilo que o autor, precursor da literatura intimista, desenvolve ao longo de sua carreira literária – e a concepção de mundo do cidadão Dyonelio Machado.

1 O PODER

1.1 O poder na perspectiva do dicionário

As relações de poder presentes na sociedade atual fazem parte da história da humanidade; conviveu-se e convive-se com diferentes ações impregnadas de poder, bem como amplos são os estudos sobre as relações de poder, suas causas e conseqüências. Em *O dicionário crítico de sociologia* (1993, p. 433), Raymond Boudon e François Bourricaud estabelecem que para existir o uso do poder é necessário que haja “alocação de recursos” e que esses sejam geridos com “capacidade”. Os recursos para o exercício do poder nem sempre são de fácil acesso ao estrategista; muitas vezes, são disponibilizados via negociações ou concessões, o que exige habilidade do estrategista em avaliar os recursos que dispõe e as estratégias de que pretende lançar mão para então decidir o que melhor lhe convém: o uso da força ou do poder. O poder, nesse caso, deve ser entendido como o emprego estratégico dos recursos que se dispõe; prática que, aceita pelo grupo social envolvido, é tida como legítima.

Para Boudon e Bourricaud “O recurso antitético da força é a legitimidade” e, “para sair da oposição muito simples entre situações de pura coerção e situações de legitimidade, pode-se procurar combinar uma análise dos recursos com uma análise das estratégias” (1993, p. 435). Boudon e Bourricaud (1993, p. 433) dividem em dois grandes grupos as relações de poder: relações de “interação” e de “agregação”. De acordo com os estudiosos, na primeira situação o que está em jogo é a capacidade do detentor dos recursos em empregá-los com eficácia sobre seu alvo; na segunda situação o que estão em evidência são as estratégias empregadas para a ampliação dos recursos existentes ou redistribuição desses. De modo bastante amplo, para Raymond Boudon e François Bourricaud, o poder é:

Em termos bem genéricos, podemos dizer agora que o poder é um processo intencional que afeta pelo menos dois atores e que, por uma redistribuição dos recursos obtida por estratégias diversas, afeta o nível relativo de capacidade de um e outro de modo compatível com a fórmula de legitimidade em uso. O poder é uma relação social geral, mas é evidente que é em relação a uma situação e não em termos absolutos que recursos e estratégias podem ser apreciados. (1993, p. 435-436)

Conforme Boudon e Bourricaud (1993, p. 436-437), enquanto relação de poder social, o poder pode ser percebido sob três grandes aspectos: forma associativa, hierárquica ou competitiva, sempre havendo controle e coordenação. De acordo com os filósofos em estudo, no primeiro caso, o controle é do processo cooperativo e da divisão dos benefícios e as instruções são negociadas; no segundo caso, o poder se exerce sob forma de comando e, no terceiro e último tipo de coordenação, o exercício do poder assume um caráter de disputa ou confronto, em que é necessário ganhar, não importando os meios utilizados para que isso ocorra. Para Boudon e Bourricaud, “quaisquer que sejam as modalidades do poder, seu exercício está sujeito a algumas condições que têm por efeito limitar o campo de ação dos que dele dispõem”. (1993, p. 437)

Então, segundo Boudon e Bourricaud (1993, p. 437), quando, no exercício do poder, se lança mão de recursos e estratégias que justifiquem o bem comum ou a vontade geral, entende-se como legítima a ação desencadeada. Assim, o dominador, sob o respaldo da legitimidade, deixa de ser visto como abusivo ou como alguém que age por interesses próprios, para ser encarado como o defensor dos que sofrem ou o que atua em nome da maioria. Dessa forma, de acordo com Boudon e Bourricaud (1993, p. 438), “o poder pode ser tratado como um fato social”, pois, além de não necessitar unicamente da força física para ser exercido; atua baseado em expectativas e estratégias; lança mão de objetivos aceitos pela coletividade e, portanto, legitimados por ela; age de forma mais ou menos clara, seguindo normas já tidas como legais.

Todavia, se a obtenção dos recursos é complexa, igualmente complexa é a divisão desses, pois nesse jogo participam não somente os que exercem o poder, mas também aqueles que sofrem sua ação. Afirmam Boudon e Bourricaud: “Mesmo no poder mais acentuadamente individualizado, [...] a ação da sociedade é perceptível” (1993, p. 438). Contudo, entende-se que os envolvidos nas relações de poder, como condutores do processo ou como vítimas dele, não estão impotentes e submissos em todas as situações, bem como não possuem o comando do poder em sua totalidade, conforme mencionam Boudon e Bourricaud:

[...] Mas pelo fato de o poder que se exerce sobre nós, assim como o poder que exercemos sobre os outros, exceder o âmbito da interação e exercer-se em vista de fins coletivos, dentro de limites e de acordo com normas que nos transcendem, não se conclui que sejamos todos e sempre impotentes, nem que esse poder coletivo pareça acima de nós, sem relação determinada com nossos próprios recursos, nossas preferências e nossas estratégias. (1993, p. 438)

1.2 O poder sob o olhar de Max Weber

Em *Ensaio de sociologia*, Max Weber (1982, p. 97-98), em capítulo intitulado “A política como vocação”, analisa a política enquanto liderança, bem como o poder dessa liderança sobre uma associação política que, para Weber, é expressão homônima a Estado. Max Weber entende que o Estado moderno, numa análise sociológica, não pode ser definido por seus fins, mas por seus meios específicos e, conforme ele, o meio específico peculiar ao Estado é a força física. Weber (1982, p. 98) destaca que compete ao Estado o uso “legítimo” da força física e que somente ele pode delegar esse direito a outras instituições ou pessoas, o que desencadeia a luta pelo uso do poder ou pela possibilidade de distribuir poderes. Assim, política para Weber e seus contemporâneos é “[...] a participação no poder ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado”. (1982, p. 98)

Então, de acordo com o teórico (1982, p. 98), quando se fala em questões políticas, deve-se entender que, junto aos assuntos em pauta, estão os interesses pela distribuição, manutenção ou transferência do poder. Para Weber, ser político envolve a luta pelo poder, seja em busca de atingir objetivos coletivos ou individuais, ou mesmo pelo simples prazer de detê-lo e usufruí-lo. Conforme Weber, o que faz o Estado existir é a relação de poder por ele estabelecida entre dominantes e dominados. Para o estudioso, “o Estado é uma relação de homens dominando homens; relação mantida por meio da violência legítima (isto é, considerada como legítima)”. (1982, p. 98-99)

Cabe indagar por que os homens se submetem ao exercício do poder, tornando-o legítimo? Weber (1982, p. 99) enumera três possibilidades: a primeira remete a tempos idos, período em que o poder se exercia pelo respeito à autoridade, alimentado pelo conformismo. É o domínio tradicional exercido pelo patriarca e pelo “príncipe patrimonial” da Antigüidade. A segunda possibilidade direciona-se a qualidades pessoais do dominador, que é admirado pelos demais por seu carisma e pela confiança que inspira. Como terceira e última possibilidade, Weber cita a legalidade. Neste caso, acima de tudo está o poder das leis e das regras, ou seja, a legalidade do estatuto é dada devido à credibilidade em suas regras que, por

serem “corretas”, devem ser cumpridas. Esse, diz Weber, “é o domínio exercido pelo moderno “servidor do Estado” e por todos os portadores do poder que, sob esse aspecto, a ele se assemelham” (1982, p. 99). Weber (1982, p. 99) ressalta que esses tipos de poder dificilmente ocorrem de forma independente e na íntegra; há, ao contrário, uma mescla de situações em que uns se integram a outros, formando um todo complexo. Todavia, em sua análise, Max Weber (1982, p. 100) enfatiza que a liderança carismática existe desde sempre, independente do período ou local; ela é oriunda da imagem mítica do mágico e do profeta e do, igualmente idolatrado, senhor de guerra e chefe de grupos. É a esse tipo de autoridade que Weber dá maior ênfase em seu estudo.

Os políticos carismáticos, também citados por Weber (1982, p. 99-100) como “demagogos” e políticos de “vocação”, são seguidos por seus discípulos pela credibilidade que emanam. São as qualidades pessoais que são vistas por seus discípulos em suas pessoas que determinam sua liderança. De acordo com Weber (1982, p. 100), “esses políticos de “voca o”, no sentido mais autêntico da palavra, são em toda a parte as únicas figuras decisivas nas correntes cruzadas da luta política pelo poder”. Também decisivos são os meios que utilizam para alcançarem seus objetivos, complementa o teórico.

Weber (1982, p. 100) diz que, para obter o domínio organizado, os políticos, em quaisquer dos tipos anteriormente classificados, det m o poder tanto sobre o quadro de pessoal quanto sobre os meios administrativos - bens materiais envolvidos no processo de exercício do poder. A obediência, por parte do quadro de pessoal, é tida não somente pelo fato de o poder ser legítimo como por recompensas pessoais e honrarias que o chefe oferece aos dominados:

Os feudos de um vassalo, as prebendas das autoridades patrimoniais, os s lrios dos modernos servidores públicos, a honra dos cavaleiros, os privilégios dos estados e a honra do servidor público compreendem seus respectivos proventos. (WEBER, 1982, p. 100-101)

São, portanto, honras, “despojos” (poder de coagir por ter o domínio dos cargos), lucros e pr mios os artificios de que o líder carismático lança mão para obter o domínio organizado que deseja e necessita (1982, p. 101). Assim, o Estado moderno pode ser visto como aquele que possui o domínio total. O poder é centralizado na figura do chefe, tanto no aspecto administrativo econômico como no aspecto administrativo de pessoal. Para Max Weber:

[...] o Estado moderno é uma associação compulsória que organiza a dominação. Teve êxito ao buscar monopolizar o uso legítimo da força física como meio de domínio dentro de um território. Com essa finalidade, o Estado combinou os meios materiais de organização nas mãos de seus líderes, e expropriou todos os funcionários autônomos de seus estamentos, que antes controlavam esses meios por direito próprio. O Estado tomou-lhes a posição e agora se coloca no lugar mais elevado. (1982, p. 103)

Com a expropriação dos “estamentos” ou “forças meramente ocasionais” - formadas por pessoas independentes tanto financeiramente como em seus atos e que colocam seus bens materiais ou qualidades pessoais à disposição da política (1982, p. 104) - surgem, no cenário político, os “políticos profissionais”. São pessoas com dedicação total e exclusiva à política e também fiéis e submissos às ordens superiores (1982, p. 105). Entretanto, para Weber, todos os membros de uma sociedade são políticos ao exercerem sua cidadania através do voto, em seus posicionamentos favoráveis ou contrários a discursos ou, até mesmo, proferindo discursos. Todavia, Weber entende que esses cidadãos não são políticos profissionais, mas “políticos ocasionais”, participando de atos políticos ou associações políticas como voluntários, colocando assim a política em sua vida como “atividade secundária”. (1982, p. 103-104)

Max Weber prioriza sua reflexão a respeito do modo de viver daqueles que têm a política como profissão e estabelece duas maneiras distintas, mas que, segundo ele, podem perfeitamente ser conciliadas, para o indivíduo que deseja tornar-se um político profissional: viver “da” política ou viver “para” a política. Isso significa viver a serviço da política ou dos benefícios que ela promove, ou ainda das duas formas concomitantemente. O que diferencia um estilo de fazer política de outro é a questão financeira. Entretanto, essa não é apenas uma questão de opção; conforme Weber, para o político viver para a política é necessário que ele detenha certo poder econômico – bens materiais que lhe dêem estabilidade e lhe permitam viver de rendas, o que não o impede de primar pelo seu capital. Já o político sem propriedades, necessita obter ganhos com a política para sua sobrevivência e isso não significa que obterá crescimento ilícito. Há também uma outra classe de políticos, que Weber denomina-os de “idealistas”. São aqueles desprovidos de qualquer esfera econômica e que, portanto, não estão preocupados com a manutenção do sistema econômico. Esse grupo, para Weber, estaria envolvido com os períodos revolucionários. (1982, p. 106-107)

Em quaisquer das situações, o político detém o poder da engrenagem política como um todo, estando ao seu alcance o domínio sobre a divisão de cargos nas mais diferentes escalas que o poder do Estado atinge, inclusive na área privada que, de uma forma ou de

outra, é vinculada à área pública (Estado). Para Weber, “Todas as lutas partidárias são lutas para o controle de cargos, bem como lutas por metas objetivas”. (1982, p. 107)

Max Weber (1982, p. 108-109) diz que, com a profissionalização e especialização dos funcionários modernos, a distribuição de cargos, visando a benefícios pessoais, torna-se mais escassa e surgem políticos mais preparados e igualmente especializados para, juntos aos funcionários modernos, lutarem pelo poder e permanência nele. De acordo com Weber (1982, p. 111-112), a modernização da política proporcionou certa distinção entre os funcionários públicos com funções “administrativas” e os funcionários públicos com funções “políticas” de exercício e manutenção do poder. Os últimos são cargos passíveis de transferências e demissões por terem funções estratégicas frente ao Estado. “O elemento político consiste, acima de tudo, na tarefa de manter a “lei e a ordem” no país, e, portanto, da manutenção das relações de poder existentes”. (1982, p. 112)

Por isso, para Weber (1982, p. 113), há grande distinção entre a postura dos funcionários públicos e dos políticos profissionais, também chamados por Weber de “líderes”. Esses determinam as ações e assumem todos os efeitos delas, aqueles põem em prática as determinações de seus chefes sem questionar ou expor seu posicionamento - desempenham suas funções de forma passiva e concordada.

O teórico avalia que a categoria dos políticos profissionais evoluiu dos apoiadores do príncipe em detrimento dos estamentos até os racionalistas - políticos juristas de formação universitária, peculiares no Ocidente e responsáveis pelo Estado moderno e democrata ocidental (1982, p. 113-115). O político jurista, também chamado por Weber (1982, p. 116-117) de demagogo, situa-se em posição superior ao servidor público que acidentalmente assume um cargo político. De acordo com o estudioso, o primeiro possui habilidade para lidar com a palavra devido a sua formação técnica; seu princípio de responsabilidade é voltado a suas convicções pessoais. Assim, por ter vocação para a política e tratá-la com paixão, não abandona suas tarefas nem as delega a outros. Já o segundo tem como característica o cuidado em executar seu trabalho de modo imparcial e disciplinado. Sua honra consiste em concordar com as autoridades que lhes são superiores com tamanha convicção, que passa a adotar o mesmo ponto de vista de seus chefes. Ao analisar as duas categorias distintas de profissionais, Weber diz:

Pesar o efeito da palavra propriamente é tarefa do advogado; mas não se enquadra entre as atribuições do servidor público. Este não é demagogo, nem tem o objetivo de ser. Se, não obstante, ele tenta tornar-se demagogo, o faz habitualmente de forma imperfeita” (1982, p. 116)

Weber (1982, p. 117) caracteriza o demagogo como o político comum no Ocidente e estabelece a demagogia escrita como aquela que tem maior repercussão, indicando o jornalista como o grande representante desse gênero. Max Weber (1982, p. 118) entende que o jornalista ético, enquanto político profissional, é tão importante quanto o professor, mas destaca que sua imagem encontra-se desgastada devido aos profissionais jornalistas que se beneficiam da função estratégica que têm na imprensa para ascenderem socialmente. Todavia, para Weber (1982, p. 119-120), diretores e jornalistas de meios de comunicação sensacionalistas não tiram outros proveitos dessas transações imorais que não os econômicos. Honra e ascensão na carreira política diz respeito àqueles profissionais jornalistas que se mantêm firmes em seus propósitos, resistindo inclusive ao assédio de políticos medíocres e demais membros da alta sociedade que tentam, através da imprensa, promoverem-se perante o povo.

Segundo Max Weber (1982, p. 122), os partidos, até 1832 (Lei da Reforma), apenas seguem e apóiam a aristocracia, é ela quem comanda a posição partidária de todos os seus membros. Mas, com o crescimento da burguesia, intelectuais das mais distintas áreas formam o que o filósofo denomina “partido dos notáveis” - partidos que nasceram para atender as necessidades das classes que representam - classes de tradições familiares e de razões ideológicas. São grupos de interesses que se unem para escolher seus candidatos e, em localidades menores, formam agremiações que apenas são visíveis em períodos de eleições. Não há remuneração para manutenção e permanência dos cargos, as veias políticas que se mantêm são as dos jornalistas e líderes parlamentares - somente estes são profissionais da política (1982, p. 123). De acordo com Weber (1982, p. 122), nesse período, os interesses, privilégios e distribuição de cargos estão sob monopólio dos deputados que, para atenderem de forma mais eficiente o espaço geográfico que seus partidos comportam, ouvem os “notáveis” das mais distintas regiões. Esses disputam, frente aos deputados, benefícios e concessões que estão sob o poder da política, aos eleitorados de sua localidade.

Com a democracia, diz Weber (1982, p. 124), o poder dos deputados é descentralizado, há necessidade de atingir, de forma mais direta e eficaz, os mais distantes eleitores. Assim, os “notáveis” são substituídos por políticos “profissionais” que dedicam tempo integral a sua profissão e para isso são devidamente remunerados. O poder fica sob o domínio desses profissionais ou dos indivíduos que detêm capital ou status social e que financiam o processo eleitoral, devido a sua importância pessoal ou financeira. Assim, afirma Weber (1982, p. 125), os que dirigem a “máquina” exercem poder sobre o membro do

parlamento e, conforme a capacidade de persuasão do líder do partido no sentido de ampliar a conquista de votos, são os benefícios e as compensações que cada profissional e/ou agremiações ligados a essa máquina ganham.

Segundo Weber (1982, p. 125), superiores aos prêmios e aos propósitos do partido devem ser o carisma do líder e a eficácia de seu discurso demagógico. O prazer e a lealdade dos envolvidos no processo eleitoral (apoiadores do partido, funcionários e investidores econômicos) não são movidos apenas pelos privilégios do poder, mas em especial pela admiração que alimentam por seu chefe. Weber (1982, p. 127) destaca que a ascensão do líder torna-se difícil quando os notáveis (preocupados em manter a tradição) e funcionários controlam o partido, pois os eleitores rurais e pequenos burgueses tendem a depositar sua confiança nas personalidades políticas em destaque de sua localidade (notáveis). Porém, reforça Weber (1982, p. 126), quando o político, que não é familiar aos membros daquela comunidade, demonstra ser um homem de êxito, passa a receber credibilidade. Já na zona urbana, diz o teórico, os partidos diferem por outros fatores como a economia, a religião e a ideologia familiar.

Conforme Max Weber (1982, p. 129), as características determinantes que um chefe político deve dispor são duas: vontade e, sobretudo, poder persuasivo em seu discurso demagógico. O filósofo diz que é possível, em sua contemporaneidade, substituir esse último item por apenas – fala impregnada de apelo emocional a fim de tocar e convencer as massas.

Weber (1982, p. 130-131) diz que aqui na América, com a vitória das urnas, cabe ao Presidente, com a devida aprovação dos senadores dos diferentes estados, a distribuição dos cargos federais. A Câmara dos Representantes não tem vez nesse processo; o monopólio é do Presidente - prática que o teórico denomina “sistema de despojos” e explica o que isto implica na política de sua contemporaneidade:

Significa que partidos sem princípios opõem-se mutuamente; são apenas organizações de caçadores de empregos, elaborando suas plataformas que variam segundo as possibilidades de conseguir votos, modificando suas cores num grau que, apesar de todas as analogias, não se encontra em nenhuma outra parte. Os partidos são simplesmente e absolutamente condicionados à campanha eleitoral que é mais importante para a distribuição de cargos: a luta pela presidência e pelo Governo de vários estados. (1982, p. 130-131)

Nesse sistema americano de corrupção, chamado por Weber (1982, p. 131) de “máquina partidária plebiscitária”, o chefe político é “o empresário capitalista político que, por conta própria e correndo seu risco, fornece votos”. Os meios financeiros para manter o partido são conquistados pelo chefe político através de doações dos integrantes do partido, da

administração e condução dos salários seu e dos funcionários e de situações de corrupção. “Quem deseja violar com impunidade uma das muitas leis necessita da conivência do chefe político e tem de pagar por ela; ou, então, terá problemas” (WEBER, 1982, p. 132). O chefe político também é o receptor dos altos valores para financiar campanhas, os depositários confiam em sua discricção, pois, segundo Weber (1982, p. 132), diferentemente do chefe político inglês, o chefe político americano permanece na obscuridade, preferindo sugerir os discursos a proferi-los. Conforme Weber, o único cargo que o chefe político costuma aceitar é o de senador, por este significar maior acesso à distribuição de funções. Sua grande preocupação está em ampliar a conquista de votos. Para o chefe político, na luta pelo poder, vale até a adesão, ao seu partido, de políticos que são seus opositores na corrupção. (1982, p. 133)

Porém, afirma o filósofo (1982, p. 133-134), esse sistema de despojos está em decadência, surgem, nesse espaço, funcionários com formação universitária, eficientes e honestos. Para Weber (1982, p. 136), perante esse contexto, dois caminhos são possíveis:

[...] a democracia com liderança, com uma “máquina”, e a democracia sem líder, ou seja, o domínio dos políticos profissionais sem vocação, sem as qualidades carismáticas íntimas que fazem o líder, e isso significa aquilo que os insurgentes de um partido habitualmente chamam de “domínio de grupo”. (1982, p. 136-137)

Assim, Weber (1982, p. 137-138), em sua época, entende não ser viável delinear os rumos da política como “vocação”, nem quais são as possibilidades de um político talentoso efetivamente exercer a política com eficiência. Porém, acredita que aqueles que vivem “da” política, optem pelas funções de jornalistas, funcionários de partido ou representantes de grupos de interesses como sindicatos e associações. Todavia, sempre correndo o risco de serem taxados como “assalariados” da política ou serem seduzidos a compactuar ou atuar em transações ilegais.

Face a essa difícil trajetória, Max Weber (1982, p. 138-139) pontua as possíveis realizações pessoais de um político e as condições de caráter moral que lhe são exigidas. Para o teórico, o prêmio pela doação à vida pública é a “sensação de poder” e, para desfrutar dessa sensação, o político deve ter “paixão, senso de responsabilidade e senso de proporções”, condições que devem ser observadas ao extremo e de maneira eloqüente, sendo que a última qualidade, o senso de proporções, é, para Weber, a elementar. É ela que dará ao político o distanciamento necessário para avaliar as questões que lhe são apresentadas e agir de forma racional. “A política é feita com a cabeça, e não com outras partes do corpo ou da alma”

(1982, p. 139). A paixão pela política, então, deve ser no sentido de amar o que se faz e doar-se a esta opção de vida com todo o vigor, porém sem exageros e exacerbações sentimentais.

O exercício do poder, conforme Weber (1982, p. 139), exige que o político livre-se da “ vaidade vulgar”, qualidade negativa e bastante próxima daqueles em posição de destaque, em especial, intelectuais e políticos. Segundo o teórico, para os primeiros, a vaidade não oferece grandes prejuízos, pois não danifica a atividade que desempenham; sobretudo para os segundos, é que a vaidade é extremamente nociva por estimular a falta de objetividade e a irresponsabilidade, deixando-os insensíveis ao que lhes rodeia e à censura de seus próprios atos e discursos. Nesse caso, diz Weber (1982, p. 139), o político deixa de envolver-se e sensibilizar-se com os fatos próximos de si ou os que lhe dizem respeito, para ater-se apenas ao plano das aparências. Conforme o estudioso, o político demagogo necessita do poder como algo permanente em sua vida, pelo simples prazer do *status*:

A falta de objetividade tenta-o a lutar pela aparência atraente do poder, e não pelo poder real. Sua irresponsabilidade, porém, sugere que ele gosta do poder simplesmente pelo poder sem uma finalidade substantiva. (WEBER, 1982, p. 140)

No entanto, Max Weber (1982, p. 140) ressalta que, para chegar até o poder e nele manter-se, o político não pode esquecer sua causa inicial. “Exatamente que causa, a serviço da qual o político luta pelo poder e usa o poder, parece uma questão de fé” (WEBER, 1982, p. 140). Independente da crença que o político tiver, essa é a chama que lhe permite permanecer na luta.

Todavia, questiona Max Weber (1982, p. 141): o que pode ser considerado uma causa ética na política? Primeiramente, o estudioso destaca o que não é definitivamente ético, mas vulgar: a tentativa em justificar para si mesmo e/ou para a opinião pública, atitudes que buscam interesses pessoais como sendo gestos legítimos, éticos. A ética absoluta, conforme Weber (1982, p. 144), tem como princípio maior a fidelidade, sem levar em consideração o resultado final dessa postura. Todavia, segundo o teórico, existem duas condutas eticamente distintas: uma voltada à “ética das últimas finalidades” e outra voltada para a “ética da responsabilidade”.

Ao exemplificar cada uma das possibilidades, Weber (1982, p. 144-145) deixa clara sua simpatia pela conduta que proporciona a “ética da responsabilidade”. Nesta, o indivíduo que a pratica preocupa-se com o resultado final das ações que propõe, responsabiliza-se por seus atos e não se entende no direito de prejudicar outros para pôr em prática suas idéias. No primeiro caso, o indivíduo avalia apenas a intenção que move a ação, não levando em

consideração a possibilidade de, no caminho a percorrer, haver perdas e estas compreenderem, no final da ação, a maioria. O resultado final, neste caso, não é assumido pelo promotor da ação; a culpa pelo fracasso é repassada a outros, como a Deus, ao destino ou aos obstáculos que geralmente surgem no caminho:

Quem acredita numa ética de objetivos finais só se sente responsável por fazer que a chama das intenções puras não seja sufocada: por exemplo, a chama do protesto contra a injustiça da ordem social. Reanimá-la sempre é o propósito de seus atos bastante irracionais, julgados à luz de seu possível êxito. São atos que só podem ter, e só terão, valor exemplar. (1982, p. 145)

Max Weber, todavia, não encerra a questão: o teórico afirma que não é possível prever, mesmo com boas metas, se os instrumentos utilizados para atingir os objetivos propostos são suficientes, justificáveis e necessários - muitas vezes, as boas intenções requerem más ações. “Nenhuma ética no mundo nos proporciona uma base para concluir quando, e em que proporções, a finalidade eticamente boa “justifica” os meios eticamente perigosos e suas ramificações”. (WEBER, 1982, p. 145)

De acordo com Weber, “Estamos colocados em várias esferas da vida, cada qual governada por leis diferentes” (1982, p. 147). Assim, distintas correntes e condutas, sejam elas humanistas, religiosas ou filosóficas, que defendam o crescimento ou a manutenção da tradição, têm éticas diferenciadas. Na política, para o teórico (1982, p. 148), o problema são os meios não éticos que os políticos usam para legitimar a violência. Pois, “o líder e seu êxito dependem completamente do funcionamento de sua máquina e, portanto, não de seus próprios motivos”. (WEBER, 1982, p. 149)

Em busca de atingir seus ideais, um líder carismático, diz o estudioso (1982, p. 149), pode mover massas ao usar como arma maior a credibilidade que ostenta perante seus subordinados. Suas ações são legitimadas por seus seguidores devido à fé que nele depositam e pelo desejo de obterem premiações por seus atos e pela fidelidade que a ele dispensam. As premiações envolvem desde o prazer da vingança aos adversários até cargos, condecorações, louvores e possibilidades de ascensão tanto na esfera social como na esfera econômica. Contudo, importa tomar cuidado, destaca Weber (1982, p. 149), com a burocracia e a rotina que costumam abalar as “máquinas”, descaracterizando os objetivos iniciais comandados pelo líder. “Depois de ascenderem ao poder, os seguidores de um cruzado habitualmente degeneram muito facilmente numa camada comum de saqueadores”. (WEBER, 1982, p. 149)

Por isso, grifa Weber (1982, p. 150-151), é necessário que todo político tenha consciência da dificuldade que irá encontrar ao longo de sua trajetória na busca pelo poder,

tenha também a habilidade de evoluir conforme seu tempo, pois a idade cronológica de um político não é determinante, mas sua competência frente aos fatos e aos ideais. Para Weber, o bom político deve conciliar emoção com razão, “ética das últimas finalidades” com “ética da responsabilidade”, pois, conforme ele, “A política é feita, sem dúvida, com a cabeça, mas certamente não é feita apenas com a cabeça. Nisso, os proponentes de uma ética de fins últimos estão certos”. (1982, p. 151)

Dessa forma, o compromisso do político torna-se ainda maior. Conforme Weber (1982, p. 151), não basta ter boas intenções, ser um idealista ou visionário; é necessário ter responsabilidade com o que possa vir a acontecer, com o resultado de seus atos. Todavia, não há como ser puramente racional, pois o equilíbrio é determinante. Assim, a paixão mais a “ética das responsabilidades”, em harmonia, resultam em um político de vocação. Para Weber (1982, p. 151), é num gesto maduro de união dos contrastes – “ética dos fins últimos” com “ética das responsabilidades” – que se alcança o inimaginável ou o imaginável tido como impossível:

Somente quem tem a vocação da política terá certeza de não desmoronar quando o mundo, do seu ponto de vista, for demasiado estúpido ou demasiado mesquinho para o que ele lhe deseja oferecer. Somente quem, frente a tudo isso, pode dizer “Apesar de tudo!” tem a vocação para a política. (WEBER, 1982, p. 153)

1.3 Michel Foucault e as relações de poder

O filósofo francês Michel Foucault, em *Microfísica do poder*, através de uma coletânea de artigos, cursos, entrevistas e debates proferidos na década de 1970, analisa as diferentes relações de poder exercidas nos mais distintos segmentos sociais desde o século XVI até sua contemporaneidade.

Michel Foucault, em “Verdade e poder”, primeiro capítulo de acordo com a disposição de seus textos em *Microfísica do poder*, fala da dificuldade que encontrou no final da década de 1950 e ao longo da década de 1960 para ser ouvido pelos adeptos do marxismo e os intelectuais integrantes do P.C.F. ou seus simpatizantes. Foucault defende e teve como motivação de seus estudos a importância e a interferência da política psiquiátrica na organização disciplinar da sociedade. Conforme o estudioso, nesse período, “O marxismo queria se fazer aceitar como renovação da tradição liberal, universitária (como, de modo mais amplo, na mesma época, os comunistas se apresentavam como os únicos suscetíveis de retomar e revigorar a tradição nacionalista)” (2005, p. 2). Então, esses movimentos entendiam

que o estudo das relações de poder exercidas pela medicina e psiquiatria não eram os assuntos que os elevariam e lhes confeririam o status necessário para serem aceitos pelas instituições de poder da época. Foucault também atribui o silêncio dos intelectuais franceses de esquerda perante os estudos que realizou, como consequência da força de dominação exercida pelo Partido Comunista que determinava o que poderia ser aceito ou falado, conforme melhor lhe conviesse. (2005, p. 3)

Mas, segundo Foucault, em torno de 1968, com a abertura política que na época se realizou, seu discurso passou a ser ouvido. O filósofo defende que se busquem, na essência, as engrenagens que geram e permitem que diferentes discursos, interligados, formem um todo organizado, de modo que passem a ser aceitos como enunciados científicos:

O que está em questão é o que *rege* os enunciados e a forma como estes se regem entre si para constituir um conjunto de proposições aceitáveis cientificamente e, conseqüentemente, susceptíveis de serem verificadas ou infirmadas por procedimentos científicos. Em suma, problema de regime, de política do enunciado científico. Neste nível não se trata de saber qual é o poder que age do exterior sobre a ciência, mas que efeitos de poder circulam entre os enunciados científicos; qual é seu regime interior de poder; como e por que em certos momentos ele se modifica de forma global. (FOUCAULT, 2005, p. 4)

Michel Foucault atribui ao estruturalismo a causa de os fatos não serem vistos e pesquisados como acontecimentos, em sua individualidade, mas pela sua simbologia ou estrutura lógica. Para Foucault, os acontecimentos devem ser diferenciados em redes e níveis e então reconstituídos, interligados novamente, para se chegar ao que ele chama de “genealogia das relações de força, de desenvolvimentos estratégicos e de táticas” (2005, p. 5). O estudioso declara que esse olhar para o poder não poderia surgir da direita por essa ver a questão apenas pelo viés jurídico. Já a esquerda - o marxismo -, segundo ele, entende que o poder está atrelado ao aparelho do Estado. Assim, o poder é visto de forma superficial, num jogo de denúncias em que ambos os lados entendem que o poder está no “outro” (2005, p. 6). “[...] o poder no socialismo soviético era chamado por seus adversários de totalitarismo; no capitalismo ocidental, era denunciado pelos marxistas como dominação de classe; mas a mecânica do poder nunca era analisada”. (2005, p. 6)

Então, Foucault propõe que se analise o internamento psiquiátrico, a normalização mental dos indivíduos e as instituições penais de forma desvinculada da questão econômica e que, dessas instituições de poder, seja feita uma análise política profunda, verificando seus mecanismos mais sutis (2005, p. 6). A análise dos meandros do poder proposta por Foucault é

chamada por ele de genealogia. Seria retirar o foco do sujeito individualizado para vê-lo no conjunto da história:

É isto que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história. (FOUCAULT, 2005, p. 7)

Para o filósofo (2005, p. 7), nesse estudo, não cabe a noção de ideologia, pois esse entende que quando se refere ao termo ideologia, está se sugerindo que há, em contrapartida, outro olhar e que esse seria o verdadeiro; também Foucault relata que ideologia remete a um olhar individualizado ao sujeito, o que não é adequado para a análise por ele proposta; por último, Foucault afirma que atrelado ao termo ideologia estaria subentendido, em posição superior, um elemento de ordem material ou econômica que lhe seria determinante.

Também não serve a Foucault o emprego da expressão repressão, apesar de, segundo ele, esse termo parecer se adaptar perfeitamente ao conceito de poder. Para o estudioso, o poder é bem mais amplo que a idéia de repressão, de cumprimento de penalidades fundamentadas na lei. Num trocadilho, para Foucault o que confere poder ao poder é justamente sua flexibilidade, sua capacidade de se infiltrar nas mais diferentes instâncias sociais e produzir conhecimento; está muito além da proibição e próximo da condução:

[...] O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 2005, p. 8)

Mais uma vez, mostrando-se contrário ao marxismo, Foucault fala do posicionamento, para ele equivocado, que o intelectual de esquerda tomava frente à sociedade. Para ele, o intelectual de esquerda (século XIX e início do século XX) desejava ser visto como o “dono de verdade e de justiça” frente a questões universais; em condição oposta ao intelectual estaria o proletariado em sua carência também universal e totalizante (2005, p. 8-9). Segundo o estudioso, em sua contemporaneidade, “um novo modo de ‘ligação entre teoria e prática’ foi estabelecido” (2005, p. 9). Os intelectuais agora se envolvem com assuntos próximos a sua área de formação e atuação, aproximam-se mais dos problemas, o que lhes garante mais especificidade frente aos fatos, condição que gera melhor atuação no combate aos opositores que, de forma indireta, são os mesmos que abalavam o proletariado, o campesinato e as

massas. Esses velhos adversários seriam, conforme Foucault, "... as multinacionais, o aparelho jurídico e policial, a especulação imobiliária, etc". (2005, p. 9)

O novo perfil do intelectual, denominado por Foucault de intelectual "específico" (surgiu aproximadamente após a Segunda Guerra Mundial e se ampliou a partir de 1920), substitui o que o filósofo chama de intelectual por excelência: o escritor (cidadão livre, descomprometido com as instituições governamentais e desvinculado do capital). Com o nascimento do intelectual "específico", citado por Foucault como sendo magistrados, psiquiatras, médicos, assistentes sociais, trabalhadores de laboratório e sociólogos, há grande troca de conhecimento e as universidades, com seus professores, surgem como a grande promotora e intermediária dessa classe. (2005, p. 9-10)

O discurso, agora específico do intelectual e impregnado de saber, gera insegurança e medo nos governantes, situação que se reflete em perseguição política. Para exemplificar, o filósofo relembra o físico atômico Oppenheimer, vítima da perseguição política. Foucault diz: "E, creio, pela primeira vez o intelectual foi perseguido pelo poder político, não mais em função do seu discurso geral, mas por causa do saber que detinha: é neste nível que ele se constituía como um perigo político" (2005, p. 10). Assim, o intelectual "específico" encontra-se em oposição ao intelectual "universal"; enquanto o último discursava em defesa de todos, se opondo aos governantes injustos e tendo como bandeira a justiça e a verdade universal, o primeiro efetivamente se envolve com os acontecimentos, correndo, com isso, os mais diferentes riscos:

[...] o intelectual específico encontra obstáculos e se expõe a perigos. Perigo de se limitar a lutas de conjuntura, a reivindicações setoriais. Risco de se deixar manipular por partidos políticos ou por aparelhos sindicais que dirigem estas lutas locais. Risco principalmente de não poder desenvolver estas lutas pela falta de uma estratégia global e de apoios externos. Risco também de não ser seguido ou de o ser somente por grupos muito limitados. (FOUCAULT, 2005, p. 12)

Foucault, por entender a figura do intelectual "específico" como de suma importância no contexto histórico de sua atualidade, acredita que a função dessa classe deva ser revista, pois pensa que é benéfico que cada vez mais esse intelectual se envolva com questões políticas alusivas a sua área de atuação e conhecimento. Mesmo que seja dito que esse intelectual sirva aos interesses do Capital e Estado ou que suas idéias defendam o conhecimento científico. Afirmações que Foucault entende como de segundo plano, mas que revelam que a verdade é uma produção do poder e gera poder. Para o filósofo, as verdades variam de acordo com as culturas em que estão inseridas. (2005, p. 12)

Michel Foucault (2005, p. 13) entende que, em sua sociedade, a sociedade européia, a verdade está alicerçada em conhecimento científico e nas instituições que a formam; é essencial para o desenvolvimento econômico e político; é consumida em diferentes instâncias como pela educação e informação; é gerada e repassada sob o olhar controlador de instituições políticas e econômicas como universidade, exército e imprensa; é causa de grandes embates políticos e sociais.

Por o intelectual específico lutar em busca da verdade e por essa estar vinculada a abrangentes segmentos da sociedade, as lutas desse deixam de ser restritas ao seu meio para terem o que Foucault chama de “tripla especificidade”. Ou seja, a especificidade da classe que o intelectual defende (burguesia ou proletariado); a especificidade relacionada ao seu ambiente de trabalho ou de vida e a especificidade vinculada a seus ideais, sua postura em busca do que acredita ser o melhor para a sua sociedade, entendendo o melhor, como a busca de “[...] uma nova política da verdade”. (2005, p. 13-14)

Todavia, é possível se perguntar, o que é a verdade? Foucault esclarece que lutar pela verdade não significa defender um conjunto de coisas tidas como verdadeiras, mas questionar e transformar aquilo que se tem como verdade e o poder que lhe é conferido, lutar por uma sociedade que aperfeiçoe as instituições produtoras de verdade. Seria rever questões políticas e intelectuais bem como as relações exercidas entre “verdade/poder”:

[...] Há um combate pela verdade ou, ao menos, “em torno da verdade” – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer “o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas o “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”; entendendo-se também que não se trata de um combate “em favor” da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha. É preciso pensar os problemas políticos dos intelectuais não em termos de “ciência/ideologia”, mas em termos de “verdade/poder. É então que a questão da profissionalização do intelectual, da divisão entre trabalho manual e intelectual, pode ser novamente colocada” (FOUCAULT, 2005, p. 13)

Michel Foucault, então, chama a atenção para o fato de que a verdade é produto do poder e por conseqüência é poder e, como tal, está a serviço do poder. Ocorre, dessa forma, o que Foucault chama de “regime” da verdade e esclarece: “Esse regime não é simplesmente ideológico ou superestrutural; foi uma condição de formação e desenvolvimento do capitalismo” (2005, p. 14). Assim, segundo o filósofo, cabe ao intelectual a tarefa de ir além da crítica ao discurso ideológico ou científico e ter o propósito de criar uma nova engrenagem, o que implica alterar o sistema político, econômico e institucional de seu período. (2005, p. 14)

Não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder – o que seria quimérico na medida em que a própria verdade é poder – mas de desvincular o poder da verdade das formas hegemônicas (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento. (FOUCAULT, 2005, p. 14)

Michel Foucault, discípulo de Friedrich Nietzsche, historiador alemão do século XIX, resgata os estudos de seu mestre ao falar das relações de contradição e de dependência entre genealogia e história. Primeiro, Foucault (2005, p. 16), ao retomar Nietzsche, afirma que a genealogia não está, necessariamente, em oposição à história, apenas, essa propõe outra maneira de pesquisa, outros métodos para se chegar à origem dos acontecimentos. Métodos, que consistem em “[...] tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira” (2005, p. 17). Segundo Foucault, Nietzsche sugere que se ouça a história em detrimento à metafísica, para então se chegar além da essência das coisas, para se chegar, sim, aos desencontros, às discórdias, ao choque dos acontecimentos e se aperceber que a verdade está protegida por certa alteridade que não permite outra possibilidade que não aceitá-la; chega-se, então, à história da verdade. (2005, p. 18)

Conforme Foucault, a história da genealogia se diferencia da história dos historiadores por não apegar-se a verdades universais, por não procurar conceitos pré-concebidos, mas questioná-los, desmontá-los, para então reconstruí-los:

A história “efetiva” se distingue daquela dos historiadores pelo fato de que ela não se apóia em nenhuma constância: nada no homem – nem mesmo seu corpo – é bastante fixo para compreender outros homens e se reconhecer neles. Tudo em que o homem se apóia para se voltar em direção à história e apreendê-la em sua totalidade, tudo o que permite retraçá-la como um paciente movimento contínuo: trata-se de destruir sistematicamente tudo isto. É preciso despedaçar o que permitia o jogo consolante dos reconhecimentos. Saber, mesmo na ordem histórica, não significa “reencontrar” e sobretudo não significa “reencontrar-nos”. A história será “efetiva” na medida em que reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser. Ela dividirá nossos sentimentos; dramatizará nossos instintos; multiplicará nosso corpo e o oporá a si mesmo. [...] (FOUCAULT, 2005, p. 27-28)

O filósofo francês Michel Foucault, ao retomar as teorias nietzscheanas, esclarece que não se deve ver os acontecimentos históricos como fatos lineares e contínuos, como a história tradicional os vê, mas como forças que lutam entre si, ora dominando, ora sendo dominadas e que não seguem a uma ordem, mas ao acaso (2005, p. 28). Foucault, retomando seu mestre, aproxima a história “efetiva” do conhecimento científico como a medicina e a distancia da filosofia, pois entende que a primeira toma distância dos acontecimentos para pesquisá-los e diagnosticá-los, já a segunda, assim como a metafísica, não consegue distanciar-se dos

acontecimentos na busca que empreende pela verdade e pela moral. Assim, o sentido histórico não se deixa moldar perante aquilo que olha, pelo contrário, procura, no objeto de estudo, localizar o ainda não dito, focalizar por ângulos ainda não explorados para então criar a sua genealogia. (2005, p. 29-30)

O sentido histórico, tal como Nietzsche o entende, sabe que é perspectivo, e não recusa o sistema de sua própria injustiça. Ele olha de um determinado ângulo, com o propósito deliberado de apreciar, de dizer sim ou não, de seguir todos os traços do veneno, de encontrar o melhor antídoto. Em vez de fingir um discreto aniquilamento diante do que ele olha, em vez de aí procurar sua lei e a isto submeter cada um de seus movimentos, é um olhar que sabe tanto de onde olha como o que olha. O sentimento histórico dá ao saber a possibilidade de fazer, no movimento de seu conhecimento, sua genealogia. (FOUCAULT, 2005, p. 30)

Na década de 1970, Michel Foucault procura elucidar a polêmica existente em torno da possibilidade da criação de um tribunal popular para julgar a polícia. Foucault entende que o foco da análise deve ser outro: analisar as ações que representam justiça popular e então procurar perceber se aí cabe ou não um tribunal popular. Foucault acredita que o tribunal não se encaixa no modelo de justiça popular; segundo ele, o que já se viu é o tribunal limitar a justiça popular, aproximando-a a instituições opressoras do aparelho de Estado. (2005, p. 39-40)

[...] Parece-me que a história da justiça como aparelho de Estado permite compreender porque, pelo menos na França, os atos de justiça realmente populares tendem a escapar ao Tribunal e por que, ao contrário, cada vez que a burguesia quis impor à sedição do povo a coação de um aparelho de Estado, se instaurou um tribunal: uma mesa, um presidente, assessores e um adversário em frente. Assim reaparece o judiciário. É assim que eu vejo as coisas. (FOUCAULT, 2005, p. 44)

Foucault não acredita em mediação isenta da tomada de posição por uma das partes, assim como não acredita em justiça que detenha verdade inquestionável. Outrossim, acredita que só há dois lados, massas e inimigos, ficando o terceiro elemento, que seria o judiciário, sem função. Também, o pesquisador entende que as massas, desde que estejam decididas a investir contra o inimigo, não esperam determinações legais para agirem, agem sim, motivadas pelo sofrimento, pela sensação de dano, de perda, de injustiça, não cabendo aí a atuação, pelo menos no ocidente, de um tribunal. (2005, p. 45)

Michel Foucault ressalta que, por ter o aparelho de justiça do Estado grande influência no curso da história, esse deveria ser estudado, desmascarado, e ter exposta sua repressão. Pois foi, conforme o estudioso, o aparelho de justiça do Estado o responsável pela cisão das massas entre plebeus proletariados e plebeus não proletarizados. Assim, a força judicial que

na Idade Média era exercida apenas com a função de inspeção passa a ter o intuito de reprimir movimentos populares. Tal repressão, anteriormente realizada pelo exército, a partir do final da Idade Média, passa a ser exercida pela combinação justiça-polícia-prisão, no intuito de impedir, de forma antecipada, qualquer movimentação das massas. (2005, p. 50)

Para Foucault, o trinômio justiça-polícia-prisão, tem também tripla função e nele oscila, de acordo com o contexto ou época, o segmento que se destaca. As funções são: exercer poder sobre o povo, fazendo com que esse aceite, pacificamente, sua condição de proletariado; acalmar os ânimos dos mais afetados e, portanto, inclinados a uma revolução; opor a plebe proletariada à plebe não proletarizada, fazendo com que a última seja vista, aos olhos da primeira, como perigosa e imoral. Esses, já marginalizados, são utilizados pela burguesia para protegê-la ao atacar os seus iguais, porém proletarizados:

[...] trata-se para a burguesia de impor ao proletariado, pela via da legislação penal, da prisão, mas também dos jornais, da “literatura”, certas categorias da moral dita “universal” que servirão de barreira ideológica entre ela e a plebe não proletarizada; toda a figuração literária, jornalística, médica, sociológica, antropológica do criminoso (de que tivemos exemplos na segunda metade do século XIX e começo do XX) desempenha este papel. Enfim, a separação que o sistema penal opera e mantém entre o proletariado e a plebe não proletarizada, todo o jogo das pressões que ele exerce sobre esta, permite à burguesia servir-se de alguns desses elementos plebeus contra o proletariado; ela os usa como soldados, policiais, traficantes, pistoleiros e utiliza-os na vigilância e na repressão do proletariado (e não somente os fascismos deram exemplo disso). (FOUCAULT, 2005, p. 50-51)

Dessa forma, segundo Foucault, o tribunal tem ideologia burguesa e, se as massas se unirem – plebe proletariada e plebe não proletarizada – e substituírem sua justiça popular por um tribunal, estarão aceitando a interferência dessa ideologia como o terceiro elemento. Conforme Foucault, a ideologia burguesa é um dos alvos aos quais as lutas populares devem dirigir-se e abolir:

A necessidade de afirmar a unidade dispensa a forma do tribunal. Eu diria mesmo – forçando um pouco – que através do tribunal se reconstitui uma espécie de divisão do trabalho. Há os que julgam – ou que dão a impressão de julgar – com toda a serenidade, sem estarem implicados. O que reforça a idéia de que uma justiça só é justa se for exercida por alguém exterior à questão, por um intelectual, um especialista da idealidade. Se, ainda por cima, este tribunal popular é presidido ou organizado por intelectuais que vêm escutar o que dizem os operários de um lado e o patronato do outro e afirmar “um é inocente, o outro é culpado” há uma infiltração de idealismo nisto! Ao fazer dele um modelo geral para mostrar o que é a justiça popular, temo que se escolha o pior modelo. (FOUCAULT, 2005, p. 63)

Ao pensar as relações dos intelectuais com o poder, Michel Foucault afirma que o intelectual tradicionalmente era visto como alguém à margem do sistema capitalista e

ideológico da sociedade burguesa: era o intelectual “maldito”. Também, na versão intelectual “socialista”, o intelectual tradicional, em seu discurso, denunciava certas verdades que não eram nem deveriam ser percebidas, por isso era perseguido e mal visto perante os responsáveis por manterem a ordem e perante os que seguiam e apreciavam a ordem. (2005, p. 70-71)

Foucault diz que os intelectuais de sua contemporaneidade perceberam que as massas não precisam de porta-voz, nem mesmo que os intelectuais as conduzam em seu olhar, elas possuem capacidade de percepção e de voz. Todavia, são reprimidas pela organização da sociedade a que pertencem e é justamente aí, segundo Foucault, que está a importância do intelectual de seu período: lutar contra o poder e pelo direito de vez e voz das massas que sabem exatamente o que querem. O estudioso entende que não somente a massa tem tomada de consciência, como também a burguesia a tem; a primeira tem consciência como “saber” e a última tem consciência enquanto “sujeito”:

[...] O papel do intelectual não é mais o de se colocar “um pouco na frente ou um pouco de lado” para dizer a muda verdade de todos; é antes o de lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da “verdade”, da consciência, do discurso. (FOUCAULT, 2005, p. 71)

Dessa forma, Foucault entende que a teoria traduz-se na própria luta do intelectual por desmascarar o poder e fazer uso dele junto com todos os outros integrantes dessa causa. “É por isso que a teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática; ela é uma prática. Mas local e regional, [...] não totalizadora” (2005, p. 71). A voz das massas é a própria luta contra o poder. Foucault exemplifica (2005, p. 72): o discurso do delinqüente contra a prisão é mais importante do que uma teoria sobre a delinqüência. Para ele, “a prisão é o único lugar onde o poder pode se manifestar em estado puro em suas dimensões mais excessivas e se justificar como poder moral” (2005, p. 73). O que desperta o interesse de Foucault pelo estudo do sistema carcerário, é que lá é o lugar onde o poder se mostra na íntegra e está amparado pela moral do certo em detrimento do errado. Portanto, para o estudioso (2005, p. 73-74), a luta não se deve dar em favor de uma justiça mais digna ou contrária às injustiças, mas em favor do fim do sistema judiciário que, segundo o estudioso, é uma instituição impregnada de ideologia burguesa.

Porém, Foucault insiste na complexidade do poder, sua capacidade de infiltrar-se por todos os espaços e ações, diluir-se e tornar-se obscuro, sutil e de difícil percepção. Para o pesquisador, conhecer as engrenagens do Estado e suas instituições não é o suficiente para

detectar o exercício do poder e até que camadas ele se infiltra. “Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando, seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui” (2005, p. 75). Então, denunciar o exercício de poder é apoderar-se dele, não no sentido de anunciar o desconhecido, o inconsciente, mas tornar claro o segredo, o proibido, para Foucault, essa é uma grande arma a favor das massas.

Dessa maneira, para o estudioso, a luta contra o poder não está limitada à defesa do proletariado em sua condição de explorado, mas à extinção do abuso do exercício do poder que ocorre nas mais diferentes classes sociais, profissões e lugares. Todavia, ao se posicionar contra o poder, automaticamente, está se engajando na luta do proletariado. Com esse olhar, pode-se afirmar que essa luta é abrangente e totalizadora:

As mulheres, os prisioneiros, os soldados, os doentes nos hospitais, os homossexuais iniciaram uma luta específica contra a forma particular de poder, de coerção, de controle que se exerce sobre eles. Estas lutas fazem parte atualmente do movimento revolucionário, com a condição de que sejam radicais, sem compromisso nem reformismo, sem tentativa de reorganizar o mesmo poder apenas com uma mudança de titular. E, na medida em que devem combater todos os controles e coerções que reproduzem o mesmo poder em todos os lugares, esses movimentos estão ligados ao movimento revolucionário do proletariado.

Isto quer dizer que a generalidade da luta certamente não se faz por meio da [...] totalização teórica, da “verdade”. O que dá generalidade à luta é o próprio sistema do poder, todas as suas formas de exercício e aplicação. (FOUCAULT, 2005, p. 78)

Em curso denominado “Genealogia e poder”, proferido por Foucault em 07 de janeiro de 1976, o filósofo fala das críticas descontínuas, particulares e locais, com vida independente do sistema geral e unificador, que ele e outros estudiosos realizaram até esse ano e que contribuíram para o conhecimento não totalizante. Foucault denomina os conhecimentos locais por ele levantados, como “insurreição dos saberes dominados”, entendendo-se saberes dominados, por um lado, como aqueles conhecimentos históricos que foram generalizados no processo de formalização do conhecimento. O estudioso cita como um avanço gerado pelo resgate de conhecimentos históricos a possibilidade de se conhecer a verdadeira história do manicômio e da prisão. “Portanto, os saberes dominados são estes blocos de saber histórico que estavam presentes e mascarados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos e que a crítica pode fazer reaparecer, evidentemente através do instrumento da erudição”. (FOUCAULT, 2005, p. 170)

Por outro lado, o estudioso (2005, p. 170) entende por saber dominado os saberes não ouvidos, não legitimados por serem vistos como insuficientes para integrarem o conhecimento científico. Esses saberes têm origem na vivência, como o saber do psiquiatrizado, do doente,

do marginalizado e ao serem resgatados, mostram sua importância justamente por sua individualidade, assim fornecem informações jamais tidas.

Para Foucault, a união, em primeiro plano estranha, dos saberes hierarquizados com os saberes do povo foi o que proporcionou a singularidade e importância de seus estudos. Pois ambos os saberes elucidam momentos de luta que haviam sido ignorados. “Parece-me que, de fato, foi este acoplamento entre o saber sem vida da erudição e o saber desqualificado pela hierarquia dos acontecimentos e das ciências que deu à crítica destes últimos anos sua força essencial” (FOUCAULT, 2005, p. 170). O acoplamento do saber científico com o saber popular é denominado por Foucault de genealogia:

[...] Trata-se de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns. (FOUCAULT, 2005, p. 171)

Conforme o estudioso, a insurreição dos saberes efetiva-se em oposição aos efeitos centralizadores do poder das instituições que produzem o conhecimento científico. Sejam elas universidades ou organizações políticas como o marxismo (2005, p. 170). Então, se a arqueologia analisa os discursos locais, a genealogia, com seu caráter fragmentário, faz uso do discurso local da arqueologia para avançar em prol da insubordinação desses saberes perante a instituição e as consequências do poder do saber científico. (2005, p. 172-174)

Com essa reflexão, Foucault (2005, p. 174) levanta uma grande e polêmica dúvida: em que efetivamente consistem as relações de poder? Há vínculo entre essas e a economia? A reflexão desenvolvida por Foucault, em torno dessas questões, abrange a concepção jurídica do poder político do século XVIII e a concepção marxista. O estudioso afirma que ambas vinculam as relações de poder à economia. A primeira entende o poder como um bem que se possui e se pode transferi-lo a outro como num processo jurídico contratual, está a serviço da economia. A segunda entende o poder como economia de produção de dominação, esse é visto como mercadoria que é possuída por concessões ou pela imposição de forças. De modo geral, Foucault afirma que, com relação ao poder, em seu período, só há uma afirmação: “[...] o poder não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação, como também da afirmação que o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas a cima de tudo uma relação de força”. (2005, p. 175)

Então, Foucault (2005, p. 176) levanta duas hipóteses. A primeira, se o poder é uma relação de força, essa força é exercida através da repressão sobre as pessoas, sobre suas

características humanas, sobre todo um grupo organizado e também sobre a natureza. Assim, não basta analisar o poder, mas os mecanismos de repressão que ele exerce. Chega-se, dessa maneira, a segunda hipótese, essa repressão se realiza através de guerra, mas guerra política que se arrasta sob diferentes facetas.

Uma das facetas dessa relação de força impressa pelo poder seria a própria guerra, efetivamente falando, mas a diferença é que, de acordo com o pesquisador, essa guerra não tem fim. Quando, por negociações políticas, pára o combate, se instaura, de forma silenciosa e permanente, relações de força nas instituições, nas diferenças de ordem econômica, no domínio da palavra e do corpo das pessoas. (2005, p. 176)

Assim, outra faceta dessa guerra seria uma aparente paz, por trás dessa máscara continuariam agindo os mecanismos repressivos do poder. “Sempre se escreve a história da guerra, mesmo quando se escreve a história da paz e de suas instituições” (FOUCAULT, 2005, p. 176). A terceira e última faceta da guerra - poder que reprime - seria o seu final que estaria vinculado ao final da política. Com esse olhar, Foucault conclui que o poder pode ser analisado sob dois diferentes aspectos: a repressão, em se tratando de guerra política e a opressão, visão do poder jurídico do século XVIII:

Portanto, estes são dois esquemas de análise do poder. O esquema contrato-opressão, que é o jurídico, e o esquema dominação-repressão ou guerra-repressão, em que a oposição pertinente não é entre legítimo-ilegítimo como no precedente, mas entre luta e submissão. (FOUCAULT, 2005, p. 177)

Michel Foucault (2005, p. 179), na busca de entender os mecanismos do exercício de poder, transita entre dois eixos: o eixo do direito jurídico que produz o eixo da verdade, formando o que ele chama de triângulo entre poder, direito e verdade. Conforme o pesquisador, as relações de poder que se exercem em qualquer sociedade, para que atinjam todo o corpo social em todas as suas camadas, precisam estar sob um discurso de verdade. Diz o estudioso: “[...] Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade”. (2005, p. 180)

Há, na afirmação anteriormente citada, duas situações, por um lado, as relações de poder são de ordem econômica - produção de verdade equivale-se à produção de bens; por outro lado, os discursos impregnados de verdade são igualmente impregnados de poder - verdade como lei que determina e julga. Segundo o estudioso, nas sociedades ocidentais, o poder é jurídico, tem origem na Idade Média e está a serviço do poder real, tanto para respaldar e ratificar seus atos, sua força, como para delimitar seu espaço e indicar até que

ponto o rei pode agir sob a tutela da legitimidade. Para o pesquisador, é justamente a legitimidade do poder conferida pelo saber judiciário desde a Idade Média que mascara o caráter dominante e repressivo desse:

Afirmar que soberania é o problema central do direito nas sociedades ocidentais implica, no fundo, dizer que o discurso e a técnica do direito tiveram basicamente a função de dissolver o fato da dominação dentro do poder para, em seu lugar, fazer aparecer duas coisas: por um lado, os direitos legítimos da soberania e, por outro, a obrigação legal da obediência. O sistema do direito é inteiramente centrado no rei e é, portanto, a eliminação da dominação e de suas conseqüências. (FOUCAULT, 2005, p. 181)

Contrário a essa compreensão de poder, Foucault encaminha sua pesquisa por outro viés, mostra que o direito está a serviço da dominação e que sua ação não é apenas por intermédio da lei, mas que esse poder se infiltra e se dissolve por toda a sociedade através das instituições que aplicam a lei. Para Foucault, a dominação não acontece de forma genérica e apenas por um grupo ou por uma classe sobre outra, mas são relações que se alternam entre dominantes e dominados:

[...] Por dominação eu não entendo o fato de uma dominação global de um sobre os outros, mas as múltiplas formas de dominação que podem se exercer na sociedade. Portanto não o rei em sua posição central, mas os súditos em suas relações recíprocas: não a soberania em seu edifício único, mas as múltiplas sugestões que existem e funcionam no interior do corpo social.

O sistema do direito, o campo judiciário são canais permanentes de relações de dominação e técnicas de sujeição polimorfos. O direito deve ser visto como um procedimento de sujeição, que ele desencadeia, e não como uma legitimidade a ser estabelecida. Para mim, o problema é evitar a questão – central para o direito – da soberania e da obediência dos indivíduos que lhe são submetidos e fazer aparecer em seu lugar o problema da dominação e da sujeição. (FOUCAULT, 2005, p. 181-182)

A fim de localizar esse exercício de dominação e repressão executada pelo direito, Foucault vai muito além da organização legal do direito monárquico ou do direito democrático, procura desvendá-lo nas instituições que o colocam em prática e nas diferentes formas de dominação que essas instituições fazem uso como a forma física ou psicológica. O estudioso vai além da incerta, vaga e difícil compreensão das intenções de quem detém o poder, mas procura entender como efetivamente acontecem os mecanismos de poder em sua relação direta com seus subordinados. Foucault busca a compreensão de “[...] como funcionam as coisas ao nível do processo de sujeição ou dos processos contínuos e ininterruptos que sujeitam os corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos, etc”. (2005, p. 182)

Foucault alerta que na intenção de captar os efeitos do poder é preciso ter em mente que o poder não está estático, mas circula em rede e que o indivíduo não apenas transita nessa rede como resultado desse poder como também é agente desse poder ao transmiti-lo e dar continuidade a essa cadeia. “[...] Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos do poder. [...] pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão”.

(FOUCAULT, 2005, p. 183-184)

Então, para o pesquisador (2005, p. 184-185), o olhar para o poder não deve ser à distância, tampouco da origem, do local de onde o poder está sendo irradiado para as suas extremidades; mas ao contrário, o olhar para o poder deve ser das partes mais distantes do alvo para o local de onde ele foi emitido. Desse modo, explica Foucault, não foi a burguesia, quando no final do século XVI e início do século XVII passou a dominar, que excluiu o louco da sociedade ou passou a reprimir a sexualidade infantil; mas essa, ao observar as técnicas de repressão empreendidas pela família, vizinhança, médicos etc., através da medicalização e da vigilância ou exclusão fez uso das técnicas repressivas para atingir seus objetivos econômicos e políticos:

A burguesia não se interessa pelos loucos mas pelo poder; não se interessa pela sexualidade infantil mas pelo sistema de poder que a controla; a burguesia não se importa absolutamente com os delinquentes nem com sua punição ou reinserção social, que não tem muita importância do ponto de vista econômico, mas se interessa pelo conjunto de mecanismos que controlam, seguem, punem e reformam o delinquente. (FOUCAULT, 2005, p. 186)

Assim, ao movimentar-se por diferentes espaços onde interage, o poder produz saber. Saber que, segundo o pesquisador, é fruto das observações, anotações e pesquisas dos distintos mecanismos do poder. Todavia, Foucault entende que esse saber não é ideológico por ser oriundo das bases e, portanto, retratar os acontecimentos em sua origem. Porém, esse poder jurídico-político que atinge a sociedade em suas mais diferentes instâncias e que tem origem na sociedade de tipo feudal, nos séculos XVII e XVIII adquire outras características que se distinguem das relações de soberania até então desenvolvidas. O poder agora tem como alvo o tempo e o trabalho que os indivíduos podem produzir e não mais a riqueza e os bens extraídos da terra. (2005, p. 187-188)

Conforme Foucault (2005, p. 188), o novo poder – fruto da sociedade burguesa e matéria prima para a instituição do capitalismo industrial – tem como característica fundamental a disciplina. Todavia, o poder jurídico não desaparece com o surgimento do

poder disciplinar; permanece para criticar o modelo monárquico e assim criar um ambiente receptivo para o novo sistema do poder e para fornecer a esse a legalidade que precisa para exercer sua força de modo sutil e com o respaldo da lei.

No poder disciplinar, a soberania pertence ao Estado e é democratizada pelo sistema jurídico que permite a cada um, por ser membro desse Estado, o exercício das técnicas de dominação:

[...] a partir do momento em que as coações disciplinares tinham que funcionar como mecanismos de dominação e, ao mesmo tempo, se camuflar enquanto exercício efetivo de poder, era preciso que a teoria da soberania estivesse presente no aparelho jurídico e fosse reativada pelos códigos. (FOUCAULT, 2005, p. 189)

Ocorre assim, nas sociedades modernas, a partir do século XIX, de acordo com Foucault (2005, p. 189), a justaposição de segmentos opostos: um poder jurídico que permite direito público de soberania aos indivíduos e um poder que age baseado na disciplina do corpo desses indivíduos. Contudo, o discurso do poder disciplinar não é o discurso da lei, mas um discurso de técnicas e coerções disciplinares.

Então, Foucault (2005, p. 189-190) deixa claro que sua intenção é mostrar que as ciências humanas não são oriundas das ciências exatas, mas do agrupamento da soberania do direito e das ações disciplinares. Conforme o estudioso, no período em que escreve – segunda metade do século XX –, há o predomínio da norma sobre a lei, gerando o que ele chama de “sociedade da normalização”. Como lei e norma possuem discursos antagônicos, surge o discurso da medicina como mediador, pelo fato de que esse possui, perante os demais, o *status* de detentor do conhecimento:

As normalizações disciplinares chocam-se cada vez mais freqüentemente com os sistemas jurídicos da soberania: a incompatibilidade de umas com os outros é cada vez mais nítida; torna-se então cada vez mais necessária a presença de um discurso mediador, de um tipo de poder e de saber que a sacralização científica neutralizaria. É precisamente com a medicina que observamos, eu não diria a combinação, mas a permuta e o confronto perpétuos dos mecanismos das disciplinas com o princípio do direito. Os desenvolvimentos da medicina, a medicalização geral do comportamento, dos discursos, dos desejos, etc., se dão onde os dois planos heterogêneos da disciplina e da soberania se encontram. (FOUCAULT, 2005, p. 190)

Assim, Foucault não vê saída para esse impasse, pois, segundo ele, a saída não está, como geralmente os magistrados e as instituições pensam, em recorrer à antiga soberania do direito para escapar da força do poder disciplinar; e sim em encontrar outras alternativas que não envolvam a soberania da justiça nem o poder disciplinar:

[...] Creio, porém, que chegamos assim a uma espécie de beco sem saída: não é recorrendo à soberania contra a disciplina que os efeitos do poder disciplinar poderão ser limitados, porque soberania e disciplina, direito da soberania e mecanismos disciplinares são duas partes intrinsecamente constitutivas dos mecanismos gerais do poder em nossa sociedade. Na luta contra o poder disciplinar, não é em direção do velho direito da soberania que se deve marchar, mas na direção de um novo direito antidisciplinar e, ao mesmo tempo, liberado do princípio de soberania. (FOUCAULT, 2005, p. 190)

Michel Foucault, para falar do poder como algo que estabelece um sistema de vigia permanente sobre seu alvo, necessita falar do jurista inglês Jeremy Bentham. Mesmo sabendo não ser Bentham o pioneiro da tática de vigilância através da luz, e de forma, ao mesmo tempo individualizante e global; sabe ser esse o responsável pela propagação dessa maneira de olhar e quem nomeou esse método de “panopticon” no final do século XVIII. (2005, p. 209-210)

Foucault, ao procurar entender a medicina clínica da segunda metade do século XVIII, através da arquitetura hospitalar, percebe que o sistema usado pela saúde é o mesmo usado pelas instituições que aplicam a lei sob o modelo de recrutamento a partir do início do século XIX. Todavia, nas instituições jurídicas era citada a influência de Bentham e sua tese – o “panopticon”. (2005, p. 209-210)

O modelo “panopticon”, que consiste em separar as pessoas em salas ou celas arejadas e claras, permitindo que sejam vistas com clareza e, assim, facilitando e tornando mais eficaz o serviço do vigia, bem como, diminuindo os gastos com esse ofício, possivelmente tenha sido empregado de forma pioneira em 1751 em dormitórios de escola Militar de Paris. Modelo esse adotado por Bentham por intermédio de seu irmão que, ao visitar a escola citada, primeiro o conheceu. Foucault assim define o “panopticon”:

O princípio é: na periferia, uma construção em anel; no centro, uma torre; esta possui grandes janelas que se abrem para a parte interior do anel. A construção periférica é dividida em celas, cada uma ocupando toda a largura da construção. Estas celas têm duas janelas: uma abrindo-se para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, dando para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de um lado a outro. Basta então colocar um vigia na torre central e em cada cela trancafiar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um estudante. Devido ao efeito de contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se na luminosidade, as pequenas silhuetas prisioneiras nas celas da periferia. Em suma, inverte-se o princípio da masmorra; a luz e o olhar de um vigia captam melhor que o escuro que, no fundo, protegia. (FOUCAULT, 2005, p. 210)

Conforme Foucault (2005, p. 211), Jeremy Bentham não apenas adota o modelo de vigiar através do olhar como o altera e o nomeia – “panopticon” que significa mais de uma

ação. Assim, o jurista não fica restrito apenas a arquitetura do prédio – local em que vai se exercer o poder de vigiar -; mas é o criador da torre: “[...] ponto central que deve ser o local de exercício do poder e, ao mesmo tempo, o lugar de registro do saber” (2005, p. 211). Contudo, afirma Foucault, esse sistema que foi efetivamente difundido a partir do século XIX, não foi o único empregado pelas sociedades modernas.

A aceitação da sociedade moderna pelo projeto de Bentham é complexa e contraditória. Pois, concomitante à Revolução Francesa, representada pelos ideais de Rousseau - luta por uma sociedade mais igualitária, fraterna e transparente -; acontece o projeto de Bentham, que, se por um lado, prega a visibilidade e transparência das ações repressivas, e por isso é aceito; por outro lado, prega a repressão e intimidação dos indivíduos através da exposição desses ao olhar de quem os vigia: (2005, p. 214-215)

Bentham é ao mesmo tempo isto [a idéia humanitária de Rousseau] e o contrário. Ele coloca o problema da visibilidade, mas pensando em uma visibilidade organizada inteiramente em torno de um olhar dominador e vigilante. Ele faz funcionar o projeto de uma visibilidade universal, que agiria em proveito de um poder rigoroso e meticuloso. Sendo assim, ao grande tema rousseauiano – que de certa forma representa o lirismo da Revolução – articula-se a idéia técnica do exercício de um poder “omnivalente”, que é a obsessão de Bentham; os dois se completam e o todo funciona: o lirismo de Rousseau e a obsessão de Bentham. (FOUCAULT, 2005, p. 215)

Então, ingleses e franceses da segunda metade do século XVIII, esclarecidos culturalmente por deterem algum status econômico, escandalizados com a precariedade dos espaços em que se exerce o poder como as prisões e hospitais, bem como indignados pelo uso abusivo do poder monárquico e religioso usados, respectivamente, nos castelos e conventos, desejam participar, dos acontecimentos sócio-políticos daquelas sociedades e opinar sobre eles. Assim, contrários à escuridão das masmorras, aceitam o poder que se exerce através da transparência, proposto por Bentham. (2005, p. 216-217)

Segundo análise de Foucault (2005, p. 217-218), o olhar que vigia proposto por Bentham, além de minimizar os custos econômicos no que diz respeito a armas e número de pessoal, pois as pessoas se sentem tão tolhidas em seus direitos de liberdade e privacidade que interiorizam esse olhar e passam a se policiar a ponto de desistirem de seus ímpetus de violência e ação; minimiza também o custo político. A grandiosa punição física empregada pelo poder monárquico e que tem como intuito a repressão através do exemplo, mas que por acontecer de forma descontínua abre espaço para a organização dos movimentos de revide baseados nos sentimentos de resistência e desobediência, causa a esse tipo de poder um grande desgaste político que a burguesia do século XIX não deseja enfrentar. Essa,

entendendo não ser suficiente o poder jurídico que detém, adota essa nova política de poder que lhe permite atingir as mais diferentes camadas e organizações sociais:

[...] A burguesia compreende perfeitamente que uma nova legislação ou uma nova constituição não serão suficientes para garantir sua hegemonia; ela compreende que deve inventar uma nova tecnologia que assegurará a irradiação dos efeitos do poder por todo o corpo social, até mesmo em suas menores partículas. E foi assim que a burguesia fez não somente uma revolução política; ela soube instaurar uma hegemonia social que nunca mais perdeu. Eis porque todas estas invenções foram tão importantes e Bentham, sem dúvida, um dos inventores de tecnologia do poder mais exemplares. (FOUCAULT, 2005, p. 218)

Todavia, afirma Foucault, esse poder que se alastra, torna-se “[...] uma máquina que circunscreve todo mundo, tanto aqueles que exercem o poder quanto aqueles sobre os quais o poder se exerce” (2005, p. 219). O desmembramento do poder exercido pelas sociedades do século XIX diferencia esse do poder monárquico – poder centralizador e individualizante a cargo da pessoa do rei.

No entanto, Foucault chama a atenção para um grande problema enfrentado ainda no século XVIII quando o exército, oficinas e escolas - exceto a igreja que possui pessoal alfabetizado para suas ações – não detém mão de obra especializada para a nova maneira de distribuir o poder. Conforme o estudioso, o Estado e os hospitais, somente depois de algum tempo puderam lançar mão de pessoas mais ou menos preparadas para exercem a função que lhes foi determinada, sendo que o último, por longa data teve sua administração nas mãos de religiosas. (2005, p. 219-220)

Segundo Foucault, a organização do trabalho enquanto divisão das tarefas e das responsabilidades, ocorrida no século XVIII, foi a mola propulsora para o desenvolvimento do capitalismo. Para o estudioso, a legislação, a Constituição ou o aparelho de Estado num todo não são suficientes para explicar o poder no modo em que ele se encontra a partir desse período. Conforme o estudioso, a forma hierárquica e disciplinar da distribuição do poder é o fator determinante desse novo método. (2005, p. 221)

Todavia, no olhar do estudioso (2005, p. 221-222), essa engrenagem não chega a harmonizar as diferentes instituições, classes sociais ou grupos de interesse por onde o poder transita. Nem mesmo se pode entender que todo esse processo foi criado por uma única pessoa ou classe. Para Foucault, a complexidade do poder é tamanha que vai muito além do domínio ou interesse, por exemplo, do pai do “panopticon” – Bentham. Não há, no controle proposto por Bentham, um eixo central do poder ou um responsável por ficar permanentemente na torre:

Ele [Bentham] não pode confiar em ninguém na medida em que ninguém pode ou deve ser aquilo que o rei era no antigo sistema, isto é, fonte de poder e justiça. [...] Já não se pode confiar em ninguém se o poder é organizado como uma máquina funcionando de acordo com engrenagens complexas, em que o lugar de cada um que é determinante, não sua natureza. [...] No panopticon, cada um, de acordo com seu lugar, é vigiado por todos ou por alguns outros; trata-se de um aparelho de desconfiança total e circulante, pois não existe ponto absoluto. A perfeição da vigilância é uma soma de malevolências. (Foucault, 2005, p. 220-221)

Assim, sob o olhar de Foucault (2005, p. 222-223), o poder deve ser visto como engrenagem em que complexos distintos e dotados de poder se articulam, sem, contudo, abandonarem suas especificidades:

A articulação atual entre família, medicina, psiquiatria, psicanálise, escola, justiça, a respeito das crianças, não homogeneiza estas instâncias diferentes, mas estabelece entre elas conexões, repercussões, complementaridades, delimitações, que supõem que cada uma mantenha até certo ponto, suas modalidades próprias. (FOUCAULT, 2005, p. 222)

Mas, segundo Foucault (2005, p. 223), nesse emaranhado de mecanismos de poder, a burguesia do século XIX busca e alcança a produção e o lucro. Lucro esse que altera as engrenagens dessa máquina, proporcionando um movimento circular. Todavia, para o estudioso, a expressão “produção” deve ser vista em seu sentido amplo, podendo significar o ato de produzir uma destruição, ao, por exemplo, lançar mão do poder de força que o exército representa. O mesmo acontece quando o pesquisador (2005, p. 223-224) emprega a expressão “trabalho”, que não significa, na grande maioria das vezes, trabalho como função produtiva, mas como função simbólica - função de adestramento ou função disciplinar.

Porém, reforça Foucault (2005, p. 225), há o aspecto um pouco utópico do projeto de Bentham, quando esse não leva em consideração a possível e concreta revolta daqueles que estão submetidos às relações de poder. Mas, perante essa possibilidade, Foucault (2005, p. 226-227) deixa um questionamento: qual seria a resolução do problema? Bastaria que os operários, prisioneiros ou qualquer outro grupo conseguissem ocupar a torre, substituindo assim a pessoa do vigia?

Sim [tem sentido que os prisioneiros se apoderem da torre central]. Contanto que este não seja o objetivo final da operação. Os prisioneiros fazendo funcionar o dispositivo panóptico e ocupando a torre – você acredita então que será muito melhor assim que com os vigias? (FOUCAULT, 2005, p. 227)

É bem provável que os leitores de Foucault acreditem que essa possibilidade não acrescentaria mudança efetiva, mas que se faz necessário que se mude todo o sistema de poder, as relações de poder, os olhares impregnados de poder, bem como a hierarquia estabelecida pelo poder.

Em artigo intitulado “A governamentalidade”, Michel Foucault, para entender a política moderna de governo, estuda a relação entre segurança, população e governo e o modo como esse processo evolui. Conforme o filósofo (2005, p. 277-278), aquilo que na Idade Média ou na Antiguidade greco-romana era considerado como modelo de comportamento a ser seguido pelo príncipe, passa, a partir do século XVI até o final do século XVIII, a ser visto como a arte de governar. A arte de governar, de acordo com Foucault, implica na habilidade do príncipe perante a escolha da melhor postura frente ao abrangente leque de questões que surgem no novo panorama que se estabelece a partir desse período.

A mudança do sistema feudal para uma maior abrangência territorial e administrativa, por parte do Estado, e a passagem da passividade religiosa perante a existência de um Deus católico único e poderoso para as fissuras baseadas no movimento de Reforma e Contra-Reforma, bem como as dúvidas que se instalam frente ao caminho que levaria à salvação geram problemáticas diferenciadas que exigem do príncipe maior habilidade na gestão do poder.

O filósofo italiano Nicolau Maquiavel (1469-1527), em *O príncipe*, fala a respeito da habilidade que o soberano deve ter para manter sua relação com o território que herdou e também com seus súditos. Essa habilidade consiste em dois pontos fortes: identificar os perigos que possam vir a fragilizar seu governo e estar apto para manipular suas relações de força a fim de manter a estabilidade. Foucault (2005, p. 278-279) destaca que a tese defendida por Maquiavel, em *O Príncipe*, teve aceitação em sua contemporaneidade e no início do século XIX, porém nesse ínterim foi alvo de grande crítica. Todavia é a literatura anti-Maquiavel que o pesquisador se propõe estudar por entender que a censura está impregnada de conceitos e estratégias de grande valia.

Essa literatura anti-Maquiavel procura provar que a habilidade do príncipe em manter seu principado, proposta por Maquiavel, não consiste em arte de governar. “Ser hábil em conservar seu principado não é de modo algum possuir a arte de governar” (FOUCAULT, 2005, p. 280). Foucault (2005, p. 280) escolhe como objeto de estudo uma das primeiras críticas à obra de Maquiavel: *Miroir politique contenant diverses manières de gouverner*, de Guillaume de La Perrière. Segundo análise de Foucault, La Perrière entende governar como práticas que se desenvolvem sempre que um ser está em posição de destaque e superioridade

frente a outros. Para ele, governantes podem ser desde monarcas, príncipes e juízes até pais de família e professores, dentre outros. Já Maquiavel, afirma Foucault, quando se refere a um governante, fala especificamente daquele que conduz um Estado através da política.

Segundo Foucault (2005, p. 280), o estudioso La Mothe Le Vayer divide essas diferentes modalidades de governo em três grandes grupos que se relacionam e se interligam de modo contínuo. No olhar de La Mothe Le Vayer, não há oposição entre a forma de governo embasada na soberania e a forma de governo embasada no judiciário. Há, isto sim, três grandes tipos de governo: um governo que tem como princípio a moral – nesse caso o comprometimento maior do governante é com sua consciência e valores; um governo que tem como princípio a economia – essa modalidade diz respeito à habilidade ao gerir uma família; e um governo que tem como princípio a política – tipologia que focaliza o bem estar do Estado e, conforme La Mothe Le Vayer, diferencia-se dos demais.

Foucault (2005, p. 281) ressalta que as relações entre as três grandes maneiras de governar propostas por La Mothe Le Vayer se dão em efeito cascata que ele denomina de continuidade ascendente e descendente. Ascendente, quando, antes de governar o Estado, aquele que aspira esse cargo, sabe se governar e gerenciar sua família e a economia dela. A continuidade descendente sugere que o modelo de governo usado pelo Estado, orienta os chefes de família na condução de suas células e de seus bens de forma que os indivíduos que integram essas famílias igualmente terão o caminho a seguir já traçado.

Michel Foucault (2005, p. 281) chama a atenção que é justamente na continuidade de governo descendente que se respalda o governo que tem como força a polícia; já a continuidade de governo ascendente se enquadra à forma de governar do príncipe. Todavia, afirma ele, em quaisquer das situações, o governo da família, denominado por La Mothe Le Vayer de economia, é o alvo de ambos os processos:

A introdução da economia no exercício político será o papel essencial do governo. E se foi assim no século XVI, também o será no século XVIII [...]. Governar um Estado significará portanto estabelecer a economia ao nível geral do Estado, isto é, ter em relação aos habitantes, às riquezas, aos comportamentos individuais e coletivos, uma forma de vigilância, de controle tão atenta quanto a do pai de uma família. (FOUCAULT, 2005, p. 281)

Foucault (2005, p. 282) explica que se a palavra economia, no século XVI, representava apenas uma forma de governo familiar, no século XVIII passa a ser correlata à expressão governo do Estado. A economia tem como essência e representação maior a vigilância e o controle nos moldes dos cuidados exercidos pelo pai de família sobre sua prole.

Com o olhar voltado para a economia, Foucault (2005, p. 282) analisa aquilo que é mais um ponto da crítica de La Perrière em relação a Maquiavel e à teoria que esse defende em *O príncipe*. La Perrière entende que “governo é uma correta disposição das coisas de que se assume o encargo para conduzi-las a um fim conveniente” (LA PERRIÈRE apud FOUCAULT, 2005, p. 282). Por seu turno, analisa Foucault, Maquiavel entende que o príncipe deve conduzir seu principado baseado na soberania jurídica do soberano que tem como base o direito público empregado desde a Idade Média até o século XVI. Assim, o principado de Maquiavel, bem como a soberania jurídica do soberano da Idade Média, tem como base os mesmos elementos – o território e seus habitantes. Todavia, para esses, o território é o fator fundamental, não importando as condições geográficas ou econômicas desse espaço e daqueles que lá habitam.

Conforme interpretação de Foucault (2005, p. 282), “coisas” para La Perrière se equivalem a homens, às riquezas, aos recursos, aos meios de subsistência, ao território (fertilidade, seca, clima) e suas fronteiras, aos homens com relação a outros homens como costumes, hábitos, formas de agir e pensar e também aos homens com relação a fatos como acidentes, desgraças, fome, epidemias e morte. Então, segundo Foucault e este de acordo com La Perrière (2005, p. 282-283), governar não diz respeito apenas ao território, mas ao bom estado e bom andamento de tudo aquilo que esse espaço físico comporta, bem como seu progresso e bem estar.

O filósofo (2005, p. 283-284) destaca que uma das grandes diferenças entre governo e soberania, segundo teoria de La Perrière e que ele concorda, é a questão da finalidade. O primeiro tem uma finalidade para governar – o bem estar da população; a segunda não tem razões externas para exercer seu poder - seu fim é ela mesma. “O bem é a obediência à lei, portanto o bem a que se propõe a soberania é que as pessoas obedeçam a ela” (2005, p. 284). Todos devem ser submissos ao soberano (obedecer às leis – do príncipe ou de Deus-, pagar os impostos, realizar suas tarefas, primar pela ordem) para que o principado aconteça e se repita de forma cíclica.

Foucault (2005, p. 284) reforça que La Perrière, quando define governo, não se refere ao bem comum como os juristas defendem, fala de um olhar adequado a cada coisa, portanto da pluralidade de fins específicos que buscam uma maior produção de riqueza, meios diferenciados que proporcionem subsistência às pessoas bem como o crescimento da população. Conforme Foucault, para La Perrière, “dispor as coisas” implica em utilizar diferentes meios para que se alcancem os fins almejados:

[...] no caso da teoria do governo não se trata de impor uma lei aos homens, mas de dispor as coisas, isto é, utilizar mais táticas do que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas. Fazer, por vários meios, com que determinados fins possam ser atingidos. Isto assinala uma ruptura importante: enquanto a finalidade da soberania é ela mesma, e seus instrumentos têm a forma de lei, a finalidade do governo está nas coisas que ele dirige, deve ser procurada na perfeição, na intensificação dos processos que ele dirige e os instrumentos do governo, em vez de serem constituídos por leis, são táticas diversas. (FOUCAULT, 2005, p. 284)

Se a finalidade do governo está nas coisas que ele dirige, os instrumentos do governo, ao invés de serem leis, são táticas. Foucault, em análise ao texto de La Perrière (2005, p. 285), diz que conforme o estudioso, um bom governante, para alcançar seus fins, necessita paciência, sabedoria e diligência, sendo que paciência é fundamental para todos os três itens. Segundo Foucault, a sabedoria, para La Perrière, difere do conhecimento teórico das leis ou da tradição, diz respeito ao conhecimento daquilo que se pretende atingir e o interesse em alcançar tais objetivos. E a diligência implica em governar a serviço dos governados, condição que mais uma vez difere dos princípios de Maquiavel apresentados em *O príncipe*.

O filósofo francês (2005, p. 285) entende que essa compreensão da arte de governar do século XVI, permanece até sua contemporaneidade, século XX e tem como base a razão de Estado:

[...] o Estado se governa segundo as regras racionais que lhe são próprias, que não se deduzem nem das leis naturais ou divinas, nem dos preceitos da sabedoria ou da prudência; o Estado, como a natureza, tem sua racionalidade própria, ainda que de outro tipo. Por sua vez, a arte de governo, em vez de fundar-se em regras transcendentais, em um modelo cosmológico ou em um ideal filosófico-moral, deverá encontrar os princípios de sua racionalidade naquilo que constitui a realidade específica do Estado. (FOUCAULT, 2005, p. 286)

Porém, conforme Foucault (2005, p. 286-287), a arte de governar, baseada em regras racionais, em um primeiro momento, foi motivo de crises militares, políticas e econômicas; foi também inconsistente, por essas regras permanecerem vinculadas ao pensamento da soberania. Explica o filósofo que apenas com o desenvolvimento do mercantilismo é que se começa a produzir certo saber sobre o Estado que pode ser usado como tática de governo. Todavia não é o mercantilismo uma tática de poder vinculada a arte de governar em sua plenitude. O mercantilismo, diz ele, encontra-se dentro da estrutura de governo baseada na soberania e os instrumentos que produz são instrumentos de soberania como leis, armas e exército.

Somente quando a arte de governar alia-se a nova teoria da soberania – o contrato de soberania que determinava as responsabilidades na relação entre o soberano e seus súditos e

vice-versa é transformado pelos juristas do século XVII em leis da arte de governo que irão prescrever os direitos públicos – é que essa adquire mais consistência. Contudo, isso não é o suficiente para a arte de governo se desenvolver efetivamente, ela fica sob dois pilares que não correspondem a suas necessidades: um modelo de Estado soberano e um modelo de governo que se equivale à forma do pai de família governar sua casa (governo da economia), mas que não é consistente o suficiente para resolver as aspirações do Estado. (2005, p. 287)

O que Foucault (2005, p. 288) chama de desbloqueio da arte de governar somente vai acontecer com a expansão demográfica do século XVII. O aumento da população gera a abundância monetária que por sua vez gera o aumento da produção agrícola. Ao se relacionarem, esses itens, demonstram que a ciência do governo, a economia e a expansão demográfica fazem parte de um processo cíclico em que um fator deságua no outro.

Assim, segundo Foucault (2005, p. 288), no século XVIII a população torna-se o fator determinante para desbloquear a arte de governo ao eliminar o modelo de família e tornar-se um grande campo produtor de informações. A população é objeto de estatísticas ao se retirar dela informações como número de mortos, de doentes, de acidentes, bem como informações a respeito de epidemias, da mortalidade, do trabalho e da riqueza. A família, nessa perspectiva, passa a ser apenas um instrumento no interior do vasto campo que é o da população:

[...] De modelo, a família vai tornar-se instrumento, e instrumento privilegiado, para o governo da população e não modelo quimérico para o bom governo. Este deslocamento da família do nível de modelo para o nível de instrumentalização me parece absolutamente fundamental, e é a partir da metade do século XVIII que a família aparece nesta dimensão instrumental em relação à população, como demonstram as campanhas contra a mortalidade, as campanhas relativas ao casamento, as campanhas de vacinação, etc. Portanto, aquilo que permite à população desbloquear a arte de governo é o fato dela eliminar o modelo da família. (FOUCAULT, 2005, p. 289)

Dessa maneira, grifa Foucault (2005, p. 289), o objetivo final do governo é melhorar “a sorte da população” no que diz respeito à ampliação das riquezas, à manutenção da saúde e à longevidade das pessoas. Para isso o governo lança mão de campanhas que têm como alvo a população e de técnicas que indiretamente irão se inserir sobre a população. Nesse novo modelo de governar, diz Foucault, a população torna-se, ao mesmo tempo, sujeito e objeto. Se, por um lado, a população é sabedora daquilo que o governo deseja frente a ela, por outro lado, desconhece o que o governo quer dela. Ou seja, se por um lado o indivíduo tem consciência de ser um membro da população, por outro lado, desconhece os desejos particulares de cada um que compõe o grupo.

O nascimento do saber de governo embasado na população equivale ao nascimento de uma nova ciência de governo que tem como princípio a economia política. Assim, ocorre a passagem da arte de governo, amparada na estrutura da soberania, para a ciência política, amparada em técnicas de governo:

Com isto não quero de modo algum dizer que a soberania deixou de desempenhar um papel a partir do momento em que a arte do governo começou a tornar-se ciência política. Diria mesmo o contrário: nunca o problema da soberania foi colocado com tanta acuidade quanto neste momento, na medida em que se tratava precisamente não mais, como nos séculos XVI e XVII, de procurar deduzir uma arte de governo de uma teoria da soberania, mas de encontrar, a partir do momento em que existia uma arte de governo, que forma jurídica, que forma institucional, que fundamento de direito se poderia dar à soberania que caracteriza um Estado. (FOUCAULT, 2005, p. 290)

Foucault (2005, p. 291), ao analisar textos de Rousseau, ressalta que esse afirma que a nova arte de governo não resolve a questão da soberania, apenas a torna mais acentuada. Pois nesse novo modelo, a disciplina empregada nas escolas, oficinas e exércitos nos séculos XVI e XVII é aplicada ainda com maior ênfase para gerir a população:

Devemos compreender as coisas não em termos de substituição de uma sociedade de soberania por uma sociedade disciplinar e desta para uma sociedade de governo. Trata-se de um triângulo: soberania-disciplina-gestão governamental que tem na população seu alvo principal e nos dispositivos de segurança seus mecanismos essenciais.

O que gostaria de mostrar é a relação histórica profunda entre: o movimento que abala a constante da soberania colocando o problema, que se tornou central, do governo; o movimento que faz aparecer a população como um dado, como um campo de intervenção, como o objeto de técnica de governo; e o movimento que isola a economia como setor específico da realidade e a economia política como ciência e como técnica de intervenção do governo neste campo da realidade. São estes três movimentos – governo, população, economia política – que constituem, a partir do século XVIII, um conjunto que ainda não foi desmembrado. (FOUCAULT, 2005, p. 291)

Contudo, Foucault afirma que tanto o encantamento pelo Estado como o desencanto com esse são sentimentos fortes e proporcionam olhares que maquiavam a realidade. Nessa perspectiva, o Estado é visto ou como instância capaz de resolver todos os problemas ou como instituição responsável por todas as tragédias. Mas, afirma Foucault, o Estado não tem todo esse poder e nem seria seu desaparecimento a solução desse impasse, mas a governamentalização dessa máquina:

[...] Afinal de contas, o Estado não é mais do que uma realidade compósita e uma abstração mistificada, cuja importância é muito menor do que se acredita. O que é importante para nossa modernidade, para nossa atualidade, não é tanto a estatização

da sociedade mas o que chamaria de governamentalização do Estado. (FOUCAULT, 2005, p. 292)

Essa governamentalidade equivale às táticas de governo que diferenciam as ações que competem ao Estado daquelas que são de domínio privado. As táticas empregadas pelo governo sobre a população têm como instrumento o saber econômico que controla a sociedade através da disciplina, instrumento que também pode ser chamado de polícia. Para encerrar, Foucault assim resume as economias de poder desenvolvidas no Ocidente:

[...] em primeiro lugar, o Estado de justiça, nascido em uma territorialidade de tipo feudal e que corresponderia *grosso modo* a uma sociedade da lei; em segundo lugar, o Estado administrativo, nascido em uma territorialidade de tipo fronteiro nos séculos XV-XVI e que corresponderia a uma sociedade de regulamento e de disciplina; finalmente, um Estado de governo que não é mais essencialmente definido por sua territorialidade, pela superfície ocupada, mas pela massa da população, com seu volume, sua densidade e em que o território que ela ocupa é apenas um componente. Este Estado de governo que tem essencialmente como alvo a população e utiliza a instrumentalização do saber econômico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança. (FOUCAULT, 2005, p. 292- 293)

Dessa forma, entende-se que a governamentalização do Estado é justamente a questão política que permite que ele exista. Portanto, o Estado, segundo Foucault, deve ser visto conforme as táticas empregadas em sua governamentalidade.

2 VIDA/MORTE E AS COMPLEXIDADES HUMANAS

2.1 "O velho Sanches"

Em "O Velho Sanches", título do primeiro conto da coletânea denominada *Um pobre homem*, o narrador conta a seu amigo João Pinto da Silva a trajetória de vida de seu também amigo Sanches que acabara de ser sepultado. Sanches, segundo o narrador, era homem simples que vivera sua infância em um orfanato. Sob influência da literatura, Sanches fora para o seminário onde acabara sendo expulso pelo mesmo motivo que lá o levava - leituras greco-romanas. Ao retomar seu convívio na sociedade, Sanches resgata também sua profissão de encadernador com o intuito de permanecer próximo aos livros e à história da humanidade. O narrador confessa que Sanches fora seu mestre no conhecimento da história do Império Romano. Em contrapartida, esse auxiliara Sanches na difícil arte de conviver com a burocracia e as mazelas humanas, em especial quando se tratava do convívio com os políticos da época e seus princípios, já que Sanches preferia levar uma vida desapegada de questões de ordem material. Assim, a morte de Sanches representa, para o narrador, o fim da ingênua crença em uma sociedade melhor.

Dyonelio Machado, talvez com o intuito de dar mais veracidade a sua criação, confere a esse conto certo tom confidencial. O narrador anônimo - personagem secundário da narrativa -, através de um desabafo, dirige-se ao narratário imediato João Pinto da Silva, para comunicar-lhe a recente morte e o sepultamento do velho Sanches, amigo seu e desconhecido do receptor do comunicado. O conto é mero instrumento para que o narrador, ao rever a trajetória de vida do seu sábio e velho amigo Sanches, critique os diferentes segmentos da sociedade. O primeiro olhar irônico do conto volta-se à parcela intelectualizada da sociedade.

O narrador critica a soberba dos intelectuais modernos em oposição à simplicidade dos filósofos da antiguidade que, assim como Sanches, eram homens simples:

Você nunca o viu, bem sei. Pois perdeu a melhor ocasião de travar relações com um dos raros homens deste hemisfério.
Certo que ele não era um filósofo. Não que a isso se opusesse a sua simplicidade: na antiguidade os filósofos eram homens simples, a verdade parecendo amar de preferência os humildes e os ingênuos, do que é ainda um vestígio eloqüente a exatidão, frescura e originalidade do juízo das crianças. (MACHADO, 1995a, p. 9)

Através da revisão dos primeiros anos de vida de Sanches, que faz apenas pelo que ficara sabendo, pois o conhece já em idade avançada, o narrador faz denúncias relativas à superficialidade do ensino brasileiro de sua contemporaneidade frente à profundidade do ensino da língua latina oferecido a Sanches ainda no orfanato e tendo continuidade no seminário; louva a aptidão intelectual de seu herói; e reflete sobre a influência da literatura greco-latina na vida de seu amigo.

Conforme o narrador, essa “velha língua dos velhos povos desaparecidos” (1995a, p. 9) é oferecida ao menino Sanches por conta de alguns remanescentes integrantes do clero, “não de todo contaminados da vertigem niveladora do século” (1995a, p. 9). A expressão última do narrador, relativa, possivelmente, à educação do século XIX, pode ser lida nos dias atuais como o limitado e superficial conhecimento oferecido aos estudantes dos séculos XX e XXI por inúmeras causas que não cabem aqui ser analisadas. A capacidade intelectual de Sanches destacada pelo narrador é fruto da vasta leitura literária que esse compartilha com seus mestres, condição polêmica na atualidade, pois somente o professor que possui ampla experiência de leitura é capaz de compartilhar com seu aluno desse conhecimento e prazer. Por fim, entende-se que a influência da literatura na vida de Sanches é vista pelo narrador sob dois aspectos distintos. Positivo, pela grandeza de espírito que a boa leitura proporciona ao leitor proficiente, e negativo, pela dificuldade que o leitor encontra em conviver com os demais membros da sociedade que não compartilham dessa experiência e, com isso, não conseguem desprender-se do mundo material e limitado que os cerca.

Assim, influenciado por “todo esse arsenal de coisas grandiosas e inúteis” (1995a, p. 10), Sanches deixa o orfanato, sua morada desde que fora colocado à roda¹, e segue a carreira clerical. Já no seminário, ao dar continuidade aos estudos, Sanches é tomado pelo paganismo. O aprofundado conhecimento da literatura grego-latina provoca no seminarista reações contrárias àquelas esperadas pelo clero. Ele passa, pois, a defender idéias renascentistas, o que

¹ Nos asilos e orfanatos, espécie de caixa giratória onde se colocavam as crianças enjeitadas. (Dicionário Aurélio)

impossibilita sua estada no seminário, chegando à expulsão que é executada pelo padre superior:

Mas o latim, meu caro amigo, fez na cabeça desse seminarista inofensivo o mesmo formidável estrago com que marcou a sua passagem pelo crânio esbraseado de Dante: atirou-o na idolatria espiritual, no paganismo filosófico! Não no paganismo puro e contemplativo, que seria um bem inigualável, mesmo à altura desses deuses magníficos e pródigos. Mas no paganismo disfarçado, que constitui um crime. (MACHADO, 1995a, p. 11)

Nota-se, nessa passagem, o que pode ser considerado metalinguagem – a literatura falando de seus efeitos emancipatórios. Sanches, devido às muitas leituras literárias que realiza, passa a aceitar e defender outras teorias e, portanto, a ver o mundo de maneira diferente do modo como o vêem aqueles com quem convive. Sobre a recepção da obra literária, seus efeitos e contribuição para com a sociedade, Hans Robert Jauss afirma:

Uma obra literária pode, pois, mediante uma forma estética inabitual, romper as expectativas de seus leitores e, ao mesmo tempo, colocá-los diante de uma questão cuja solução a moral sancionada pela religião ou pelo Estado ficou lhes devendo. [...] Contudo, a obra literária pode também [...] inverter a relação entre pergunta e resposta e, através da arte, confrontar o leitor com uma realidade nova, “opaca”, a qual não mais se deixa compreender a partir de um horizonte de expectativa predeterminado. (JAUSS, 1994, p. 56)

A afirmação de Jauss pode ser adaptada à realidade da personagem Sanches no sentido de que esse, devido à influência da leitura, passa a discordar da forma como a religião e o Estado vêem o mundo e o comportamento humano aceito como moral. No segundo momento da afirmação de Jauss, também é possível enquadrar a experiência de vida da personagem Sanches ao momento em que esse passa a perceber outra realidade. O novo universo vislumbrado pelo leitor renascentista, não condiz com o modelo pregado e defendido pelas estruturas sociais dominantes como a Igreja e o governo.

Nessa perspectiva, o narrador relata que Sanches desapega-se da vida trivial e mesquinha de seu tempo de tal modo que não mais é aceito nos espaços em que convive. Um exemplo forte dessa exclusão é seu afastamento do seminário por não comungar dos ideais conservadores da Igreja - instituição formada e gerida por homens – impostos enquanto convenções colocadas acima do sentimento de fé. Conforme as palavras ditas pelo “superior dos padres” (1995a, p. 11), ao expulsar Sanches daquela instituição:

O senhor não pode ficar aqui, não porque não creia em Deus. Isso não é condição essencial para ser padre. Não pode ficar, porque o senhor abraça idéias que a Igreja condenou a bem mil e setecentos anos. Boas, certamente, mas estigmatizadas pelos verdadeiros doutores da Igreja [...]. (MACHADO, 1995a, p. 12)

Fora do seminário, Sanches torna-se alvo de crítica por não compartilhar as mesmas experiências sociais e intelectuais com seus semelhantes. O ex-seminarista sente-se fora daquele contexto social, pois não se adapta às trivialidades que preenchem o dia-a-dia daqueles que aceitaram o cotidiano daquela sociedade, e, por ser minoria, é considerado pelos demais como louco. O narrador, grande admirador da sabedoria de seu amigo Sanches, é irônico ao narrar esse fato e ao declarar-se descontente com a sociedade de que é contemporâneo:

Mas não é impunemente que um homem do nosso século se afunda assim numa época tão remota. Começa por perder a noção própria da vida vulgar. Acaba perdendo também o respeito dos seus contemporâneos. Sanches já não sabia onde estava nem o que era. E a vizinhança, por seu turno, que acompanhava, da maneira mais meticulosa e louvável possível, os seus hábitos tão singulares, não duvidou em considerá-lo maluco, opinião igualmente partilhada pela sua lavadeira, que vinha trazer-lhe, uma vez de quinze em quinze dias, a roupa, e chegara também à conclusão, que logo se impôs como definitiva, de que “o velho devaneava...” (MACHADO, 1995a, p. 12-13)

O estabelecimento de relações intertextuais da passagem citada com o clássico da literatura universal, *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes, e com o clássico da literatura brasileira, *Triste fim de Policarpo Quaresma*, de Lima Barreto, é um ato inevitável. Os anti-heróis Sanches, Dom Quixote e Policarpo Quaresma são ridicularizados pelas sociedades a que são contemporâneos pelo fato de tais sociedades não compartilharem da grandeza de seus gestos. As três personagens são homens sonhadores, desapegados de bens materiais e com grande experiência de leitura. É a leitura um dos fatores responsáveis pelo elevado caráter dessas personagens, bem como a alavanca para a sua degradação perante a sociedade em que vivem.

A relação antagônica entre o burlesco e o magnífico é o centro do enredo dessas narrativas. Os partícipes do dia-a-dia daquelas sociedades - desde o século XVII, tempo da publicação de *Dom Quixote*, até o século XX, período da publicação das narrativas de *Triste fim de Policarpo Quaresma* e do conto “O velho Sanches” - consideram os grandes gestos daqueles que vivenciaram experiências distintas proporcionadas pela leitura como frutos da loucura. A maioria esmagadora da sociedade delineia, assim, uma inversão de valores. Ao viverem conforme as convenções sociais de seu tempo, sem questionar o que é proposto, e ao

submeterem-se às regras do bem-viver, impõem-se como superiores. Por outro lado, aqueles que se lançam em busca de mudanças, tendo como leme seus sonhos e convicções, são vistos como inferiores - pessoas desregradas, doentes, incapazes de conviver com os demais.

Percebe-se, nessa situação, que o poder, com a máscara da legitimidade, age de forma sutil, impondo um paradigma de comportamento. Tal paradigma dilui-se nos mais diferentes âmbitos da sociedade, bem como em diferentes épocas, alterando-se, em cada período, os opressores e os oprimidos. Por isso, Foucault deixa de ver o poder apenas como repressão para vê-lo como uma engrenagem que abrange toda a sociedade; é aceito por essa e nela atua de forma produtiva:

Ora, me parece que a noção de repressão é totalmente inadequada para dar conta do que existe justamente de produtor no poder. Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. [...] O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir. (FOUCAULT, 2005, p. 7-8)

Em capítulo intitulado “A casa dos loucos”, Michel Foucault estuda a posição do louco e do psiquiatra em um asilo. Para isso, o filósofo volta no tempo e relata como a loucura foi vista no passado. Foucault (2005, p. 120-128) afirma que, até o século XVII – período da publicação de *Dom Quixote* -, a loucura era considerada apenas como forma equivocada de ver o mundo, como “quimeras do mundo”, e não se entendia que o louco tivesse de viver isolado dos demais, exceto em situações extremas. Porém, segundo o estudioso, a partir do século XX, período que abrange a publicação de *Triste fim de Policarpo Quaresma* e o conto “O velho Sanches”, a loucura passa a ser vista como um desvio de conduta que envolve desordem de comportamento, de ações, de opiniões, de desejos e de sentimentos. Tais sintomas sugerem o afastamento do louco da sociedade, para que esse se torne objeto de estudo dos médicos, que, por deterem o poder, constroem sua verdade baseados nas condições do paciente. Segundo Foucault, tal realidade se estendeu até que as antipsiquiatrias dessem uma nova fisionomia à psiquiatria moderna:

No cerne da antipsiquiatria existe a luta com, dentro e contra a instituição.
[...]

Como se poder ver tudo é questão de poder: dominar o poder do louco, neutralizar os poderes que de fora possam se exercer sobre eles, estabelecer um poder terapêutico e de adestramento, de “ortopedia”. Ora, é precisamente a instituição

como lugar, forma de distribuição e mecanismos dessas relações de poder, que a antipsiquiatria ataca. (FOUCAULT, 2005, p. 126)

Nesse contexto, o período da publicação das narrativas está de acordo com os diferentes destinos das personagens Dom Quixote e Policarpo Quaresma respectivamente. O primeiro vive sua errância com certa liberdade, mas o mesmo não ocorre com o segundo, que é submetido à internação em hospital psiquiátrico. Já Sanches, sofre como sanção por sua distinção do comum e do trivial a expulsão do seminário e o fato de não adaptar-se ao convívio social com o agravante de ser alvo de comentários e julgamento dos vizinhos e de sua lavadeira.

A filha de Dyonelio Machado, Cecília Machado Bordini, em ensaio denominado “Um homem de muitas paixões”, fala da paixão do seu pai por leituras sobre o Império Romano e estabelece um paralelo entre seu pai – “o velho Dyonelio” - e o velho Sanches – personagem protagonista do conto homônimo. A diferença que Bordini estabelece entre ambos é que seu pai não chegou a enlouquecer com as leituras que fizera do grego e do latim, o que, conforme o conto dyoneliano, acontecera com o velho Sanches:

Ele [Dyonelio Machado] tinha uma coleção incrível sobre o Império Romano [...]. Este seu interesse vem de longe. Em *Um pobre homem* tem um conto, *O velho Sanches*, em que o camarada se embrenhou tanto no tempo, no passado, que já não sabia mais distinguir o tempo. Aquilo já dá uma pista do que era o velho Dyonelio. Ele só não é um velho Sanches, porque não enlouqueceu. Como diria o Eça de Queirós, ele se retesou no bom-senso. (BORDINI, 1995. p. 76)

Em “O velho Sanches”, o narrador, ao mesmo tempo em que é discípulo de Sanches, pois é com ele que tem suas primeiras noções de história romana, é seu suporte para resolver questões burocráticas do dia-a-dia e para protegê-lo de atos imorais. Sanches, por ser desapegado a este mundo, é auxiliado pelo narrador ao receber pequena herança de um parente distante. Os trâmites legais “a percorrer essa áspera via-crucis através os regulamentos e os tribunais” para que Sanches dê destino a sua pequena herança são a matéria de que se vale o narrador para formular sua crítica e externar seu descontentamento com a enfadonha burocracia que envolve os diferentes órgãos públicos. Atitudes imorais como situações em que “um tabelião reclamava a sua propina” também são criticadas pelo narrador. (1995a, p. 13)

Com o intuito de livrar o amigo encadernador dos impostos necessários para que recebesse sua pequena herança, o narrador sugere a seu mestre que o pedido de isenção do imposto de transmissão seja feito pessoalmente, e de forma direta, ao governador. Sanches

não dispunha de poder aquisitivo para pagar os encargos financeiros oriundos da burocracia por ter doado, em vida, seus poucos bens, inclusive o recente legado, à biblioteca do Estado.

Durante a visita do narrador e de Sanches ao gabinete do chefe de Estado, o ambiente é amistoso, todavia os interlocutores (Sanches e o governador) não compartilham os mesmos ideais. Sanches procura falar sobre literatura clássica, possivelmente para amenizar a formalidade da situação, mas o governador não aprecia a cultura romana: “O governador conhecia sofrivelmente o seu Ovídio” – poeta latino (1995a, p. 13). O pouco conhecimento do homem público para com a literatura universal pode ser entendido como crítica de Dyonelio Machado em relação àqueles que comandam o povo. Em outra investida em desaprovação aos órgãos públicos e seus representantes, o narrador critica o uso abusivo do poder pelo executivo para com o legislativo e o judiciário. O desempenho moroso e truncado dessas diferentes instâncias governamentais, bem como a capacidade de manipulação que um órgão tem sobre outros segmentos que compõem a máquina administrativa, também são motivos de censura do discípulo de Sanches:

O Governador mostrava-se desejoso de atender o bom velho:

- Este seu assunto [assunto de Sanches] é privativo do Congresso. O senhor dirija-lhe um requerimento que eu [governador] patrocinarei o seu pedido junto dos representantes do povo.

Os representantes do povo eram, sem esforço, criaturas suas. Começara, como seu colega, na Câmara, por insinuar-se no manejo de suas vontades fracas, de resto extenuadas já pela ambição. Acabara tiranizando docemente as suas consciências infantis. Senhor do Congresso, levava a sua manobra à magistratura, que igualmente se rendia ao seu *imperium* suave. Daí irradiara a sua dominação às corporações militares, associações civis, religiosas, à sociedade toda, enfim! (MACHADO, 1995a, p. 13-14)

As críticas aos governantes e ao uso abusivo do poder não param por aí, Dyonelio Machado lança mão de toda a ironia que lhe é peculiar para demonstrar sua indignação frente à sociedade em que vive. Assim, o narrador-personagem, através de *flashback*, denuncia o descaso com a população ao lembrar que voltaram “umas duas vezes” à Câmara até que essa se colocasse favorável ao pedido de Sanches.

O narrador usa de ironia ao falar da importância da sessão da Assembléia no dia da votação do requerimento de Sanches. Segundo ele, a sessão era solene, “pois coincidira a votação do requerimento com a leitura de uma mensagem especial do executivo, pedindo um determinado crédito para não me lembro mais que determinada despesa urgente” (1995a, p. 14). A falta de memória do narrador em relação ao valor e ao destino da verba denota a insignificância da matéria a ser votada e, portanto, o descaso com o dinheiro público. Inclusive, o narrador reforça que toda a atenção despendida a essa votação – o “espetáculo”

destinado ao povo, que deve ser lido como espetáculo eleitoreiro – não tinha função, pois o assunto já havia sido acordado a portas fechadas no dia anterior:

A sessão, de resto, era supérflua, porque já tinha ficado assentado, na véspera, em reunião dos *leaders*, realizada no gabinete do governador, que o parlamento votaria o crédito que este pedira e na forma como ele o pedira. Contudo, o Governador julgou que não se devia furtar ao povo o espetáculo “salutar” de uma Câmara numerosa e patriótica, fiel a sua autoridade e às mais sãs inspirações do civismo, decidindo com precisão a independência em assunto de tal magnitude. (MACHADO, 1995a, p. 14)

Com o intuito de ampliar sua crítica a outros segmentos da sociedade, o narrador enumera os diferentes grupos que, representados por suas elites, se encontravam na sessão da Câmara: “Esperamos a saída dos principais vultos da política, da literatura, do jornalismo, da diplomacia, que a ela haviam assistido” (1995a, p. 14). De acordo com o narrador, Sanches, por não compartilhar desse universo, associa a imagem do Governador, “figura baixa, grossa”, à “bela cara de [um] cidadão romano” (1995a, p. 14). Para reforçar a semelhança do fato presenciado com as solenidades do Império Romano, o narrador detalha a pompa que envolvia o Governador ao retirar-se da sessão - “automóvel de luxo” e “grupo de batedores, montando motocicletas” – e reforça: “[...] como outrora os velhos lictores com os seus fâsces, a senda protocolar”. (1995a, p. 14)

A expressão “como outrora” sugere a existência de ordem cíclica a determinar o comportamento dos seres humanos. Sob esse olhar, é possível que se afirme que Dyonelio Machado ao usar a expressão em destaque esteja a sugerir que apenas trocam-se os nomes das autoridades, mas que as relações de poder permanecem as mesmas. Os gestos, que por vezes se justificam como oriundos da tradição de um povo, não passam, muitas vezes, de mera reprodução do poder, contudo a validade do que está sendo repetido, não é questionada.

A crítica aos políticos ilustrados no conto - e, por decorrência, ao povo que os contempla -, realizada por Dyonelio Machado, vai ao encontro, de forma bastante genérica, daquilo que Max Weber (1982, p. 139-140) chama de políticos demagogos. Esses, de acordo com Weber, têm como qualidade maior a vaidade que leva à falta de objetividade e irresponsabilidade. Esse tipo de político tem como principal objetivo a aparência, aquilo que Weber chama de “efeito”, o impacto que seu discurso ou “apresentação” irá causar no povo.

Para encerrar o conto, já no retorno da Câmara para casa, Sanches, em diálogo com o narrador, refere-se ao Governador e a toda cena que acabara de presenciar como se esse fosse Otávio – imperador romano. A passagem citada ilustra toda a tensão desenvolvida ao longo do conto: o contraste entre os gestos simples, mas dotados de grandeza e os gestos pomposos,

mas desprovidos de superioridade. Paradoxo que é estabelecido entre as elites que compõem a sociedade em análise e a personagem Sanches:

Durante todo o caminho vínhamos calados. Ao chegar, porém, à sua rua, bem próximo à esquina onde devíamos nos separar, Sanches fez-me estacar e disse-me, naturalmente, mansamente, trivialmente, esta coisa prodigiosa:

- Você não acha que Otávio devia assistir às sessões vestido com a *toga virilis* que lhe teceu a filha, a esposa do leal Agrippa?

Sonhava...

Como esquecê-lo, senhor? Como não sentir saudade desse doce velhinho, se ele era a Ilusão? (MACHADO, 1995a, p. 15)

Com a alusão do narrador à personagem Sanches como metáfora da ilusão, torna-se latente a releitura das obras *Dom Quixote* e *Triste Fim de Policarpo Quaresma* no conto “O velho Sanches”. Todos os três escritores – Cervantes, Lima Barreto e Dyonelio Machado – externam seu descontentamento com a realidade que vivenciam bem como seu ceticismo quanto à possibilidade de mudanças dessa realidade. Cervantes, ao demonstrar a fragilidade do sonhador D. Quixote frente ao modelo de sociedade com a qual interage, reforça seu descrédito naquele contexto histórico e em possíveis mudanças naquela realidade, conforme análise do crítico Salvatore D’Onofrio:

Mas todo este complexo ideológico, que envolve a figura do cavaleiro andante e de todo herói da literatura de massa, é visto por Cervantes sob o *modo irônico*. As aventuras de seu protagonista não são exaltadas mas satirizadas. D. Quixote é considerado um louco por não enxergar a realidade que o circunda e tentar mudar a ordem das coisas. O conteúdo colocado no fim do romance, sugerido pela derrota, pela reconquista da razão e pela morte do protagonista, é o de que é inútil e insano lutar contra a ordem social, pois é proibido sonhar com um mundo ideal. (D’ONOFRIO, 2004, p. 280)

Lima Barreto, em *Triste fim de Policarpo Quaresma*, igualmente revela certo mal estar relativo à sociedade de seu tempo, conforme esclarece o crítico Silviano Santiago, no livro *Vale quanto pesa: ensaios sobre questões político-culturais*, ao analisar a referida obra:

Dentro dessa linha interpretativa, vemos que *Triste Fim* é dos romances brasileiros o que melhor tematiza a questão da repressão ao intelectual dissidente, pois disso trata todo o tempo o romance. A força de dissidência não reside tanto nas ações patrióticas do personagem com vistas a uma mudança radical no Brasil, mas no fato de Policarpo ter as suas ações norteadas por um ideal, e é perseguindo a este que se insurge contra as forças dominantes no contexto sócio-político e econômico brasileiro. (SANTIAGO, 1982, p. 170)

Dyonelio Machado, na mesma linha de raciocínio dos escritores que o antecederam, denuncia as divergências sociais de seu tempo (culturais, econômicas, políticas, religiosas

entre outras) ao mesmo tempo em que desacredita na possibilidade de mudanças daquela sociedade. A afirmação feita pode ser ilustrada com o próprio objeto de estudo do presente trabalho – o conto “O velho Sanches”. Dyonelio Machado, no último parágrafo de sua narrativa, procede à personificação da ilusão ao grafá-la com letra maiúscula e ao substituí-la pela figura de Sanches: “Como esquecê-lo, senhor? Como não sentir saudade desse doce velhinho, se ele era a Ilusão?”. (1995a, p. 14)

Ora, se Sanches “era a Ilusão” e se o conto, desde sua primeira frase trata da morte de Sanches – “Acabo de enterrar o meu velho amigo Sanches” (1995a, p. 9) – a narrativa é o grande comprovante da desilusão do autor frente ao mundo em que vive. Essa condição também pode ser percebida na estrutura da narrativa, que é circular, fechada, sem dar espaço a outras possibilidades, que não o descrédito. O último parágrafo do conto pode ser continuado pelo primeiro parágrafo: morte e enterro da ilusão.

Com esse olhar, reforça-se a afirmação em torno de a história da humanidade ser cíclica, pois apesar de diferentes os períodos, esses apresentam os mesmos atos, credos e apegos das sociedades que os antecederam, situação que ilustra um grande conflito em torno do que realmente é viver a vida. Dessa forma, os desapegados que se lançam em busca de mudanças, acreditando nos seres humanos, e em seus próprios sonhos e convicções - por representarem a minoria e não ratificarem o senso comum –, ao estarem excluídos pelos demais e tachados de louco, tornam-se vítimas de seu próprio desprendimento.

2.2 “Melancolia”

Angelo, protagonista do conto que ora é analisado, é homem simples que migrou para a cidade grande em busca de vida melhor. Quando criança, Angelo e sua família experimentam o frio da região da fronteira, a fome oriunda da pobreza e a violência agregada ao preconceito. O pai de Angelo, ao ser pego pela polícia a roubar para matar a fome de seus filhos, é agredido física e moralmente perante a comunidade a que pertence. Humilhada, a família sente-se obrigada a abandonar aquele lugar, e Angelo, já na cidade grande, passa a trabalhar como jardineiro da residência de uma família abastada. A estação ferroviária próxima ao seu novo endereço residencial, mais especificamente a máquina manobreira que lá se encontra, passa a ser objeto de admiração do protagonista. Esse, após muita reflexão, percebe-se igual à máquina manobreira por sua diferença com as demais máquinas, condição que resulta na desarmonia daquela máquina com os demais elementos do espaço em que se encontra.

Em “Melancolia”, único conto da obra em estudo dividido em capítulos - cinco no total –, Dyonelio Machado se deixa conhecer ao manifestar seu desconforto com a sociedade a que pertence. O conto pode ser lido como metáfora da existência, da sociedade, das pessoas. Nessa narrativa, o pessimismo de Dyonelio Machado frente à humanidade é atenuado pelo forte lirismo que permeia o texto. O narrador onisciente e intruso, ao relatar a história de vida e sentimentos de Angelo, emite suas impressões sobre a discriminação social, sobre os efeitos do crescimento urbano oriundo do capitalismo bem como o desconforto que esse crescimento gera no ser humano. A trajetória da existência da máquina – a locomotiva manobreira - que é, assim como Angelo, a personagem central do conto, reforça o intuito do narrador de refletir sobre a vida e os seres humanos.

Dessa forma, “A máquina”, título do primeiro capítulo, desperta a atenção de Angelo - personagem forte, que pode ser considerado a personificação da máquina manobreira e de todos os homens superiores, inclusive o próprio autor do conto, Dyonelio Machado – por sua altivez, por sua condição enigmática e por distinguir-se das demais máquinas da estação ferroviária em que se encontra. Angelo, em uma de suas visitas rotineiras à estação ferroviária para apreciar a exuberância da máquina, é abordado pelo vigia que não o interrompe. Esse, um representante do primeiro segmento a ser criticado por Machado – o setor da segurança pública - por sentir-se superior em sua tarefa e por ver as coisas e fatos de modo superficial, conforme intervém o narrador, é “semelhante ao policial que vocês sempre vêem, sempre muito teso, na esquina”. (1995a, p. 47)

Angelo, assim como o narrador do conto, entendem aquela paisagem como um quadro embebido de beleza e lirismo: “À frente de Angelo estendia-se o “quadro” da estação ferroviária” (1995a, p. 47). E o narrador confirma sua cumplicidade com Angelo ao descrever a estação ferroviária ao narratário – “seus meninos” -, fazendo uso de linguagem poética:

Era uma vasta toalha negra e triangular, que uma rede de cordões salientes enchia de rugas escuras. Dava a impressão, meus meninos, de ter sido cortada para cobrir um espaço maior, só logrando entrar aí depois de haverem feito essas pregas destinadas a reduzir-lhes as dimensões. As instalações, os armazéns, a oficina dispunham-se, lá longe, ao fundo. Sobre um dos flancos – a *gare*.

Todas essas dependências forneciam molhos de trilhos, que se reuniam no vértice do triângulo, para irem morrer, sobre ângulos agudíssimos, nas “chaves”, depois de atravessarem uma rua perpendicular munida, de um lado e doutro, das respectivas barreiras.

Além das chaves, aqueles cordões resolviam-se num par apenas – a estrada, que, numa doce e ampla curva para a direita, se perdia, a uns quatrocentos metros aproximadamente, atrás do casario marginal numa garganta constituída pelas edificações que se erguiam de um lado e doutro da rua. Para além dessa “porta” – era o mundo... (MACHADO, 1995a, p. 47-48)

“Assim que se viu só de novo, Angelo abismou-se na contemplação muda de seu espetáculo favorito” (1995a, p. 48). Conforme o narrador, a locomotiva manobreira é comparada por Angelo ao pintor, ambos trabalham à noite com a intenção de apresentar novos cenários enquanto os outros repousam, pois a máquina, assim como o suposto artista, a cada alvorecer cria uma nova paisagem. Para ilustrar a reflexão de Angelo, o narrador compara os movimentos da máquina manobreira aos movimentos da aranha em seu ofício de criar e destruir sua teia. Angelo aprecia os movimentos da locomotiva, absorto, em busca de crescer com eles, mas não percebe que esse é o mesmo processo que ele e seus semelhantes vivem:

O seu ofício [ofício da máquina manobreira] é bem conhecido e o próprio Angelo tinha dele uma idéia nítida e precisa: fazer e desfazer as composições, deslocar incessantemente os vagões, variar, em suma, os aspectos do recinto, como um pintor perdulário e possante, que quisesse apresentar cada manhã uma fisionomia nova de um quadro que andasse a compor, e que se servisse da hora burguesa em que todos repousam, para levar a efeito o caprichoso malbaratar das tintas. Angelo seguia essa tarefa com muita atenção e amor, para procurar tirar dela ensinamentos. Passava-lhe, pois, despercebida a soma de imagens dolorosas – imagens todas da vida... – que sugere esse imenso labutar de aranha diligente e estéril, encarregada da criação e da destruição, indo e vindo em toda a extensão da vasta tela negra, a tecer e destecer uma teia interminável... (MACHADO, 1995a, p. 48)

Ao apreciar a cena transcrita, Angelo se deixa invadir por lembranças do passado e compara a “máquina, escura, grande, dócil” a um “desses enormes animais domesticados que ele vira, uma vez, nas ruas da sua povoação, caminhando tranqüilamente, puxado por um saltimbanco” (1995a, p.49). Angelo, ao comparar a máquina a um grande animal domesticado, ressalta as qualidades dos dois elementos comparados que são sua força e imponência. Contudo, ambos estão sujeitos à coordenação do ser humano e, nos dois casos, as pessoas que detém o poder perante os elementos subordinados são apresentados com certo desdém: homem taciturno (1995a, p.49) e saltimbanco (1995a, p.49), respectivamente. Assim, entende-se que a altivez da máquina e do animal perante o ser humano que lhes governa são insuficientes para que esses adquiram liberdade devido ao contexto maior de manipulação em que os diferentes seres comparados se encontram.

A passagem em análise pode ser associada ao que Michel Foucault denomina de “olho do poder”. Foucault fala do olhar que vigia, sistema proposto por Bentham e chamado de *panopticon*. Nesse sistema as pessoas ficam limitadas em suas ações, pois sabem estar sendo acompanhadas pelo olhar que vem de fora. O constrangimento gerado pelo rastreamento é tamanho que os indivíduos internalizam tal limitação e passam a controlar suas próprias ações. No conto, não é só Angelo que se sente inibido pela presença do guarda-freio -

comparado pelo narrador a um policial - na ferroviária, mas também a própria máquina manobreira, que pode ser vista como um operário. Ambos, apesar de suas potencialidades, limitam-se a repetir atos e tarefas. Assim, o olhar, tal como preconiza Foucault, pode ter sido um dos grandes instrumentos de poder da modernidade.

Nessa linha de raciocínio, pode-se entender que Angelo, da mesma forma que a locomotiva manobreira e o animal domesticado, está sendo limitado em suas potencialidades pelo meio em que se encontra. Também é possível que se leia, nessa passagem, a sensibilidade dyoneliana frente às intempéries que permeiam a existência humana. O escritor, mesmo antes de ter passado por períodos difíceis em sua vida pessoal, política e profissional, causados pela repressão do governo ditatorial de seu tempo, já denunciava – em *Um pobre homem*, 1927 - a falta de liberdade ao ser humano. Mais tarde, após sentir na prática amargas situações de coibição, o autor faz uso dessa efetiva experiência em sua literatura, conforme afirma a estudiosa Maria Zenilda Grawunder em ensaio denominado Nas asas do borboleta: alegoria dyoneliana, presente no *Cadernos Porto & Vírgula 10*:

Na história pessoal do político Dyonelio Machado, constam acontecimentos que nas suas memórias ele chamou de “Um episódio sob o terror”, o da sua prisão por movimentos contra o governo de Getúlio Vargas, em 1935. O encarceramento totalizou dois anos, em Porto Alegre e no Rio de Janeiro. Solto em 1937, com a vida pessoal e profissional esfacelada, da experiência do cárcere restaram-lhe fotos, toscas peças de um jogo de xadrez, feitas de cabos de vassouras, e lembranças. As memórias do período são preenchidas pelos seus textos de ficção, onde se mesclam as vivências reais e o imaginário, em narrativas sobre os sentimentos humanos em face da opressão e perseguição. Lembranças do Cati de sua infância e do período do cárcere foram materiais fornecidos pela História ao escritor. A ficção de Dyonelio deles se apossou, seus fragmentos mesclaram-se, foram recriados e transformados em campo de observação artística, em linguagem literária. (GRAWUNDER, 1995b. p. 31)

O segundo capítulo, denominado “O jardim”, tem como temática os malefícios do capitalismo. Angelo, vítima desse contexto, mostra-se sombrio e desajustado à seu tempo. O protagonista, em suas características psicológicas, identifica-se mais com o cenário que envolve o local onde reside: “Angelo morava perto dali, numa “avenida” silenciosa, nos fundos de uma igreja triste e muda” (1995a, p. 49). As expressões personificadas “avenida silenciosa” e “igreja muda” denotam certo contra-senso, certo desencontro dessas expressões com seu sentido natural. Angelo está em igual condição aos elementos de sua rua, desajustado, detendo-se apenas ao complexo “espetáculo” promovido pela locomotiva da ferroviária próxima a sua casa. Nesse sentido, o narrador se compara ao protagonista e às crianças, pelo fato de que elas, assim como ele, preferirem o incomum, o inexplicável, o

diferente, e se coloca na condição da maioria dos seres humanos que, segundo ele, preferem o trivial:

Eu, de bom grado, mudaria a natureza das coisas, se estivesse em mim fazê-lo, para trazê-las a um tipo uniforme e simples. Simples, Salazar²! Porque os homens amam a simplificação, tanto como as crianças o mistério. Pelo motivo comum de os compreenderem melhor... (MACHADO, 1995a, p. 49)

Em *O pequeno príncipe*, clássico da literatura universal escrito pelo francês Antoine de Saint-Exupéry em 1943, é possível encontrar reflexão semelhante àquela proposta por Dyonelio Machado em “Melancolia”. O pequeno príncipe, personagem central da obra de Saint-Exupéry e um grande questionador dos hábitos humanos, ao deparar-se com um manobreiro de locomotiva e sem entender seus gestos repetitivos e incessantes de transportar pessoas para a direita e a esquerda alternadamente, pergunta-lhe o porquê desse hábito:

- Não estavam contentes onde estavam? [pergunta o pequeno príncipe]
- Nunca estamos contentes onde estamos – disse o manobreiro.
- E o apito de um terceiro trem, iluminado, soou.
- Estão [os passageiros] correndo atrás dos primeiros viajantes? – perguntou o pequeno príncipe.
- Nunca correm [os passageiros] atrás de nada – disse o manobreiro. -Estão dormindo lá dentro ou bocejando. Apenas as crianças apertam seus narizes contra as vidraças.
- Só as crianças sabem o que procuram – disse o príncipezinho. – Perdem tempo com uma boneca de pano, e a boneca se torna muito importante, e choram quando ela lhes é tomada...
- Elas são felizes... – disse o manobreiro. (SAINT-EXÚPERY, 2003, p. 74-75)

Na ficção, Saint-Exupéry, tal como Dyonelio Machado, denuncia as fraquezas humanas e o grande desconforto gerado por essas. Em “Melancolia”, o crescimento urbano, fruto da cobiça, faz com que o jardim de que Angelo cuida e que outrora era uma chácara, seja descrito pelo narrador como um “jardinzinho”, “fantasma do outro, do que fora em tempos”, pois está “quase sufocado naquele colete rígido, de cimento e tijolo” (1995a, p. 50). Angelo, assim como Dyonelio Machado, acompanha o crescimento da cidade e não compactua com o ponto de vista capitalista. É possível que se afirme que, nessa passagem, o autor Dyonelio Machado empreste a Angelo, ser ficcional, seu pessimismo e descontentamento com o crescimento urbano. Autor e personagem são oriundos da fronteira, ambos deixam suas terras e passam a habitar na cidade grande, mas nem por isso, adotam o ponto de vista do ser humano citadino e capitalista:

² Salazar também é o nome do estadista português (Antônio de Oliveira Salazar 1889-1970) que governou o país de 1932 a 1968.

Angelo acompanhara aquela demorada agonia de um jardim encravado no centro de uma cidade comercial, a lutar com a lenta digestão do casario e da vertigem urbana. E não podia compreender! não podia compreender! (MACHADO, 1995a, p. 50)

Dyonelio Machado, em seu livro *Memórias de um pobre homem*, relembra, com certo saudosismo, o tempo em que ele e seus amigos, em Porto Alegre, recitavam poemas enquanto contemplavam o luar. O escritor, ao rememorar esse tempo, reclama o progresso que lhe cerca:

E agora, que já não existe mais a praça, nem seu parapeito sobre a água. Agora que o rio se retraiu pra mais longe, por obra dum aterro e dum cais onde apenas encostam grandes navios para o Progresso, e que a Lua mesmo parece ter-se retraído igualmente pra o fundo do céu, tão raro é o seu aparecimento por detrás dum casario, fechado que nem prisão. (MACHADO, 1995b, p. 77)

Assim, é possível perceber a interferência das impressões de Dyonelio Machado no comportamento da personagem Angelo do conto em análise. Na continuidade do conto, o narrador prossegue sua crítica alusiva ao capitalismo ao denunciar a presença de estrangeiros a depredar estas terras. Os patrões de Angelo, a fim de transformarem sua chácara em um edifício com um minúsculo jardim e assim ganharem muito dinheiro, não só levam um “estranho” de “olhos azuis” para reconhecer o espaço que seria tomado pela construção como, segundo o narrador, para a surpresa do protagonista, passam a ter, em seu olhar, o mesmo brilho do olhar do estrangeiro. Angelo, porém, com sua ingênua grandeza, é incapaz de compreender o que se passa; apenas sofre, pois é o jardineiro daquela área.

É latente a paródia que Dyonelio Machado faz, nessa passagem, da carta de Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, Dom Manuel, sobre o “achamento” do Brasil. Os patrões de Angelo, assim como outrora os índios e demais habitantes do país, em algumas ocasiões, além de acolherem o estrangeiro, adotam a postura e o ponto de vista desse em detrimento dos costumes cultivados na terra. Isso sem que haja maiores análises e questionamentos a respeito dos malefícios ou benefícios da mudança de hábitos e comportamentos que se faz ou que se propõe fazer.

Angelo - alter-ego do Dyonelio Machado - assim como Dom Quixote e Policarpo Quaresma, não tem condições de compreender as dimensões da cobiça de seus patrões e dos engenheiros, bem como da sociedade como um todo; apenas se retrai e se sente infeliz:

Angelo, a princípio, não atingiu o sentido oculto desta comunicação. Percebeu apenas que uma qualquer coisa de muito triste estava por suceder. Limitou-se pois a esperar, com o coração oprimido. (MACHADO, 1995a, p. 50)

Dyonelio Machado, em *Memórias de um pobre homem*, ao narrar suas frustrações e perdas - mais especificamente quando ele e seus outros quatro companheiros de bancada, em 1947, tiveram seus mandatos de Deputados Estaduais Constituintes pelo Partido Comunista do Brasil (PCB), cassados -, assemelha-se a Angelo e às demais personagens quixotescas citadas anteriormente. Porém, naquele caso, o escritor denuncia a ingenuidade e a falta de politização da massa, que não compreende estar envolvida no mesmo processo de seus representantes e, portanto, igualmente atingida:

O mal que gerou nossa inoperância, não se achava em nós, já vejo: era um mal da coletividade. De resto, é fácil concluir assim, pelo vazio que em nós caímos quando a reação nos expulsou dos nossos postos de combate, tão legítima e bravamente conquistados.

A massa parece não ter tido sensibilidade política para ver que, nas nossas humildes pessoas, ela, realmente, é que estava sendo ferida.

E profundamente ferida, como se viu. (MACHADO, 1995b, p. 139)

Assim, o capítulo em estudo termina melancólico como foi o autor Dyonelio Machado e como se manifesta a personagem Angelo. O último, com o intuito de divertir as crianças, netos de seus já idosos patrões, e até mesmo esses, rola pelo pequeno jardim como se fosse um cão, mas, conforme o narrador, um cão triste. Para o narrador, o cão é o mais triste dos animais. Afirmação que talvez decorra do fato de ser o cão o grande companheiro do ser humano e, conforme orientação da narrativa, os atos humanos nem sempre proporcionam alegria:

[...] As crianças riam, gloriosamente, rebolando-se na areia peneirada do jardim. Os avós também, debruçados dos balaústres das escadas. Ria o próprio Angelo – um riso triste, tão triste, que ao vê-lo rindo, assim, de quatro pés, dir-se-ia que era um cão que ria, um cão, meus amiguinhos, que seguramente, nunca riu, por ser o mais triste dos animais. (MACHADO, 1995a, p. 51)

O terceiro capítulo da narrativa, intitulado “O pai”, inicia com uma frase pequena, mas bastante profunda: “Angelo era, está-se a ver, um triste” (1995a, p. 51). Numa reflexão do narrador a respeito do motivo da tristeza de Angelo, chega-se a um fato complexo, por ser contraditório: Angelo possui uma “[...] tristeza sem motivo... – Embora tudo lhe sejam motivos, e em cada coisa que existe se esteja a ver uma fonte de tristeza universal” (1995a, p. 52). Em torno dessa passagem, o narrador, primeiro reforça a afirmação de que a tristeza de

Angelo não pode ser apontada em sua origem ou causa. Porém, em seguida, a história de vida de Angelo passa a ser narrada e tem início com o momento da abordagem e humilhação dos policiais para com seu pai, em vias públicas, quando o protagonista ainda era criança. Condição que, talvez, explique uma das causas da tristeza de Angelo, ou a origem delas:

Quando Angelo era pequenino, um dia, na sua povoação, sobre a fronteira, veio a polícia à sua casa e arrebatou-lhe o pai. Não para matá-lo. Oh! não! Nem mesmo para bater-lhe. Agarraram-no, disseram-lhe uns palavrões que o pobre homem ouviu calado, e pregaram-lhe nas costas um grande cartaz com uns dizeres. E assim, obrigaram-no a percorrer as ruas.

_ Que é que está escrito ali, mãezinha?

_ Que desgraça, meu filho, Que desgraça!

_ Mãezinha! Que é que escreveram nas costas do pai?

_ Meu filho! Meu querido filho! O pobre do teu pai!... Não foi por mal! Foi pra não morrermos de fome! Ele não tinha trabalho!

E Angelo ficou sabendo, então, o que é que se faz com aqueles que roubam, quando têm os filhos a morrerem de fome e de frio. (MACHADO, 1995a, p. 52)

É possível perceber que certo pessimismo de Dyonelio Machado frente a questões existenciais permeia o terceiro capítulo do conto em análise. Então, concebe-se acreditar que a tristeza de Angelo retrate a tristeza de Machado, pois ficção e realidade possuem, em algumas situações, fronteiras muito tênue. O narrador do conto procura descrever a tristeza de Angelo como algo que “[...] não tem história. Angelo não conhece os limites da vida. Estou, portanto, que ele não sabe se ela nasceu com ele ou antes dele” (1995a, p. 52). A análise do tempo aqui é determinante: Angelo não representa o seu tempo, ou mesmo a sua história; representa, outrossim, o ser humano sensível, tão rico em valores e apegado a suas convicções que não consegue se adaptar às futilidades que tomam conta das pessoas que o rodeiam. Angelo é, nesse conto, muito mais do que uma simples personagem; é um símbolo que representa, inclusive, o olhar do próprio autor. Conforme comentário de Maria Zenilda Grawunder sobre o estilo dyoneliano:

Apesar de a literatura de Dyonelio buscar seus motivos no mundo moderno e citadino e acenar para uma nova ordem política e literária, não se pode afirmar que sua idealização de futuro seja uma adesão aos ditames do modernismo, pois ele continua admirando o mundo clássico, não se curva à valorização de nenhum tipo especial de vida urbana, ao seu ritmo, à exaltação do progresso e do nacionalismo. Impressiona-se e lida, isso sim, com os contrastes, as luzes e sombras das cidades, com o sufocamento, mas não anulação da individualidade, que mantém sua autonomia sobre o ambiente. Mas é na efervescência da cidade que observa e focaliza os conflitos do homem do seu tempo, dando a esses conflitos sociais um tratamento que pende mais para a influência da psicanálise, pela própria natureza de sua formação pessoal, pois foi também dos primeiros psicanalistas do Rio Grande do Sul e do Brasil. (GRAWUNDER, 1997, p. 123)

Angelo sofre desde pequeno. As causas do seu sofrimento são as mais variadas, indo desde fome e frio até revolta e humilhação por ver o pai preso, sem que ele, ainda menino, entenda a causa. O sofrimento gera o êxodo rural motivado pela esperança de uma vida melhor, conforme a última frase do capítulo: “Foi assim que Angelo começou a sua peregrinação, que acabaria, um dia, como acabou, de fato, por trazê-lo, já rapazote, à cidade fumarenta das altas chaminés”. (1995a, p. 52)

Alguns anos após a publicação de *Um pobre homem*, já em 1938, Graciliano Ramos, grande escritor da segunda geração modernista da literatura brasileira (conhecida como geração de 30), brinda seus leitores com um drama semelhante ao da personagem Angelo, de Dyonelio Machado. Em *Vidas Secas*, uma família de retirantes nordestinos emigra da zona rural em busca de dias melhores, todavia a narrativa se encerra com os pais a imaginar seus filhos estudando na cidade grande e sendo gente. As torturas psicológicas por parte, principalmente, do patrão e a violência física que Fabiano, o chefe da família, passa na prisão e fora dela sob o poder de um policial, mais a fome e o descaso da sociedade não são suficientes para que o grupo abandone o sonho de uma vida digna.

Dyonelio Machado, ainda nas primeiras décadas do século XX, levado pela aguçada sensibilidade e por ser perspicaz observador dos conflitos sociais, ao criar a história de vida do pai de Angelo, acaba por prever partes de sua própria história. O autor, em 1935, já na capital porto-alegrense e com quarenta anos de idade, ao agir em conformidade com seus ideais políticos, em defesa da instalação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), sigla que defendia idéias contrárias àquelas impostas pelo regime ditatorial da época, é também vítima do abuso de autoridade. Dyonelio Machado é preso na calada da noite por delito de opinião, ação policial que o escritor denuncia em seu livro de memórias:

O ato de prisão foi sobretudo um ato de traição. Com todos os agravantes: na calada da noite, noite de inverno porto-alegrense, chuvosa pois, ao chegar à porta da minha casa. Parecia que o crime cometido, pela sua gravidade ou monstruosidade, não permitia a menor dilação. Ou que a claridade do dia viesse dissipar os propósitos – que só na treva se davam bem – dos opressores. (MACHADO, 1995b, p. 99)

O pai de Angelo, na ficção, assim como o escritor Dyonelio Machado, é preso no inverno. Em ambas as situações há passagens noturnas e a escuridão denota não apenas o sofrimento, mas a obscuridade, a falta de moralidade para a violência executada. Dyonelio Machado é vítima por se manter firme em suas convicções num período em que a liberdade de expressão e de ação é tolhida; o pai de Angelo é vítima do contexto social em que está

inserido, pois, por não agüentar ver seus filhos sofrendo de fome e frio, rouba para alimentá-los.

Dyonelio Machado faz uso de ironia ao chamar o pai de Angelo de ladrão; ao mesmo tempo compara-o a Jesus Cristo em seu sofrimento maior: a via-crucis. Ao ler *Memórias de um pobre homem*, é possível supor que Dyonelio Machado se sente desconfortável, inquieto e insatisfeito com a sociedade de seu tempo pelo fato de que essa não sabe distinguir atos elevados e corajosos de atos covardes e mesquinhos:

Não é difícil compreender uma época, embora distante, quando ela permanece atual. Ainda vivemos no mesmo ambiente social e político de então. De 35 a 71, ano em que escrevo, nada mudou; a não ser talvez pra pior. A pena de morte, como teremos ocasião de ver com alguma minúcia nas páginas que lhe serão destinadas, a pena de morte está em pleno vigor, por isso que aplicada, menos a execução, aos “criminosos” políticos. Em 1935 não se havia chegado a tanto. Porque o crime a punir era menor? Não. Pra início de conversa, não havia crime. Eu me recordo de réplica do meu explicador de francês, quando estando em visita a mim na prisão, adverti-lhe que eu caíra na sanção aplicada ao crime político.

— *Delit d’opinion* — corrigiu ele.

Os franceses, sabendo como ninguém dar nome aos bois, acentuavam a grande diferença que existe entre atos inspirados por pensamentos elevados, porque altruístas, e os que o criminoso propriamente pratica impelido por móveis egoísticos, muitas vezes covardes. (MACHADO, 1995b, p. 129-130)

Com o título do quarto capítulo do conto, Dyonelio Machado explicita a comparação estabelecida entre Angelo e a máquina ao longo da narrativa: “Ele era como a máquina”. Angelo, em uma das noites em que passa a observar a máquina manobreira, entende, ao questionar o guarda-freio, que aquela é uma máquina diferente das demais:

- Ela é maior que as que puxam o trem...

Era uma das coisas que o intrigavam.

- É que a linha não resiste ao peso dela.

- Ah!...

- É uma máquina imprópria para o lugar. Esta, o dia que sair daqui, é para nunca mais voltar. (MACHADO, 1995a, p. 54)

Os outros vagões saíam todas as manhãs e voltavam à tardinha. Angelo relaciona essa situação aos seres humanos em geral, pois a grande maioria parte e volta em um determinado momento. “Até os seus patrões, que uma manhã partiram, alegremente, para uma longa viagem de prazer, haviam voltado” (1995a, p. 54). Porém percebe que dessas aventuras, os indivíduos voltam desgastados, esvaziados, sem ter nada mais a contribuir ou a acrescentar com o meio em que vivem:

Parecia que o mundo, à maneira de certos mares bravios, de que ele ouvira falar, sem compreender, devolvia sistematicamente à terra as carcaças carcomidas das suas vítimas... (MACHADO, 1995a, p. 54)

Então Angelo, ao perceber a diferença entre a máquina manobreira e as demais máquinas, se descobre semelhante a primeira e diferente das últimas. Essa reflexão sugere a distinção de Angelo dos demais seres humanos. O protagonista entende que ele, assim como a máquina, ao se desprender desse meio, não mais voltaria. Conforme Angelo, essa condição de superioridade gera, nos demais indivíduos, certo desconforto, que pode ser entendido como inveja e ciúme:

Mas então, aquela máquina, que nunca saíra só sairia, para não mais voltar!... Certas máquinas, pois, eram exatamente como certos homens, com o seu destino singular, tema de preocupação e de dúvida para os outros homens...
- Num momento, havia-se descoberto uma afinidade invencível. Ele era como a máquina. Também não voltaria... Nunca mais! (MACHADO, 1995a, p. 54)

Dessa forma, a sentença para Angelo, o seu fim, tal como indica o título dado ao quinto e último capítulo do conto, “Oráculo”, é partir, - desprender-se desse ambiente que não lhe é familiar e ao qual não deseja moldar-se. Nesse capítulo, a imagem de Angelo é de um homem amadurecido, talvez cansado e calejado, mas nem por isso passivo. O narrador assim traduz: “É curioso, bem curiosa é a vida, certamente, quando, ao cabo de várias e singulares reflexões, se chega a concluir que as coisas existem, tão latente como os seres.” (1995a, p. 55)

A reflexão transcrita tem continuidade na passagem em que o narrador compara a ingenuidade e simplicidade de Angelo à ilusão dos velhos gênios Romanos, bem como à grandeza das crianças, no trecho em que parafraseia a passagem bíblica que ordena os adultos a se parecerem aos pequenos a fim de alcançarem a salvação. Angelo, nesse contexto, se equipara em simplicidade e supremacia à personagem do velho Sanches, do conto homônimo:

Angelo, um sensitivo, não fazia questão de idéias. Não sabia até que ponto os deuses reproduzem o nosso egoísmo e qual a extensão que toma na cabeça deles uma idéia humana. Ele havia jogado a sorte, como César, que acompanhou a melodia do divino pastor, no Rubicon. Só. (MACHADO, 1995a, p.56)

Uma noite, Angelo é comunicado pelo guarda-freio que a locomotiva partiria na manhã próxima. Mais uma vez Angelo, alter-ego de Dyonelio Machado, como Policarpo Quaresma, personagem de Lima Barreto e Dom Quixote, personagem de Miguel de Cervantes, simboliza o duelo entre o ridículo e o magnífico. O jardineiro, tomado de emoção, parte com a máquina manobreira para o nunca mais. O narrador reforça a superioridade de

Angelo frente aos demais ao afirmar que “[...] os seus vizinhos não viram – não poderiam ver, ninguém seria capaz de ver! – a comoção, o tremor, o calafrio que o assaltaram [...]” (1995a, p. 56). Angelo só sente a complexidade do mundo por ser simples e, por ser simples, é impróprio para viver naquele mundo, de modo que só lhe resta partir. Assim, partem Angelo e a máquina, ambos tomados pela mesma condição de não-conformidade com o ambiente e, por isso, simbolizando uma mesma história:

Ninguém viu a dedilhação nervosa que lhe percorreu as costelas, como se aquele aviso o enchesse de medo e de frio. Nem o guarda-freio, nem o homem da ronda, nem os seus vizinhos. Mas o que é fato também, é que esses homens todos, a contar desse dia, nunca mais o viram. Nunca mais! A “porta”, meus amiguinhos, aquela garganta impassível que se abria para o mundo, tragara-o para todo o sempre... (MACHADO, 1995a, p. 56)

Com temática similar aos contos “O velho Sanches” e “Melancolia”, o conto “Ele estava triste”, através de narrador onisciente intruso, retoma a reflexão sobre o intrigante dueto vida/morte. Esse conto, porém, apesar da crítica psico-social inerente à ficção dyoneliana, apresenta uma história de amor ao estilo da tragédia *Romeu e Julieta*, de William Shakespeare.

2.3 “Ele estava triste”

No conto “Ele estava triste”, Dyonelio Machado aborda a temática da morte, ao narrar a melancolia que esse momento irradia. O protagonista, anônimo, encontra-se num trem que o conduzirá ao local onde ele e sua amada determinaram para executarem seu fim. Ao longo dessa triste viagem, o passageiro e protagonista da narrativa faz observações que, até então, não havia realizado. Seu olhar, agora reflexivo e analítico, leva-o a perceber os diferentes tipos sociais, bem como o individualismo que domina a sociedade. A reflexão do protagonista é feita a partir da observação das distintas formas de cabeças e orelhas que se encontram a sua frente, de costas para ele, dispostas nas fileiras dos bancos do trem que está em movimento. Ao chegar a seu destino e encontrar sua companheira, conforme o combinado, o primeiro tiro é disparado em direção à nuca da namorada.

O protagonista, por representar um grupo, mesmo que esse seja restrito, não leva nome. O narrador, ao descrevê-lo (1995a, p. 71), faz uso de expressões relativas às características daqueles que se sentem próximos da morte, como tristeza; ar distante, extraterreno, fantasmagórico; olhos sombrios, apagados, cheios de morte; aspecto singular.

Em “Ele estava triste”, como no conto “Melancolia”, o autor recorre à imagem do trem para ilustrar o movimento em direção da morte. O ambiente interno do trem desencadeia, no anti-herói, uma reflexão profunda sobre si mesmo, as pessoas, a sociedade. Fator determinante para a reflexão surgir é o espaço: o protagonista encontra-se atrás, no último banco do trem, o único desocupado. Devido a essa condição, a personagem em análise não é vista pelos demais passageiros, com exceção de seu parceiro de banco, que apenas o observa. O fato comum e normal, de todos os bancos estarem voltados para a frente e de todos os passageiros estarem de costas para o protagonista, menos aquele com quem ele divide a última posição no trem, lembra-lhe sua vida. Isso o faz pensar sobre o individualismo e questionar se é essa a ordem normal das coisas:

[...] Afora o seu companheiro de banco, ninguém mais o via, porque todos, dispendo-se disciplinarmente nos bancos orientados num mesmo sentido, tinham as costas voltadas para ele. Não era de propósito, bem sabia: apenas um fato normal, conforme a natureza das coisas e as boas regras da simetria. Mas, na vida, nessa vida que ele já quase não sentia, tão prestes estava de deixá-la, também todos lhe voltam o dorso, como naquele carro, que se diria o seu carro funerário, pois que o conduzia, numa rajada, entre guinchos e campainhas, para a morada eterna. Seria que também esse desprezo se achava conforme a natureza das coisas? (MACHADO, 1995a, p. 71)

Na passagem transcrita, através de monólogo do protagonista, Dyonelio Machado sugere ao leitor questionamentos variados e o faz com certa ironia: o que seria um “fato normal”?; quais seriam a real “natureza das coisas” e as “boas regras da simetria”? A reflexão proposta ao leitor por Dyonelio Machado pode ser lida como um convite à ação, a tornar-se um ser crítico e a reagir aos fatos e situações que se apresentam como se fossem definitivos, imutáveis e únicos. Michel Foucault, em *Microfísica do poder* (2005, p. 5), ao falar sobre a complexidade das relações de poder e seus efeitos, sugere que, para se compreender a ‘teia’ que envolve o poder, não se devem colocar todos os fatos no plano dos acontecimentos de modo geral; é preciso compreendê-los em sua individualidade, pois possuem efeitos diferenciados.

De certa forma, Dyonelio Machado, com seus questionamentos, provoca o leitor a procurar entender a origem dos acontecimentos, conforme defende Foucault. O escritor sulino demonstra sua insatisfação com a vida no que tange às diferenças sociais, responsáveis pela discriminação e exclusão em seus mais distintos aspectos. Entretanto, com o intuito de amenizar a complexidade que acabara de conferir à narrativa e de impor certo humor sarcástico, o narrador dirige-se diretamente ao narratário e o convida a perdoarem o que

chama de ‘pensamentos insanos’ do anti-herói, pois, segundo ele, o protagonista assim se comporta por estar a caminho da morte. (1995a, p. 72)

No trem, a personagem principal permanece em seu monólogo interior. Ao vislumbrar tantas e diferentes cabeças de pessoas das mais variadas idades, de distintos tamanhos e sexos, passa a fazer associações entre os passageiros por meio do emprego de metonímia. Os diferentes formatos de orelhas lhe sugerem diferentes pessoas e atitudes. As mais rápidas e perspicazes são as orelhas ‘pequeninas, inquietas e inquisitivas’ e essas o narrador compara ao protagonista: “... o seu espírito perdia o melhor de sua estabilidade e se tornava ligeiro como o das crianças ...”. (1995a, p.73)

Ao comparar o protagonista às crianças, Dyonelio Machado ratifica sua admiração pela pureza e pela grandeza das últimas. Mais tarde, em seu livro de memórias, também deixa claro que a expressão “criança”, para ele, é bastante ampla e que sua atenção é dada em igual proporção a essas e a tudo que for desprotegido. Assim, Dyonelio Machado sugere que os dois elementos - crianças e desprotegidos - em algumas situações tornam-se um só:

Eu, que amo as crianças, como amo tudo que é no final das contas desprotegido [...] [...] Mas as crianças sempre andaram por todos os lugares e também andam pelos sete, pelos dezessete, pelos setenta anos. Criança não tem idade. (MACHADO, 1995b, p. 92)

Ao dar continuidade ao seu raciocínio, o narrador anuncia que o estado introspectivo da personagem, no interior do trem, ocorre pelo fato de que ele está a caminho da morte. A morte eminente faz com que a personagem agarre-se à vida “como quem se agarra a um tesouro adorável e cruel que foge” (1995a, p. 72). Entende-se, então, que a morte proporciona um novo olhar para a vida, para o mundo, para as pessoas.

Tomado por aquilo que o narrador chama de “alucinação” o personagem chega ao fim da linha e, ao descer do trem, visualiza a estrada “sinuosa e branca” que o levaria até a morte (1995a, p.73). No lugar previamente determinado pelo casal, Júlia espera seu amado. Dyonelio Machado, ao parodiar o clássico de Shakespeare, inclusive dando a sua personagem nome semelhante ao da personagem do autor inglês (Júlia/Julieta), deixa claro sua crítica à tragédia romântica devido ao final já esperado do conto que escreve:

Júlia já o esperava ali, Júlia, a sua noiva, a que devia morrer com ele, naquele fim trivial das tragédias do amor. Haviam escolhido aquele sítio pela sua esquisita melancolia. Agora, era só desfechar os dois tiros convencionados, e, zás! lá se ia toda a desdita dum amor infeliz ... (MACHADO, 1995a, p. 73)

Para descrever o clima que envolve o desfecho da narrativa, o narrador dá uma definição para a loucura: “[...] serenidade que só dão as grandes loucuras ou as grandes decisões, que não deixam também de ser outras tantas formas da loucura” (1995a, p. 74). Nessas condições, a personagem que contracena com o protagonista, após receber ordem para rezar, afirma estar preparada. Porém, não quer ver o momento da ação, fica de costas e espera “hirta, espectral, rígida, fantástica” (1995a, p. 74). Ele, apesar da tristeza, executa-a “num riso soluçado, espasmódico, áspero como um ranger: _ Ah!... ah!... ah!...”. (1995a, p. 74)

Se a morte é um enigma, o ser humano também o é, e inesperadas são suas complexas atitudes. Por sua complexidade, permanece em aberto o conto ora analisado. Cabe, pois, ao leitor dar destino à personagem anônima que tem sua viagem chegada ao fim. Em conformidade com este, está o conto “Melancolia”. Todavia, em “Melancolia”, com grande dose de misticismo, Dyonelio Machado reporta-se a uma viagem que não chegou a seu destino final, por ser uma incursão com dimensão diferente das realizadas em terra.

2.4 “História de um intendente”

O conto “História de um intendente – fantasia sobre a vida e a morte” tem como primeiro narrador um desconhecido que logo passa a palavra a um advogado anônimo. Esse, no consultório do seu amigo médico, João Cesário, fica sabendo, através do velho Vargas, amigo de seu amigo, uma história inusitada. Segundo o advogado, Vargas diz que o artista Valeriano, um desconhecido, amigo do médico João Cesário, criou, no município em que ora é prefeito, um trem que conduz os mortos a destino ignorado pelos vivos. O gesto do prefeito Valeriano deixa seu amigo de longa data, João Cesário, tão inquieto que esse decide ir até aquele município para indagá-lo e então tentar entendê-lo. João Cesário, depois de checar todas as informações, depara-se com o grande enigma que envolve o paradoxo vida/morte.

Em “História de um intendente – fantasia sobre a vida e sobre a morte”, Dyonelio Machado retoma a reflexão acerca do enigmático dueto vida/morte e faz uso de crítica irônica aos políticos demagogos. O conto, já em seu título, demonstra a opção pela inverossimilhança, pois além de se autodenominar como “história”, que nesse contexto denota criação, no subtítulo classifica-se como “fantasia”.

Ao longo do texto, a maneira de narrar toma diferentes formas. No primeiro parágrafo, o narrador é observador e anônimo. Esse anuncia a narrativa que segue, designando-a como “o estranho caso” e informando que ficara sabendo sobre tal acontecimento há muito tempo por um protagonista do “caso”, condição que o redime de qualquer responsabilidade para com

a história narrada. A seguir, o narrador comunica ao narratário que vai passar a palavra àquele que a vivenciou:

Eis o estranho caso, que em tempos que já lá vão me foi dado conhecer em seus detalhes. E ei-lo tal como o descreveu um dos protagonistas: Eu exercia, para essa época, a advocacia, e vivia na maior intimidade com um jovem médico, João Cesário, rapaz nervoso, triste, misantropo e retraído. Ele, por sua vez, contava, além da minha camaradagem, com a amizade dum antigo discípulo, chamado Valeriano, uma amizade natural e superior a todos os riscos sociais, que vinha da própria infância. (1995a, p.79)

Dessa forma, a partir do segundo parágrafo, a “história” passa a ser contada por um narrador testemunha – personagem anônimo que, no tempo em que as ações da narrativa ocorrem, exerce a advocacia. Ainda no decorrer da história, quando o médico João Cesário decide ir até Valeriano e conhecer suas ações e justificativas, o narrador, que até então era testemunha, passa a ser onisciente neutro.

O segundo narrador do conto, advogado partícipe da primeira parte da história narrada, relembra que, estando certa vez no gabinete do amigo e médico João Cesário, recebem a visita do coronel Antonio de Vargas. O coronel conta ao amigo do narrador, João Cesário, que Valeriano, companheiro de infância e colega de formação e profissão do médico, é intendente de um município há já dois anos e decidira por eliminar os cemitérios daquela localidade.

Valeriano, a fim de executar seu programa de extinção dos cemitérios, não usufrui de técnicas já existentes, como a incineração; em vez disso, opta por um trem especial para o traslado dos cadáveres (1995a, p. 80). Dyonelio Machado, como no conto “Ele estava triste...”, emprega a imagem simbólica do trem para representar a morte.

João Cesário, depois de muita reflexão, acredita que seu amigo Valeriano tenha pretendido, com seu gesto único, “poupar à população o espetáculo da morte” (1995a, p. 81). O narrador, por sua vez, entende que esse é um gesto brutal e desabafa: “Que vandalismo destruir a morte! A morte é a vida! A morte é o passado! O passado é a representação, silenciosa, mas animada, dos mortos!”. (1995a, p. 81)

Sutilmente, o narrador comenta que João Cesário não entende como um grande e recatado artista pode tornar-se um político. Ao criticar mais diretamente os políticos, o advogado ironiza o caso: afirma a João Cesário que pensa ser a morte algo que está acima das determinações de um município, mas que, caso viesse a ser eleito, poderia mudar de opinião (1995a, p. 80). E, mais adiante, acrescenta:

Não é muito delicado entrar na análise dos atos de um político. Todavia eu demonstrei-lhe que Valeriano servia à democracia. Talvez realizasse apenas um programa, uma plataforma de governo.

- E o que poderia parecer o resultado de uma bizarrice de espírito adiantado ou simplesmente audacioso – acrescentei – aparece assim, unicamente como fruto burguês de um mero entendimento partidário. Não lhes demos maior importância, pois. (MACHADO, 1995a, p. 82)

Ao longo da reflexão filosófica sobre o tema vida/morte, percebe-se que o magistrado possui um olhar mais racional perante o fato e que o médico João Cesário demonstra mais cuidado, mais profundidade e espiritualidade em suas meditações. Assim, João Cesário entende que a decisão de seu amigo Valeriano vem ao encontro das expectativas da população. Para ele, todos preferem alimentar determinada “ilusão” perante essa cruel verdade que é a morte; os cemitérios, por concretizarem essa verdade, matam também a “ilusão” necessária:

[...] Mas, acrescentava, com a sua experiência clínica, que, no fundo, a humanidade desejava percorrer esse caminho doloroso e fatal com uma certa turbção dos sentidos. Uma certa ilusão: a ilusão dum fim remoto, mais ou menos nebuloso, sem a doença, a agonia, o desespero. E que os cemitérios, com esse seu ar natural e impertinente de instituição civil e garantida, matavam, cruelmente, a cada passo, a cada volta de esquina, essa generosa ilusão.

[...]

- Eu estou convencido de que a morte atinge e fere principalmente os que ela evita, pois que ela é, antes de tudo, um problema dos vivos... Razão por que – continuou – aquele que ataca o cemitério, que se propõe destruí-lo, entorna um bálsamo sobre a população e é um benemérito. – Valeriano é um benemérito – concluiu. (MACHADO, 1995a, p. 82)

O conto em estudo, “História de um intendente – fantasia sobre a vida e sobre a morte”-, retoma a temática do conto já analisado, “O velho Sanches”, pois ambos partem do pressuposto de que a morte mata também a ilusão, o sonho, a ingenuidade, a naturalidade dos fatos, a simplicidade.

Em *Memórias de um pobre homem*, Dyonelio Machado revê sua vida e se diz um homem simples, uma vez que é da Província: “Claro: eu sou da Província. Nela nasci, nela vivo. É, ao mesmo tempo, delicioso e cruel viver na Província” (1995b, p. 91). O paradoxo (delicioso/cruel), usado por Dyonelio Machado para caracterizar a vida na Província é imediatamente explicado por ele. Conforme o autor, a vida na província é cruel pelo isolamento: “Não conheço o mundo, nem sequer o Brasil” (1995b, p. 91). Mas reforça que essa lacuna é prontamente preenchida através da leitura da palavra escrita que instrui sobre seu país, o mundo e, inclusive, sobre a própria Província. Em suas memórias o escritor

destaca a simplicidade como a maior qualidade da Província, de acordo com ele, na simplicidade está a origem das coisas do mundo:

Nada mais precioso. Tudo de grande que foi feito no mundo tem suas raízes na Simplicidade. E, quando tudo quanto de grande já foi feito no mundo ameaça ruir pelo mau uso que dele se fez, é ainda a volta à simplicidade o melhor caminho da salvação. Assim tem sido na Arte, na Política, na Religião, mesmo na Ciência. (MACHADO, 1995b, p. 91)

O filósofo francês Michel Foucault, contemporâneo de Dyonelio Machado, possui o mesmo apreço que o escritor gaúcho pela “simplicidade”, e nela, nas origens dos fatos e dos acontecimentos, é que se debruça para entender melhor a sociedade em que vive. A esse estudo que valoriza não apenas o saber institucionalizado como também os saberes desconsiderados, deixados de lado, Foucault chama de genealogia.

Dessa forma, com o olhar voltado para a simplicidade, e por assim ser, Dyonelio Machado começa sua vida de ficcionista com a obra que ora é objeto de estudo, *Um pobre homem*. O primeiro conto da coletânea, “O velho Sanches”, já nos parágrafos iniciais, caracteriza o personagem Sanches como um homem simples igual às crianças e aos filósofos da Antigüidade. O escritor, com a intenção de se colocar na mesma condição de Sanches – homem grande por ser simples – retoma, em suas memórias, o início de sua carreira na ficção e parafraseia o terceiro parágrafo do conto “O velho Sanches”:

Na página de Abertura da minha vida (modesta, naturalmente) da minha vida de ficcionista, página antiga, pois, eu me criava uma verdade – numa idade em que se pensa que as verdades andam por aí e são baratas.

Certo que ele [Sanches] – meu personagem – não era um filósofo, escrevia eu. Não que a isso se opusesse a sua simplicidade: na antigüidade os filósofos eram homem simples, a verdade parecendo amar de preferência os humildes e os ingênuos, do que é ainda um vestígio eloqüente a exatidão, frescura e originalidade do juízo das crianças³. (MACHADO, 1995b, p. 91-92)

Machado se coloca no mesmo patamar das crianças e dos grandes homens simples e sonhadores e justifica essa semelhança pela origem – a Província.. Porém faz uma ressalva, somente identificam-se com a Província aqueles poucos que entendem o valor da verdadeira simplicidade:

³ Conforme anotação do autor nos originais, este parágrafo deveria sofrer uma revisão. *Memórias de um pobre homem*. In: GRAWUNDER, Maria Zenilda (Org.). *O cheiro de coisa viva*. Entrevistas, reflexões dispersas e um romance inédito: O Estadista. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1995b.

Criança não tem idade.

Mas possuem quando grandes o seu lugar de eleição: é a Província. Aqui elas estabelecem um código de ingenuidade, de simplicidade, de inocência. Elas? Parte delas: aquela parte – uma minoria, está visto – que descobriu quanto potencial se encontra na Simplicidade, a ser aplicado contra a simplicidade restante! – E o problema é que a Simplicidade Restante é o maior número*. (MACHADO, 1995b, p. 92)

Para a Província ser o local eleito pelas crianças, é necessário que essa possua características afins com aqueles que a elegeram, condição que Dyonelio Machado entende como positiva. O escritor diz ser a Província a metáfora de Dom Quixote, por sua ingenuidade e bravura e, ainda, por sua condição de desajuste com o modelo pré-estabelecido - a metrópole:

A Província não amadureceu, eis toda a verdade. Um mal? Nem há dúvida. Mas que encanto tem esse infantilismo quando ele se mostra todo na ingenuidade que o caracteriza e que o define! A tropelia mesmo, a briga, a que o seu imediatismo (quase automatismo) o arrasta, adquire aspectos de bravura cavalheiresca, de lances duma Idade Média que não passou, a despeito do progresso que tumultua em roda. Para dizer tudo numa metáfora: a Província é um Quixote, com todo o ridículo duma figura ultra-humana. (MACHADO, 1995b, p. 93)

Se os grandes filósofos da Antigüidade e as crianças têm a simplicidade da Província e se a Província é um Dom Quixote, Dyonelio Machado, conforme já fora afirmado anteriormente, é um quixotesco, pois afirma ter - e mostra isso em seus escritos - as características de um grande homem provinciano.

No conto em análise, João Cesário, incentivado pela esposa e movido pela inquietude, vai até Valeriano para tentar entendê-lo e convencê-lo de que a política não é a melhor atividade para um artista de espírito elevado como ele é. Em conversa com a esposa de João Cesário, o narrador diz-lhe acreditar que Valeriano “talvez faça apenas administração”, o que acontece com alguns artistas: usam de sua sensibilidade e dons artísticos para administrar. Conforme o narrador, esta “[...] é uma forma ingênua e sem conseqüências de realizar alguma coisa. A humanidade está cheia deles [políticos que são apenas administradores]”. (1995a, p. 83)

O narrador, que então se torna onisciente, passa a contar sobre o encontro e o diálogo entre João Cesário e Valeriano. Aquele encontra este presidindo uma sessão política em “seu clube”. Após o término da assembléia, num ambiente sóbrio, ao caminharem pelas ruas da cidade, o visitante repreende o amigo e intendente pela audaciosa e tresloucada iniciativa e, para sua surpresa, percebe que o afetuoso colega de profissão, artista e agora político, não mudara. “Era o mesmo ar sombrio, o mesmo moço pálido e nervoso”. (1995a, p. 83)

Após passarem por ruelas e já numa avenida espaçosa e iluminada, porém deserta, deparam-se com a obra artística de Valeriano, que explica:

- Esta porta abre para além da vida – continuou ele. – Atrás dela, um trem – um trem que os vivos não enxergam – espera os mortos para os carregar para longe. “Esse trem sinistro – onde se detém? A dois, a vinte quilômetros?” Mistério! O portão, na sua mudez, não nos fala de distâncias. A imaginação pode exercer-se aqui livremente, porque além desse umbral – é o ignoto!... (MACHADO, 1995a, p. 84)

Valeriano, afirma ser essa uma obra de arte, inclusive já divulgada pela imprensa, mas declara que a intenção de tal criação artística não é apenas despertar a admiração das pessoas, ou mesmo seguir um modelo estabelecido por um estilo de época; o que deseja vai muito além do belo. Ele quer fazer que as pessoas percebam a morte em sua complexidade maior:

_ Pois bem! Mas eu não tenho em vista, absolutamente, despertar sentimentos de beleza transitória. Não foi nenhum interesse de escola que me levou a construí-lo. Não quero que ele possua, nem isso foi visado por mim, um aspecto, um alcance, uma significação arquitetural e artística. Não! Eu, o que quero, é sugerir a morte! Entendeste? O que eu desejo é que todos, ao passar por aqui, por frente dele, sintam o arrepio que vem da morte!
“Com o decorrer do tempo – acrescentou – e a somação das suas emoções simples, o homem tomará esse monumento como a imagem da morte, como a própria morte! Sentirá, como eu já sinto, formigar, atrás dele, aquele *negro rebanho de almas* do poeta latino. Terá a ilusão, lúgubre, certamente – que é o que a minha arte febrilmente procura – de que franqueá-lo – é franquear o Além! (MACHADO, 1995a, p. 84-85)

Dyonelio Machado, na passagem citada, mostra sua visão de autor moderno. Crítica, especialmente, o Parnasianismo e a “arte pela arte”. O ficcionista retoma o ideal da arte moderna, o interesse por proporcionar àquele que a frui, o estranhamento. Assim, mais uma vez se refere à arte como veículo emancipatório. No conto em estudo, a emancipação sugerida pelo autor ocorre pela experiência reflexiva decorrente da contemplação da obra arquitetural. Todavia, a emancipação também é provocada pela literatura e demais tipos de arte. O alemão Hans Robert Jauss, que pode ser chamado como o pai da Estética da Recepção, ressalta o poder da leitura literária como processo de emancipação:

[...] A experiência da leitura logra libertá-lo das opressões e dos dilemas de sua práxis de vida, na medida em que o obriga a uma nova percepção das coisas. O horizonte de expectativa da literatura distingue-se daquele da práxis histórica pelo fato de não apenas conservar as experiências vividas, mas também antecipar possibilidades não concretizadas, expandir o espaço limitado do comportamento social rumo a novos desejos, pretensões e objetivos, abrindo, assim, novos caminhos para a experiência futura. (JAUSS, 1994, p. 52)

O conto em estudo aborda não somente o poder que a obra de arte possui, ao interagir com o público e alterar o universo de expectativas desse, como também destaca que há diferentes tipos de político, contrariando o senso comum que tende a generalizações. A narrativa, através do diálogo entre João Cesário e Valeriano, sugere que também há políticos superiores, desapegados do sucesso pessoal e que têm como prioridade a sensibilidade, a maturidade e o crescimento da coletividade.

Max Weber, em *Ensaio de sociologia* (1982, p. 146-151), estabelece dois amplos tipos de fazer político: o primeiro é aquele movido pela emoção, que entende qualquer ação como legítima desde que tenha em vista alcançar o objetivo final, e, por isso, é denominado como “ética dos bens finais”; o segundo fazer político é aquele movido pela razão e diz respeito a ações políticas impregnadas de responsabilidade. Nesse caso, se assumem as conseqüências dos atos realizados, sejam elas positivas ou negativas, e, por esse motivo, denomina-se “ética das responsabilidades”. Para Weber, o verdadeiro político, o político “por vocação”, engloba os dois tipos citados: “[...] tem consciência de uma responsabilidade pelas conseqüências de sua conduta e realmente sente essa responsabilidade no coração e na alma”. (1982, p. 151)

Para João Cesário, o colega de profissão e amigo Valeriano, demonstra ser um “político por vocação”, aquele que se deixa levar pela sensibilidade em seus propósitos na busca do bem comum. Na ficção, o bem comum está representado no desejo do artista/político de proporcionar aos seus concidadãos o desapego de uma vida medíocre através do amadurecimento proporcionado pela fruição estética da obra de arte. Assim, Valeriano - médico, artista e político - pode ser associado ao cidadão Dyonelio Machado, igualmente médico, artista e político dotado das mesmas características comportamentais, morais e espirituais do primeiro.

João Cesário, por ter “espírito especulativo”, não se sujeita à explicação do amigo frente à obra que criara; quer detalhes, deseja conhecer a complexa obra com a qual acabara de se defrontar e, para isso, retorna, agora sozinho, ao enigmático portão:

João Cesário não era desses homens para quem todo o problema da existência se reduz a uma questão de fato: - viver. Não. Ele tinha o espírito especulativo. Vestiu-se, pois, às pressas e voltou para a rua, certo de que somente a explicação da vida constitui o consolo de existir. (MACHADO, 1995a, p. 85)

Ao chegar ao local desejado, “o estranho portão”, João Cesário depara-se com o homem descrito pelo narrador como “uma figura estranha” que carrega uma lanterna

vermelha na mão. Essa responde aos questionamentos do médico com “o ar de um coveiro metafísico dos dramas de Shakespeare” (1995a, p. 85-86). Tal homem diz ao visitante que “os mortos e a morte constituíam, agora, tudo quanto havia para ele...” (1995a, p. 86). João Cesário insiste na intenção de entender o mistério da morte e questiona:

Que é – esse Outro Mundo?

- É um trem.

- Fez-se um silêncio. Então o homem levantou-se devagar. Tomou-lhe familiarmente a mão, e sentenciou:

- *A morte vive em cada coisa muda*, diz o poeta. Se a morte vive, poder-se-ia também admitir que a morte morre. Não achas?

João Cesário murmurou:

- É singular...

- E se ela morre, qual será a sua morte?

- Qual? – fez o jovem com voz trêmula.

- A vida...

- E arrastando-o docemente, mas tiranicamente:

- Vem. Vem comigo. Vem viver a morte... (MACHADO, 1995a, p. 86)

Com esse convite, num clima carregado de fantasia e ironia, Dyonelio Machado encerra seu conto e deixa, mais uma vez, ao leitor a tarefa de concluí-lo. Da mesma forma que a morte é um enigma a vida também é. O escritor não dá respostas sobre o que consiste a vida ou a morte. Apenas as sugere como viagem, todavia, para que essa viagem valha à pena, deve ser tomada pela fantasia, pela ilusão, pelo arrepio frente ao desconhecido. Entende-se que, baseado nessa teoria, Dyonelio Machado não encerra o conto de forma clara e/ou objetiva. Cabe ao leitor embarcar nessa aventura.

A melancolia presente nos contos “O velho Sanches”, “Melancolia” e “Ele estava triste”, momentos em que igualmente se reflete sobre a vida e a morte, pode ser melhor compreendida após a análise do conto “História de um intendente – fantasia sobre a vida e sobre a morte”. A morte da ilusão em “O velho Sanches” e a metáfora do trem em “Melancolia”, “Ele estava triste” e no conto em análise sugerem a imagem da vida e da morte como uma viagem que só pode ser sentida através do sonho, da fantasia, da ilusão.

2.5 “Execução”

No conto “Execução”, o narrador testemunha - oficial alemão que atua no departamento de saúde junto às tropas do coronel Lopes na guerra do Paraguai -, através de *flashback*, conta ao narratário - sua amiga Adalgisa Machado - a experiência que teve,

aproximadamente trinta anos antes do tempo da narração, 1895, ao acompanhar o plano de execução de morte de um prisioneiro de guerra:

Farei um esforço de memória e lhe enviarei [“À Sra. Adalgisa Machado”] a narrativa, como pede. Mas olhe, que já lá vão quase trinta anos, o suficiente, pelo menos para mim, para, não direi apagar, mas diluir, aguar, as histórias do passado. (MACHADO, 1995a, p. 25)

Segundo o narrador, o britânico Wilhelm Delius, que como ele era médico integrante do exército do “Mariscal” e conselheiro de Lopes – chefe do corpo de saúde -, ao ver a fragilidade sensitiva de um rapaz prisioneiro, decide fazer uma experiência com o jovem - já que a pesquisa científica era o motivo de sua participação naquela guerra. A experiência, conforme o narrador, é motivada pela determinação de Delius em provar que o rapaz morreria apenas por abalo psicológico. O plano foi realizado com sucesso, o prisioneiro, no momento em que deveria ser executado, recebeu apenas tiros de festim e mesmo assim caiu morto ao chão. O narrador, que afirma não conseguir se acostumar com o crime, apesar de conviver com a morte, mais o serviçal do oficial inglês, ficam chocados com a euforia de Delius ao narrar o fato ocorrido.

“Execução”, conto aparentemente político por trazer como cenário a guerra do Paraguai, renova a reflexão sobre a temática vida/morte e as complexidades humanas. Médico das tropas paraguaias, o narrador acompanha um caso inusitado, protagonizado pelo seu distinto companheiro e antigo colega de formação acadêmica, o também médico Wilhelm Delius.

De acordo com o narrador, o exército paraguaio, “Mariscal”, no período que envolve a narrativa, encontra-se destituído das qualidades essenciais para ganhar uma guerra, inclusive a moral, que, conforme ele, “é o nervo tetanizante das batalhas” (1995a, p. 25). O recrutamento, nesse tempo, envolve pessoas sem conhecimento e gosto para o empreendimento a que estão sendo convocadas, motivo pelo qual passam a ser manejadas apenas pela rigorosa disciplina do coronel e chefe Lopes. O poder procura ser mostrado pelas prisões abarrotadas de prisioneiros de guerra e até de mulheres. As últimas eram presas sem motivos claros ou eram usadas como pretexto para maior aproximação dos inimigos de guerra, então prisioneiros, para com eles, possivelmente, manter algum tipo de negociação ou descobrir estratégias de batalha. (1995a, p. 25-26)

O Ditador, não nomeado, descarrega seu medo do fracasso e sua paranóia de perseguição a sua pessoa e a seu exército, com a prática da execução que acontecia com o

fuzilamento ou, se necessário, fazia-se uso de baioneta para perfurar o peito do inimigo. O narrador demonstra sua contrariedade a essa prática:

Eu nunca assistia às execuções. Estou perfeitamente acostumado ao espetáculo da morte. Mas não posso dizer o mesmo quanto ao crime. E, no meu íntimo, não passava de uma ação criminosa aquela selvagem aplicação da justiça. (MACHADO, 1995a, p. 27)

A fala do narrador, citada acima e presente no conto “Execução” da coletânea *Um pobre homem*, resgata o ponto de vista do autor Dyonelio Machado, presente em *Memórias de um pobre homem*. O escritor, socialista e contrário às práticas de “justiça” usadas e legitimadas pelo regime ditatorial do então presidente da república, Getúlio Vargas, desabafa e explicita seu ponto de vista ao falar da violência empregada na prisão no período em que lá esteve:

[...] Tanto mais que, defendendo o bem universal – que outra coisa não é o Socialismo – eu me situava bem mais alto do que aqueles esbirros, comandados pelo esbirro-mór na pessoa do presidente da república, que, empunhando o látigo, exclamavam a cada golpe: *A reação é sordida!* [...] (MACHADO, 1995b, p. 111)

Nas passagens examinadas até aqui, o narrador faz diferentes alusões às relações de poder vigentes no período de guerra. As críticas não se limitam apenas ao uso abusivo do poder que reprime, mas dirigem-se também à legalidade conferida ao poder: “E, no meu íntimo, não passava de uma ação criminosa aquela selvagem aplicação da justiça”. Michel Foucault (2005, p. 177) afirma que o poder é uma relação de força e por isso não é suficiente estudar somente o poder, mas também a maneira como ele se estabelece sobre seu alvo. De modo bem genérico, é possível afirmar que, para Foucault (2005, p.181-191), há duas correntes de poder que se uniram e formaram o que se entende por poder na modernidade e que ele denomina de “sociedade de normalização”: o poder jurídico que é oriundo da soberania do rei, poder esse que oprime e gera a dominação, e o poder disciplinar que tem como base a norma, a regra “natural”- discurso não do direito, mas das ciências humanas. Para o estudioso, o que ofusca e respalda a repressão/dominação é justamente a legitimidade que o poder jurídico dá àquele indivíduo ou instituição que exerce as técnicas disciplinares. E é exatamente a repressão/dominação, técnica que une o discurso da soberania ao discurso disciplinar, que o narrador denuncia no conto em questão.

Apesar de o narrador afirmar, baseado em experiências pessoais, que o cárcere tem, de certa forma, um ambiente descontraído - “O cárcere não é o mais triste dos lugares. Aí

também a gente se diverte. Sempre há dois ou três gaiatos que se encarregam, misericordiosamente, de trazerem para os condenados os leves minutos do esquecimento” (1995a, p. 26) -, o coronel, seu amigo Delius e ele, localizam, em uma masmorra, um jovem fortemente depressivo que viria a ser fuzilado no dia seguinte. Instigado por essa visão, Delius propõe ao coronel uma audaciosa experiência que é executada com sucesso. O estudioso descreve, euforicamente, o fato consumado ao narrador e assim conta ao narratário:

Atendendo ao seu desejo, o coronel determinara ao comandante do pelotão de atiradores que miniciasse os velhos fuzis de pedreira, com tiros de festim, pura pólvora, sem bala. E assim se fizera.

- Ora essa!... – disse eu, intrigado.

O meu amigo continuou:

- Todo o resto foi disposto para uma verdadeira execução. O condenado encaminhou-se para o lugar do suplício, os soldados fizeram a manobra, descarregaram, e o corpo, intacto, tombou por fim... morto, como aliás eu esperava. (MACHADO, 1995a, p. 28)

Assim, após consolidada a experiência, ao detalhar a execução do plano ao narrador e maravilhado com o sucesso da mesma, os médicos ouvem a intervenção de um homem humilde e calado, um subalterno de Delius:

O caboclo, o “ordenança” do meu amigo, quebrou o silêncio:

- Não sei por que, *seu* doutor, mas eu estou certo de que a mãe dele havia de ficar mais contente se as armas estivessem carregadas de verdade...

Levantamos a cabeça, mordidos com a observação. Havia, realmente, um traço de tragédia irreparável num fim, como aquele, que era um logro. (MACHADO, 1995a, p. 28)

As sábias e profundas palavras do “ordenança” - segundo o narrador: “Analfabeto, mas inteligente” (1995a, p. 27) - deixam os estrangeiros “mordidos”. Dessa forma, baseado no estudo de Foucault a respeito do uso do poder no e pelo sistema do *panopticon*, é possível afirmar que o jovem rapaz havia interiorizado de tal forma o sistema de vigilância a que estava sendo submetido que morreria apenas pela força da relação de poder em que se encontrava.

Assim, fica uma incógnita em torno do motivo da morte do jovem. Teria sido covardia de sua parte ou fora sua extrema sensibilidade que o fez elevado e, portanto, incapaz de entender e resistir às artimanhas humanas? Quais seriam as diferentes respostas que a pergunta proposta obteria se fosse feita à sociedade atual? Também é possível acrescentar a esse suposto debate outro questionamento: a ciência, em seus experimentos, consegue compreender a complexidade dos sentimentos humanos? Os questionamentos latentes nos

contos, geralmente com final em aberto, são contribuições que o autor gaúcho deixa a seus leitores, convidando-os à reflexão.

2.6 “Nitucha”

Em “Nitucha”, o narrador testemunha conta um fato inusitado em sua vida. Nitucha, menina jovem, criada da família do narrador e tida por ele como quase irmã, numa virada de ano em que a data exata não é especificada, tem comportamento diferenciado do seu normal, chamando a atenção daqueles que a observam. Conforme o narrador, a jovem fica alterada por estar em perfeita harmonia com a noite quente de verão que desperta em homens e mulheres a sexualidade e o desejo. O avô do narrador, quando a caminho da celebração de despedida de um ano para início de outro, com sua família, enxerga, a saciar grande sede em um rio, um vulto estranho de mulher. Nitucha, junto com os demais familiares, ao ouvir a narrativa carregada de horror do avô, procura justificar a visão tida pelo respeitoso senhor, como sendo uma visão mítica – uma alma de outro mundo que estaria matando a sua sede.

O episódio perturba a todos de modo que a alegria não é extravasada. Então, após o grupo se deitar mais cedo por estar impressionado com a narrativa do avô, e, também, os mais experientes, com o comportamento quente e carregado de erotismo de Nitucha, ouvem os gritos da criada, que acorda em alta madrugada aos berros e pedindo água. Após se restabelecer, Nitucha não tem lembrança daquela noite. Todavia, na memória do narrador, os fatos ficaram bem marcados.

“Nitucha”, conto que transcorre em espaço interiorano, apresenta elementos míticos; fala dos desejos contidos e de suas explosões. O narrador de “Nitucha”, ao estilo de Machado de Assis, inicia o relato dirigindo-se ao leitor, a quem trata por senhor: “- Certamente que o senhor ficaria satisfeito se lhe dissesse [...]” (1995a, p. 87). O período de tempo em que ocorre a história é a noite da passagem de ano, 31 de dezembro, sendo esta, segundo o narrador, informação suficiente para que o leitor entenda o caso narrado. (1995a, p. 87)

O narrador compara a passagem de ano à passagem do mandato de um político a outro, momento em que um homem público delega a outro homem público a continuação da expectativa de mudança, ou seja, a manutenção daquilo que o narrador chama de “ilusões na grande massa de ingênuos” (1995a, p. 87). Outra imagem que pode ser associada à passagem do ano, por sugestão do narrador, é a passagem do tempo. Um ano delega ao outro o comando da vida, prática, também comum entre alguns políticos - protelar suas promessas de campanha

para o próximo ano de governo e manter, na população, a crença na mudança, que, conforme sugestão do texto, normalmente não acontece:

[...] festeja a passagem do ano, essa espécie de transmissão de mando, com que o tempo, a exemplo do que fazem os magnatas nas nossas repúblicas, irresponsavelmente passa o governo da vida a um outro ano, substancialmente idêntico ao precedente, “saído da mesma *grey*”, como se diria, com rancor, na política, que nada difere do anterior senão por inspirar um pouco mais de ilusões na grande massa dos ingênuos. (MACHADO, 1995a, p. 87)

A ficção de Dyonelio Machado mostra aquilo que Michel Foucault, aponta em seus estudos: o poder não é estático, mas dinâmico. É algo que se ramifica, que se altera, não havendo um único detentor; o que há é uma alternância de lugares, tendo esses diferentes graus de importância.

Dyonelio Machado, após essa alusão crítica à política, insere em seu conto um olhar impregnado de misticismo e, ao dirigir-se ao narratário, o faz com a certeza de ser esse um gaúcho - “O senhor, que é daqui, bem sabe [...]” (1995a, p. 87). Assim, estabelece comparação poética entre as noites sulinas de inverno e as noites sulinas de verão. Na comparação, a noite de verão é caracterizada como “sensual, cheia de rumores suspeitos e longos [...] como os mugidos abafados do prazer” (1995a, p. 87). Já as noites de inverno, “são claras, serenas, imóveis, frias como essas brancas mulheres espirituais das lendas [...]” (1995a, p.87). Num jogo de oposições em que podem ser representadas as noites “castas” (1995a, p.87) como as noites de inverno e as noites “afrodisíacas” (1995a, p.88) como as noites de verão, o narrador detalha o clima que envolve a última com linguagem carregada de lirismo e erotismo:

[...] De olhos fechados, abandonada a cabeça endoidecida a sua temperatura de carne, sentem-se tepidez de seios a cada sopro mais forte do ar, morno e macio. E é como se toda ela fosse uma vasta alcova, onde um corpo branco e quente se movesse nos espasmos cansados do gozo e, recalçando o pudor, sob a flagelação do desejo, se oferecesse à revista impudica e insaciável dos nossos sentidos. (MACHADO, 1995a, p. 88)

Assim, em uma noite de verão de 31 de dezembro, momento em que os familiares do protagonista estão reunidos, Nitucha, tomada pelo clima de sensualidade que, conforme o narrador, as noites de temperatura alta despertam nas pessoas, surpreende a todos com sua mudança de comportamento:

Nitucha errava dentro da noite branca com o ar de quem se ia entregar para alguém. Toda fora de si. Eu nesse tempo ainda não sabia ver esse conúbio estranho, nem

podia compreender que entre essa virgem e essa noite – lésbias ambas, quiças – ocorresse apenas um simples caso de perversão do instinto, uma dessas uniões tão comuns quanto prodigiosas, em que o desequilíbrio funcional se alimenta e se entretém pela estranha ligação de sexualidades do mesmo sinal. (MACHADO, 1995a, p. 88)

O narrador compara Nitucha com a noite e sugere envolvimento amoroso entre ambas. Além disso, ele o faz sem mostrar-se preconceituoso em relação ao homossexualismo, pois deixa claro que tanto a jovem como a noite são do “sexo” feminino, sugere serem ambas misteriosas.

É nesse ambiente de sensualidade das noites quentes de verão, que o narrador, ainda menino, e sua família, aguardam a chegada do Ano Novo. O estouro dos fogos, naquela noite, foi suspensa até que o avô – patriarca da família que reside em chácara vizinha - pudesse estar presente. Esse, ao chegar ao local da festa, é determinante para o efetivo início da inusitada história narrada, pois, tem em seu semblante expressão de grande pavor pelo que presenciara.

Segundo o narrador, seu avô, nas proximidades de uma ponte, em encruzilhada, deparara-se com um “corpo de mulher” a beber muita água. Conforme o narrador, seu avô, ao descrever a suposta mulher, sugere que essa “parecia um fantasma!” (1995a, p. 89). Nitucha, sobressaltada, afirma saber quem é a misteriosa imagem avistada. A menina-moça diz ser a alma de uma jovem mulher que morrera há tempo e com sede. O ambiente de suspense e enigma impede que as festividades da passagem de ano aconteçam e faz com que todos se encaminhem para dormir.

No meio da noite, Nitucha quebra o silêncio com gritos aterrorizantes de pedidos de água. Após beber água “como numa sede secular”, ela desmaia e demora três dias para recuperar-se. Todavia, de acordo com o narrador, até o momento da narração, a moça nada recorda dos fatos da noite de 31 de dezembro. (1995a, p. 90)

No último parágrafo do conto, o narrador, com emprego de grande lirismo, faz alusão ao desejo. Ele informa que, depois de transcorridos todos os acontecimentos “dessa noite de delírio e de mistério”, a calma retorna e os desejos encontram-se acomodados. A acomodação dos desejos indica a realização desses, pois Nitucha - personagem que personifica o sentimento de desejo - transcorrida a crise, encontra-se como quem acaba de realizar sua lua-de-mel:

Ainda me recordo, porém, de que, não tendo tornado a deitar-me naquela noite, baixei ao jardim. O luar tinha atingido o máximo do seu esplendor. Não havia mais rumores. A cidade, defronte, adormecia em calma nas suas colinas, como num triclinio que uma lâmpada de prata iluminasse. A própria noite parecia cansada e entrava, entre bocejos e vagos estremecimentos -, esses golpes súbitos do vento

impreciso da madrugada – na lassidão dos grandes prazeres satisfeitos. Os desejos, como os lampiões avermelhados das casas sonolentas, já não ardiam mais dentro dessa noite de delírio e de mistério. E Nitucha, passada a crise, saía do seu desmaio como da sua festa nupcial... (MACHADO, 1995a, p. 90)

Dyonelio Machado, para reforçar a crítica que faz no início do conto com relação ao vício político de postergar o cumprimento de compromissos bem como de sonhos e de crenças, dá a sua narrativa, desfecho oposto àquele que, conforme o narrador, geralmente acontece no campo da política. No conto, a satisfação dos desejos e das necessidades não é protelada para o ano seguinte, mas realizada, mesmo que para isso sejam necessários certos desajustes ou, até mesmo, crises.

Nesse contexto, o conto ora analisado, retoma a temática usada por Dyonelio Machado nas outras narrativas já trabalhadas – o misticismo agregado aos opostos vida/morte. O escritor, ao trabalhar a grande dúvida que envolve a humanidade a respeito do mistério da morte e do destino dos mortos, reforça a importância de viver com plenitude e com intensidade. Entende-se que, de acordo com a ficção dyoneliana, viver intensamente é valorizar os sonhos, os desejos, a fantasia e - por que não? - a crença, muita vezes entendida como ilusão, em um mundo melhor.

Maria Zenilda Grawunder, ao analisar a ficção de Dyonelio Machado no livro *Instituição literária*, fala dos tênues limites entre a realidade e a fantasia conferidos pelo autor à trama dos dois romances editados em 1982: *Fada* e *Ele vem do Fundão*. É interessante observar que, apesar da distância cronológica existente entre o primeiro livro de ficção de Dyonelio Machado – *Um pobre homem* (contos) – e suas últimas publicações – os romances de 1982 – permanece, em suas narrativas, o mesmo estilo. Ou seja, nos contos da coletânea *Um pobre homem* o autor já anuncia o estilo e as temáticas que irá desenvolver ao longo de sua carreira como ficcionista. Dessa forma, pode-se afirmar que o hoje consagrado escritor Dyonelio Machado já apresenta, em sua obra inaugural, literatura de importante relevância no panorama nacional:

Nos dois últimos romances aqui citados [*Fada* e *Ele vem do Fundão*], com a inclusão e tratamento de elementos do mágico e do sobrenatural, os textos apontam para os tênues limites entre o natural e o imaginado, entre a realidade e a fantasia, bem como para a capacidade humana de perceber e elaborar o mágico, de executar atos mágicos, pela palavra, que absolve ou que condena, ou metamorfoseando realidade natural em sonho, como necessidade e forma de exorcizar fantasmas interiores. Aí o imprevisto, o insólito, se apresentam como fatos, mas também como fatores de superação de conflitos ou obstáculos. Esses são resolvidos pelo paciente trabalho construtor de condições de interpretação: (GRAWUNDER, 1997, p. 107)

Dessa maneira, o ficcionista ilustra seu apreço por tratar dos meandros do pensamento humano, por tentar desvendar os mistérios da vida ou da morte. Na passagem transcrita, a personagem é, assim como Dyonelio Machado, um médico, condição que reforça a comparação feita. O escritor, em seu livro de memórias, faz alusão ao conto “Nitucha” e à proximidade deste com as experiências relativas à profissão que ele desempenha – médico psiquiatra –, assim como deixa claro seu interesse em republicá-lo. Para isso, pede a seu amigo Francisco Bellanca - pessoa que ele homenageia pela grande sensibilidade e competência como pintor, bem como pela leal amizade - que ilustre a narrativa “Nitucha”, fato que ocorre em 1973. Conforme Dyonelio Machado, a ilustração é fabulosa e atesta a sensibilidade do pintor com relação à noite, bem como o mistério que é peculiar à noite e à mulher. Tal projeto de reedição, que tem o consentimento da família, não se consolida:

[...] O outro é “Nitucha” [um dos dois contos que o autor enviou a Bellanca para ilustração].

A aplicarem-se-lhe [aplicarem ao conto “Nitucha”] os conhecimentos adquiridos em psiquiatria, poderia rotular-se a estória como se tratando dum caso de alucinação primitiva, induzindo a um certo tipo de pitiatismo. O autor não abandonaria, nem hoje ainda o faz, semelhante diagnóstico: o conto baseava-se em fato real, tratado não pela medicina, mas pela arte. E Bellanca, que o deveria ilustrar a meu pedido, excedeu-se no traço de nanquim, a bico de pena, num claro-escuro nítido, fundindo todo o mistério da mulher ao mistério da noite, enfeitadas ambas pelo luar.

- Esta jóia [o conto “Nitucha”] data de 1925.

Eu dava-lhe [a Bellanca] dessas incumbências.

Ainda a menos de um ano e meio, tendo revisado um velho trabalho, já vindo a público pelo *Correio do Povo* – “Apólogo das Árvores”, depois dum retoque mínimo, pensei em republicá-lo. Mas então com uma vinheta de Bellanca. Instei com ele, que já pusera de lado o lápis, carvão, pincel. Vi que a Família recebia bem o meu projeto. Animei-me a mandar-lhe o conto, com este bilhete:

2 de abril de 1973.

Bellanca amigo:

Um grande abraço. Como nos velhos tempos (e pra que eles mostrem que são novos) me faz uma ilustração pra este conto. Com toda a fantasia de que teu lápis é capaz.

Do velho amigo Dyonelio.

A ilustração está aí, com duas árvores entretidas numa certa conversa, dentro dum pomar iluminado pela luz elétrica do luar e tendo um bisbilhoteiro, sentado a um banco, a querer tudo interpretar...

É enorme a sensibilidade de seu traço [traço de Bellanca] pela noite... (MACHADO, 1995b, p. 83)

Com essa mesma temática – o mistério, o místico e o não-explicável -, o conto a seguir, “Ronda das gotas”, aborda a trajetória do ser humano e a dificuldade que esse tem em desprender-se do modelo de vida já convencionalizado pela sociedade de que é contemporâneo para viver o sonho e a fantasia.

2.7 “Ronda das gotas”

De forma cativante, o narrador, em “Ronda das gotas”, apresenta a pequena personagem Alice, que, com a pureza e curiosidade peculiar às crianças, se aventura em uma janela, em um dia de chuva, para observar e, se possível, entender a origem, o percurso e o fim das gotas de chuva. Por não ser suficiente o banco em que sobe para firmar-se no parapeito da janela, Alice substitui esse por uma grande cadeira. Todavia é surpreendida por sua mãe, quando, totalmente envolvida e comovida com o espetáculo das gotas que aprecia, encontra-se sujeita a precipitar-se do primeiro andar, local onde está. Naturalmente, seu pai e sua mãe a protegem da queda, impedindo que se machuque em sua aventura.

“Ronda das gotas”, conto introspectivo que remete a questões existenciais, como o enigma que envolve a vida e a morte, apresenta, na condição de protagonista, uma menina curiosa e sonhadora chamada Alice que lembra a personagem de mesmo nome do clássico da literatura infantil *Alice no país das maravilhas*, de autoria de Lewis Carroll.

O narrador onisciente, através de um monólogo interior da personagem principal, conta toda a reflexão de Alice ao aventurar-se sobre um banquinho, à janela de sua casa, no segundo pavimento, observando os pingos de chuva que deslizam pela fiação elétrica.

Os diferentes pingos de chuva que descem pelo fio, uns mais “grossos”, outros “redondos”, alguns mais “pesados”, outros “valentes”, simbolizam as diferentes pessoas que passam pela vida. Como nem todos percorrem a mesma trajetória e da mesma maneira, Alice chega a verificar que alguns, por se unirem a outros para superarem os obstáculos do caminho, brilham por mais tempo e com distinção, para então chegarem a seu fim como os demais. (1995a, p. 29)

Alice tem dificuldades para acompanhar o percurso completo de todos os pingos que surgem perante sua janela, por serem muitos, “uma multidão”. A menina comemora com palmas o sucesso daqueles que, ao concluírem seu caminho, permanecem com luz. Alice dá especial atenção às gotas pequenas que se mantêm nos fios quando as que lhes originaram se desprendem em queda. A protagonista acompanha o fortalecimento das gotinhas até o momento em que estas, já encorpadas, seguem o mesmo percurso daquelas que lhes precederam – “despencam”. (1995a, p. 30)

Nessa passagem, o narrador onisciente intruso interrompe a narrativa para fazer algumas reflexões. Ele compara, como nos contos anteriormente analisados, as crianças aos simples e aos sábios, destacando as primeiras como as que possuem maior sensibilidade. Então, passa a explicar as associações feitas por Alice: “[...] os pingos menores eram crianças,

como ela, e os maiores – adultos, os pais” (1995a, p. 30), pais esses que Alice enaltece por se responsabilizarem pelas pequenas gotas que encontram pelo caminho. (1995a, p. 30)

Conforme o narrador, Alice prenuncia o futuro de cada gota que passa por sua janela: “Dir-se-ia uma pequenina bruxa, postada no caminho da Vida, a profetizar para uma humanidade também pequenina, mas igualmente atingida da incerteza e inconstância do nosso destino...” (1995a, p. 30). O narrador, ao comparar Alice a uma profetisa, restabelece as relações intertextuais com a personagem homônima de *Alice no país das maravilhas*, pois ambas são detentoras de capacidades especiais que denotam sua alta sensibilidade, por perceberem nas coisas e seres simples da natureza – a primeira nos animais; a segunda nas gotas de chuva – a vida e seus mistérios.

Todavia, Alice cansa de observar essa rotineira passagem de gotas e deseja saber de onde surgem: “Onde nasceriam? Longe dali? Na outra janela?” (1995a, p. 30). O narrador, mais uma vez, explicita as comparações até então sugeridas. Equipara Alice ao ser humano em geral (ele é um deles), quando esse se questiona “ante o tenebroso problema da sua própria origem...” (1995a, p. 31). Alice deduz que as gotas são oriundas de casas, famílias; nascem e morrem de forma cíclica. Segundo o narrador, Alice, como os seres humanos, procura entender o mistério da vida através da lógica. No entanto, conforme esse, o universo não pode assim ser compreendido: “[...] – E Alice, da mesma forma que os homens, corria sofregamente atrás dos enganos da lógica, na necessidade de engendrar a unidade que não existe no universo, mas que constitui a única condição da sua explicação humana...” (1995a, p. 31)

Em um clima filosófico e impregnado de sugestões, Dyonelio Machado usa a imagem do banco a fim de sugerir a seus leitores a necessidade de crescimento interior para a compreensão da vida exterior. Assim, Alice compreende que para descobrir a real origem das gotas é necessário substituir o banco, que até ali lhe serviu de tripé, por uma cadeira, “enorme, de braços” (1995a, p.30). A substituição do banco pela cadeira, feita por Alice, é sugestiva. É possível afirmar que, para tentar compreender a vida, faz-se necessário ter bases fortes, como a moral, o caráter, a personalidade, a determinação, a simplicidade.

O uso da cadeira proporciona à menina a oportunidade de estar com parte do corpo para fora da janela, condição que Alice julga ser suficiente para apanhar a “mão” criadora das gotas em flagrante. No entanto, ela não consegue desvendar o ignoto:

As pequenas contas de água pareciam surgir por si, no meio dum mistério, ao mesmo tempo simples e profundo, assegurando-se, bem assim, pelo esforço próprio, o estado esferoidal que as distinguia...

Igualmente, não tinham lugar certo para nascer. O fio, molhado em toda a sua extensão, parecia constituir a grande matriz, indiferente, das gotas da chuva, que se desatavam na sua superfície, como pequenos botões de flores, desabrochando ao longo dum galho nu. (MACHADO, 1995a, p. 31)

Dyonelio Machado, nessa passagem, parece mostrar-se incrédulo quanto a possibilidade de encontrar alguma explicação para a origem da vida, seja essa de fundo religioso, científico ou filosófico. Sua descrença é ilustrada pela decepção da menina Alice:

Ela julgara que iria surpreender as gotas na sua origem definida e palpável: - uma mão potente, depositando-as, facilmente, sobre o fio, já feitas, com vida e aquela sua forma, original e caprichosa.

Decepção!... Sobre o cabo, nada de extraordinário. As pequenas contas de água pareciam surgir por si, no meio dum mistério, ao mesmo tempo simples e profundo, assegurando-se, bem assim, pelo esforço próprio, o estado esferoidal que as distinguia... (MACHADO, 1995a, p. 31)

O autor destaca também a questão do local de origem das gotas como sendo força do destino: “Igualmente não tinham lugar certo para nascer. O fio, molhado em toda a sua extensão, parecia constituir a grande matriz, indiferente, das gotas de chuva que se desatavam na sua superfície, como pequenos botões de flores, desabrochando ao longo dum galho nu” (1995a, p. 31). É possível que se entenda a imagem do fio molhado em toda a sua extensão como a sociedade corrompida nas mais diferentes classes sociais e situações, bem como abalada pela falta ou excesso de poder aquisitivo. Nesse sentido, as pessoas, ao nascerem, apesar de serem “botões de flor”, sentem-se desamparadas por esse “galho nu”, que seria a família ou a sociedade como um todo.

Assim, a protagonista, após certificar-se da não-possibilidade de encontrar uma explicação para a origem das gotas, conclui: somente há uma certeza, a passagem pela vida:

E Alice pensou então que, de todo o espetáculo, desde a origem do pingo d’água, até o seu fim, só o que havia de claro e de certo – era a sua passagem através do retângulo cinzento da janela. Era o seu fugitivo instante de vida... (MACHADO, 1995a, p. 31)

Para efetivar essa reflexão, Alice precisou desapegar-se da matéria, das coisas terrenas, somente ao retornar ao estado comum, é que percebeu que corria riscos: “Alice procurava voltar-se. Só então é que viu o perigo em que se encontrava, prestes também a desabar no abismo da rua.” (1995a, p. 32).

A atitude de Alice não é uma prática corriqueira, nem segura. Lançar-se, desafiar-se, desejar compreender o ignoto é complicado. Tal ação, então, desencadeou preocupação em

seus pais, que logo a retiraram daquela condição com a intenção de protegê-la. Seus pais, nesse contexto, representam a sociedade em geral, que poda aqueles que desejam “voar mais alto” por não compartilharem dessa elevação de espírito e entenderem como mais seguro, o chão:

Alice procurava voltar-se. Só então é que viu o perigo em que se encontrava, prestes também a desabar no abismo da rua.

O homem correu. Deitou-lhe um braço enérgico e amparador. Retirou-a muito pálida da janela, onde ela, pela primeira vez, se debruçara sobre o mistério da vida e da morte...

- Minha querida filha!... Que susto tu deste na tua mãe... (MACHADO, 1995a, p. 32)

O escritor gaúcho Cyro Martins, em ensaio intitulado *Um escritor aberto ao espanto*, fala da beleza do conto “Ronda das gotas”, da complexa e ao mesmo tempo simples maneira como o texto é escrito, proporcionando certo realismo carregado de fascinação aos seus leitores. Cyro Martins lamenta a lacuna que permanece pelo fato de a coletânea de contos *Um pobre homem* não ter sido reeditada, pois foi através desse livro que ele conheceu o escritor Dyonelio Machado, seu conterrâneo e colega de profissão na literatura e na medicina psiquiátrica:

O campo artístico de Dyonelio Machado sempre foi a ficção. É aí que o achamos mais à vontade, na intimidade profunda de sua sensibilidade de artista. Tomei conhecimento da sua verve de escritor em 1927, quando surgiu *Um pobre homem*, volume de contos.

Lembro-me daquela criança fascinada pelas gotas d’água que corriam nos fios de luz e de telefone, rentes à sua janela, arregalando os olhinhos vivarachos, espichando a mão e inclinando o corpinho, num perigo de cair. Suspense. No entanto, transcorre numa simplicidade transparente o admirável. Nunca mais o reli, porque perdi por empréstimo o meu *Um pobre homem*, que, infelizmente para as nossas letras, não foi reeditado, que eu saiba. Em compensação, jamais o esqueci. (MARTINS. 1995, p. 11)

O respeito e o cuidado de Dyonelio Machado para com as crianças e os menos favorecidos, bem como o fato de se sentir como as primeiras, possivelmente tenha influenciado na experiência da protagonista Alice do conto em estudo. O autor, que admira a pureza e a curiosidade das crianças, afirma que tais qualidades devem estar presentes ao longo da vida de todo ser humano, para que esse, independentemente da idade que possua, seja sempre uma criança. Com tal convicção, o escritor - apesar de ter sofrido diversos tipos de exclusão -, não deixou de ver a vida com o olhar das crianças e jovens. Dyonelio Machado entende ser essa a sábia maneira de viver daqueles que possuem espírito elevado. Em *Memórias de um pobre homem*, livro que escreve já aos setenta e seis anos de idade, o

escritor, ao falar da maneira correta de introduzir a leitura no cotidiano das crianças, ressalta que essas têm a habilidade de compreender o mundo, qualidade de que os adultos não dispõem:

[...] E com esse maravilhoso sabor de Fantasia, que tanto se coaduna com as concepções de quem faz do pensamento mágico – peculiar à infância – o meio hábil, sempre infalível, de compreender aquilo que a pessoa grande tanto empenho se põe em decifrar, sem resultado: o mundo.

[...]

[...] O livro pressupõe o mestre. Pois bem, devem ser duas crianças frente a frente, dotadas ambas dessa exatidão, frescura e originalidade que sempre encontrei norteando, tanto o julgamento do sábio, como o juízo da criança. (MACHADO. 1995b, p. 87)

Dessa forma, o escritor de *Um pobre homem*, ao lançar mão da sua leitura dos clássicos, da sua sensibilidade, da sua ironia, da sua habilidade em trabalhar o psicológico e o social, e, ao abranger temas como a política, a literatura, a filosofia, o misticismo, a ciência e tantos outros, construiu, com grande habilidade, narrativas que evidenciam as complexas relações humanas e de poder.

3 O DESAJUSTE DO HOMEM MODERNO FRENTE AO PROGRESSO, AO CAPITALISMO E AO DESEJO DE PODER

3.1 “O Sr. Ferreira”

Integrante da coletânea *Um pobre homem*, o conto “O Sr. Ferreira” antecipa a temática tratada pelo romance premiado em 1935, *Os ratos*. Sr. Ferreira, herói do conto homônimo, e Naziazeno Barbosa, herói de *Os ratos*, são funcionários públicos que literalmente percorrem, em uma busca incessante por melhores condições de vida, caminhos tortuosos. A errância de Ferreira e Barbosa – no conto, de forma mais sutil, e, no romance, com grande ênfase – retrata a inquietude e angústia interior do ser humano moderno do meio urbano. As disparidades sociais, bem como o individualismo e a corrosão interior do ser humano gerados pelo progresso, são temas tratados no conto em estudo e que, posteriormente, em *Os ratos*, serão abordados pelo autor com profundidade.

O narrador protagonista, empresário bem sucedido, descreve o constrangimento pelo qual ele e seu sócio, Julião Santelmo, passam após conhecerem o Sr. Ferreira. Domingos José Ferreira, ex-funcionário público e prático em farmácia, apresenta - ao longo das abordagens ao narrador e seu sócio em busca de emprego e pequenas esmolas - a imagem de um homem calejado pela vida. A pobreza que abala Ferreira e sua família faz com que ele perambule, de forma cíclica, na tentativa de resolver os pequenos problemas que os degrada tanto física quanto espiritualmente. O pai de família não possui discernimento para compreender as causas de seu sofrimento, nem mesmo sensibilidade para perceber que a sua presença e a de sua família vivificam, naqueles que preferem ignorar os problemas sociais, uma realidade inconveniente.

Segundo o narrador, o desconforto que a presença de Ferreira gera nele e em seu sócio não está atrelado à “figura insignificante” desse “homem pobre”, mas ao fato de serem obrigados a tomar ciência dos problemas pessoais e familiares daquele cidadão “vulgar”:

Na aparência, nos modos, na palestra, nada de extraordinário. Um homem pobre, simples, o ar simpático do funcionário público que matou uma a uma todas as ilusões no serviço do estado e que empobreceu serenamente e sofreu com método, com horário, dentro de um expediente uniforme sujeito a ponto, depondo com calma regulamentar e letra ainda firme, vistosa, digna de aparecer por baixo de um papel de ministro, a assinatura indispensável sobre os papéis preciosos com que se mete em andamento a vida civil, neste mundo que, à força de policiar-se, vai-se tornando cada vez mais delinqüente e insuportável.

Não derivava dele, pois, da sua figura insignificante, do seu ar desoladamente comum, esse travo com que se amargou a vida de negócios durante um bom punhado de meses. O homem por si nada mais valia (era força, pois que eu estava no comércio, adotar um critério econômico para julgar do caso), nada mais representava senão a sua própria tragédia, de resto tranqüila e vulgar.

Mas, e o que lhe ficava por trás que eu era obrigado a conhecer pelas suas lamúrias, as suas queixas, as suas lamentações?...

Cada dia fazia, a contragosto, um novo conhecimento: agora sabia que a mulher, ao lançar ao mundo o oitavo filho [...]. (MACHADO, 1995a, p. 57-58)

O Sr. Ferreira, assim como Naziazeno de *Os ratos*, trava incessante luta para sobreviver e socorrer sua família dos mais diferentes desencantos, em especial a doença e a dificuldade financeira, . Em *Dyonelio Machado*, Antônio Hohlfeldt afirma ser o conto “O Sr. Ferreira” aquele que apresenta ao leitor uma “antevisão” da narrativa *Os ratos*, pela busca incessante que o protagonista mantém com relação a bens materiais, contudo, sem jamais conseguir possuí-los: “[...] ‘O Sr. Ferreira’ de certa maneira, no seu apego às coisas materiais a que jamais chega, dá-nos uma antevisão de ‘Os ratos’”. Contudo, o crítico literário afirma ser o conto “A chaga”, que ainda será analisado neste capítulo, a narrativa “que funcionará como espécie de chave para a interpretação da obra [*Os ratos*] do escritor”. (HOHLFELDT, 1987, p. 23)

Ferreira, após muito interferir na paz dos homens de negócio em busca de “esmolas”, dá-lhes uma trégua de alguns meses, pois vai, com sua família, morar no interior, fato importante, conforme confessa o narrador: “Foi uma pausa para os nossos nervos” (1995a, p.59). Todavia, ao recuperarem-se das festas carnavalescas, estando os sócios em um “[...] restaurante de luxo, convertido, nesses dias alegres, em cabaré de gente honesta e grave” (1995a, p. 60), encontram Sr. Ferreira com um grupo de amigos fantasiados de peças de dominó. O narrador conta que Santelmo, num impulso de raiva, arranca a máscara do Sr. Ferreira e insulta-lhe pelo fato de esse estar se divertindo. Visto que, conforme Santelmo os informara em carta recente e, também, na véspera desse encontro inusitado, quando esteve na

agência pedindo-lhes auxílio financeiro, um filho seu havia morrido e sua mulher passava mal em virtude do nascimento de outro.

Senhor Ferreira, “[...] uma sombra esquelética, trôpega, sepultada no dominó muito largo, como num túmulo”, argumentou, para espanto de Santelmo, que não estava se divertindo. Logo após, o narrador retirou seu sócio daquele local com a seguinte fala:

- Deixe o pobre-diabo – continuei. Não queiras arrancar à viva força, como o fizeste com as suas barbas, a psicologia, o caráter, o mistério de um homem que tem a fome e tem a dor, e que se encontra a esta hora, neste dia, com esse traje, numa casa “ou l’ons’amuse”. Deixa-o. Faze o que eu já fiz: acalma-te, refletindo que, como não há senão a fome para apurar os sentidos e só a dor é a fonte legítima de toda sabedoria, é bem possível que a felicidade se dignasse por fim alojar-se naquela alma triste, sob a forma do ascetismo ou da loucura. Deixa-o em paz. Vem daí comigo: vamo-nos divertir... (MACHADO, 1995a, p. 61)

A metáfora empregada por Dyonelio Machado, ao representar Ferreira e seus iguais como peças de dominó, é sugestiva. Peças de um jogo podem ser manuseadas, transferidas de um lado para outro, bem como descartadas quando desnecessárias. Dessa forma, o sofrimento e as necessidades alheias são ignorados pelos demais por mostrarem facetas da vida que não se deseja conhecer. A tomada de consciência desses problemas sociais por aqueles que estão em condição privilegiada, possivelmente, geram desacomodação ou, no mínimo, certo sentimento de culpa. Além disso, a imagem do carnaval encobre essa realidade indesejada, de forma que até as vítimas desse processo de exclusão e marginalidade procuram incorporar outra imagem, mesmo que não consigam se desprender daquilo que realmente são:

- [Santelmo] Então isto tem propósito? Então o senhor deixa a mulher em casa, quase à morte ou talvez defunta já, e vem para o carnaval, para a farra? O senhor não tem vergonha? Diga-me: o senhor não sente pudor de vir se divertir, enquanto os seus morrem de miséria e de fome? Fale!
O homem fez uma cara ainda mais triste, mais carrancuda, mais bisonha, e, ao tempo em que tomava das mãos solícitas de um companheiro as longas barbas que Santelmo varejara no chão, na sua fúria, confessou com firmeza, alteando a voz, com o ar aliás de quem faz uma revelação inútil, por sobejamente sabida:
- Mas eu não estou me divertindo! (MACHADO, 1995a, p. 61)

A atitude dos empresários não é um gesto incomum; igualmente o comportamento do Sr. Ferreira pode-se dizer que é bastante comum. Pessoas das mais diferentes classes sociais procuram mascarar, minimizar as situações problemáticas em que se encontram, ou as relações de poder a que estão submetidos para simplificar a vida. Como foi possível observar ao longo do conto, tomar consciência dos problemas e mudar de postura não são gestos simples e, por isso, acabam sendo evitados. Michel Foucault acredita que é ao pesquisar as

extremidades, lá onde as relações de poder efetivamente desaguam, que será possível entender e procurar mudar o curso dos acontecimentos. Todavia, sabe-se, essa não é uma prática comum, nem simples.

Assim, pode-se afirmar, que tanto os amigos empresários, como o Sr. Ferreira e sua família são, em situação e condições diferentes, vítimas da dominação existente na sociedade moderna. Percebe-se que o que Foucault chama de “normalização da sociedade moderna” gera, entre seus membros, processos conflituosos e de exclusão como os observados no conto analisado.

3.2 “A chaga”

Como já afirmara Hohlfeldt, os contos “O Sr. Ferreira” e “A chaga” possuem temáticas que se aproximam entre si e preparam caminho para uma melhor compreensão da narrativa *Os ratos*. Em “A chaga”, Dyonelio Machado, através de narrador testemunha, conta a história de um competente vendedor que percorria vasta região a visitar seus clientes. Esse, em determinado período, é abalado por uma lesão, no dorso de sua mão, que resiste à cura por longo tempo. O ourives Justo Camargo, narrador do conto, amigo da vítima, narra a penosa e desalentadora peregrinação do herói da narrativa em busca de uma solução para o seu problema. Todavia, o protagonista, depois de já haver perdido sua credibilidade profissional, suas relações pessoais e até mesmo as condições mínima de sobrevivência como ser humano, encontra a cura para tamanha moléstia em sua própria saliva.

O drama vivenciado provoca no herói da narrativa uma metamorfose. O herói, “[...] um homem simpático, de ombros fortes, cara apoplética e viva”, transforma-se em um homem triste, melancólico, amargurado e desanimado (1995a, p.91). A mudança acontece gradativamente ao longo do conto. À medida que a doença vai se agravando e as tentativas de cura vão sendo frustradas, o estado interior da personagem vai se alterando. Um homem que, conforme o narrador, “nunca tivera um desgosto”, apesar de não ter família nem cuidados, passa da tristeza ao desespero; de profissional ativo converte-se em um funcionário de poucos rendimentos; de pessoa sociável e comunicativa torna-se alguém evitado pelos demais, excluído. As transformações ocorridas no plano externo (social) geram mudanças ainda mais profundas no plano interno (psicológico):

O meu amigo sofreu com essa moléstia uma grande transformação. Mergulhou numa tristeza que se poderia chamar combativa. Eu me explico. Há dores que atiram os indivíduos numa melancolia passiva ou numa tristeza pétrea. A desse, porém, havia-o conduzido a uma tristeza hostil. Amargurava-se e odiava. Odiava os outros homens, os sãos. (MACHADO, 1995a, p. 92)

Na passagem transcrita, é possível observar o ponto de vista do médico, jornalista, escritor e político Dyonelio Machado, frente às conseqüências que o sofrimento pode gerar nas pessoas: torná-las indiferentes ou agressivas. No caso do conto “O Sr. Ferreira”, pode-se entender que a personagem aceitava sua condição sub-humana com complacência; já o herói do conto ora em análise revolta-se com aqueles que possuem o que tanto lhe falta, saúde.

Outra mudança que o autor de *Um pobre homem* sugere ser comum acontecer nas pessoas que enfrentam grandes dificuldades é a passagem de uma atitude crédula para uma postura cética e dessa para alternados resquícios de esperança:

Uma vez, numa das cidades da sua zona, apareceu um caboclo operando milagres. Chamavam-lhe o *Mão Santa*. Já se contavam por centenas as curas maravilhosas que tinha feito. Era de arriscar, sobretudo porque o taumaturgo só passava a mão e prescrevia água pura. Mas quê! Ainda dessa vez não obteve nenhuma melhora.

- Mas por que você não manda benzer isso? – perguntou-lhe certa ocasião um dos seus fregueses.

- Isso é ferida braba, só com benzedura!

O homem não tinha mais fé. Contudo, não lhe custava tentar mais uma vez. Foi a uma velha feiticeira chamada Coma.

[...]

-E acredite o senhor [diz Coma ao narrador]: é cobreiro. Brabo, sim, mas cobreiro. Eu o curava. Era só questão de mais uns dias.

O doente, para esse tempo, já estava desesperado. Ia caindo numa tristeza cada vez mais negra. Não havia nada que o consolasse. Já se tratara, sem resultado, na capital, com um dermatologista famoso, que aplicava eletricidade. Pensara mesmo em ir à Europa, consultar. Mas um ceticismo – o ceticismo que se acha misturado sempre a um pouco de esperança no fundo de todas as moléstias incuráveis – chumbava-o à sua rotina de viajante comercial. (MACHADO, 1995a, p. 93)

Assim, como sugere a arte literária, entende-se que está presente em grande parte dos seres humanos a necessidade de ter uma crença, mesmo que essa torne tênue o limiar entre a sanidade e a insanidade, entre a vida e a morte.

Por ainda ter esperanças, o herói do conto em estudo chega à cura de sua chaga. Todavia, o poder de cura não está naqueles que o rodeiam, mas em sua própria saliva:

-Está pasmado, não é [protagonista]? Quer saber o que fiz? Como a estou tratando? Lambendo. Tal qual os animais. Convenci-me de que, se não fizesse como os cães, não me curava. É repugnante, bem sei. Mas veja: já não tem mais pus e está mais desinchada. (MACHADO, 1995a, p. 94)

Antônio Hohlfeldt, ao referir-se aos contos dyonelianos, afirma: “Efetivamente, o drama não era algo externo, neste escritor sulino, e sim interno, de adensamento psicológico, propositalmente lento em seu desenvolvimento [...]” (HOHLFELDT, 1987, p. 23). Dessa forma, o futuro escritor de *Os ratos* encaminha seus leitores à percepção de suas capacidades mais remotas e subjetivas, à sua força interior. Ou seja, com essa narrativa o autor sugere que o ser humano, numa busca constante de autoconfiança e conhecimento interior, sem desapegar-se da crença em si, consegue superar as dificuldades que o cercam e pode, até mesmo, chegar à sua cura.

Maria Zenilda Grawunder, assim como Hohlfeldt, aponta os textos ficcionais dyonelianos como narrativas que, além do estilo realista social, possuem, também, forte expressão psicológica, e nas quais as personagens, ao tomarem consciência de seus problemas, reagem, mesmo que seja através de fuga. No caso da narrativa “A chaga”, Grawunder analisa a força interior do ser humano, que, ao estar consciente de seu problema, soluciona-o, fazendo uso das capacidades que possui. Para a estudiosa, esse é um grande exemplo da ficção a dialogar com a realidade:

Quando problematizado, como o animal que se cura lambendo as próprias feridas, o homem imaginado do autor vai encontrar em si mesmo a solução para os seus problemas de confronto com a sociedade. Esta, como força de pressão e movimentos humanos, não pode ser ignorada, é a presença extratextual nos seus romances, a provocação para a grande metáfora biológica que subjaz, transparece e emerge de sua ficção, onde o homem, pequena parte do todo social, precisa ser e estar bem para que o organismo social se apresente funcionando como um corpo organicamente saudável. Recusado ou perseguido pelo corpo social, o homem tanto pode retornar a sua origem animal, como pode buscar refúgio também no sono, no sonho, no devaneio, no mito, na ficção. Assim, as realidades amargas podem ser transformadas pela reflexão e ação ou elaboradas e sublimadas, num ponto de convergência entre realidade e ficção, que pode ser representado pela literatura, não como elemento redutor, mas interpretativo. (GRAWUNDER, 1997, p. 23)

No texto, o escritor, ao fazer uso de seus conhecimentos médicos, dá voz ao amigo do narrador, igualmente médico, que explica o poder curativo da saliva e da língua e alerta ao amigo ouvinte: “[...] Mas você compreende: não é possível recomendá-lo a ninguém... – e dizendo isto, atirou as cartas [estavam jogando pôquer] na mesa recostando-se negligentemente na poltrona”. A observação do médico ao narrador faz com que esse encerre o conto num desabafo: “Pedante!”. (1995a, p. 94)

Acredita-se que o final do conto, por permanecer em aberto, torna a narrativa ainda mais intrigante. Fica explícita a necessidade de um diálogo a respeito da ética médica, das convenções que impedem determinadas práticas, as quais poderiam ser benéficas, mas, por

não serem socialmente aceitas, deixam de serem prescritas. Enfim, fica explícita também a fragilidade e ao mesmo tempo a força do ser humano, bem como a necessidade que esse possui de desenvolver sua autoconsciência para fazer uso de suas capacidades interiores e superar barreiras, sejam essas afetivas, sociais ou econômicas. Como afirma Grawunder na concepção de Dyonelio Machado, estando o ser humano doente, também está enferma a sociedade em que ele vive.

3.3 “Um caso de bonecas”

O narrador protagonista de “Um caso de bonecas” conta a um amigo, o narratário com quem dialoga, a experiência que tivera há alguns anos, quando, bastante jovem e recém formado em Direito, ao frequentar uma casa de mulheres pela primeira vez, apaixona-se por uma prostituta. Guadalupe, nome pelo qual a dançarina é tratada profissionalmente, valendo-se de sua experiência com homens, seduz o rapaz logo que ele a vê. Os familiares do protagonista, sem poder de persuasão para interferir nas decisões do rapaz, limitam-se a assistir a traumática experiência do jovem. Esse, depois de manipulado é abandonado por aquela que ele acreditava ser seu grande amor.

A narrativa, de tom intimista, coloca o leitor na condição de ouvinte de uma confissão, de um desabafo do amigo que recorda uma desventura de sua juventude. Porém, apesar do tempo transcorrido entre os acontecimentos e o relato desses, é possível que o leitor tenha a impressão de estar acompanhando uma história não acabada, não resolvida. Ou seja, a impressão, no final do conto, é a de que o narrador ainda alimenta algum tipo de sentimento por Guadalupe. O que não é possível dizer com certeza é se esses sentimentos são apenas de mágoa e arrependimento ou se são sentimentos de origem amorosa, pois, ao interpelar o “leitor” e afirmar que a narração dos fatos não está impregnada de exaltação ou orgulho, o protagonista confessa que, no momento em que narra, ainda não se sente totalmente desapegado de Guadalupe: “Quem? eu? Que esperança! Não estou me exaltando, não! Já faz tanto tempo... Nem se perdoa que eu não esteja curado.” (1995a, p. 19).

A sensação de não ser Guadalupe apenas uma lembrança do passado é reforçada quando o narrador, ao descrever o ambiente da sala em meia-luz onde ela dava seu show e a luz que dela irradiava, compara-a com pedaços de papel que, mesmo depois de queimados, permanecem a movimentar-se no ar, teimando em desaparecer:

A penumbra da sala esponjava de leve o tampo lúcido das mesas, os cristais faiscantes, os rostos embevecidos dos assistentes, como que querendo igualmente apagá-los. Só o palco, onde ela cantava e saracoteava-se, ardia furiosamente iluminado, tão iluminado que Guadalupe parecia voar na luz, como esses pedaços de papel que se lançam ao fogo e que, mesmo depois de queimados, ficam a bailar sobre a chama, a lutar com o calor e a sua força irradiante e invencível. (MACHADO, 1995a, p. 18)

Assim, ao comparar o tablado onde Guadalupe dança com um “foco incandescente”, o narrador confessa ser ele próprio quem incendeia: “Foi essa dança no fogo, esse revoltear na labareda que me incendiou, irremediavelmente, a alma. Quando ela acabou, eu tinha os olhos ardidos, cansados, lacrimejantes” (1995a, p. 18). Nessa circunstância, o enlevo do protagonista por Guadalupe é tamanho que ele se submete a ser comandado por Arnaldo, amigo experiente nesse tipo de entretenimento e responsável por sua estada naquele local: “Realmente, foi com os olhos no palco que eu me abanquei junto do companheiro, que o ouvi dar ordens ao garçom, que emborquei o copo, para me acalmar”. (1995a, p. 18)

O narrador, tomando emprestada a vasta leitura da literatura greco-latina feita por Dyonelio Machado, compara a beleza que ele vislumbra na dançarina, ao se movimentar pelo salão após o show - “os ombros de porcelana, a bela cabeça aquecendo-se no tom cor de ouro dos seus cabelos” – com o milagre de Anchises¹. Nessa perspectiva, os cabelos dourados de Guadalupe estavam a brilhar como se incendiassem e ele a vê-la como uma rainha. Todavia, o protagonista, no período em que narra os acontecimentos em estudo, tem consciência de seu exagero, e diz ao narratário: “[...] o senhor haveria de rir”. (1995a, p.18)

Devido ao tempo transcorrido, ao recordar os fatos para narrá-los, o protagonista já teria condições de avaliá-los criticamente, mas não o faz sem deixar transparecer certa dúvida ou, quem sabe, desejo de crer que não fora totalmente ludibriado pela perspicácia de uma profissional na arte de enganar os homens, conforme ele sugere ser a opinião da sociedade em geral. É possível se perceber, por parte do narrador, um olhar desprovido de preconceito frente às prostitutas, uma sugestão de que essas são pessoas capazes de estabelecer laços que não estejam apenas atrelados ao lucro:

Ia-se jurar que ela conhecia suficientemente os homens, porque os desprezava duma maneira altiva e glacial. “-Plano...” – dirá o amigo, naturalmente duro a aceitar essas mulheres com outra psicologia que não seja a que deriva da cupidez e do lucro. Quem vai lá sabê-lo porém?... (MACHADO, 1995a, p. 18)

¹ Anchises, pai de Enéias, durante a fuga de Tróia em chamas, momento em que é carregado pelo filho, ao ver pegar fogo na cabeleira de seu neto Ascanio, filho de Enéias, suplica aos deuses que os socorram e é ouvido.

Diferentes imagens são usadas pelo narrador para descrever Guadalupe. Ele tanto a compara com uma tarântula² - “Não foi preciso mais do que uma semana para que eu fosse abismar-me no seio necrófilo da tarântula” (1995a, p. 18) – como a distingue de Messalina³ ao destacar seu autocontrole, sua sabedoria e perspicácia:

Não sei, não, se assim era Messalina. Talvez, mesmo, Messalina fosse apenas o vício, a degradação sexual, a irritação do instinto, a sofreguidão, pura e simples. Nada disso, porém, na cançonetista. Ela continha-se, ela esperava, fria, indiferente, sobranceira. Dir-se-ia que ela compusera o seu tipo ideal e que, enquanto ele não vinha, se conservava a noiva resignada do seu sonho. (MACHADO, 1995a, p. 19)

Por fim, o protagonista descreve Guadalupe como um ser de outro mundo que, possivelmente, já tenha arrebatado muitas pessoas; ser esse detentor de grande poder de sedução, de tal forma envolvente e, de maneira tão espantosa, que chega a ser, segundo o narrador, igual ou pior que a morte:

Eu me aproximava, ela me envolvia demoradamente no seu amor, ela me possuía com lentidão, com uma lentidão pavorosa, de quem procura gozar, roubando a vida! Muitas vezes cheguei a sentir um calafrio, um calafrio de medo! A morte não será mais voluptuosa...
[...]
Sabe o senhor do que é que eu estava convencido? De que eu era amante da morte!... Oh! não se espante! Eu não vou enlouquecer. O perigo – que existiu, sim, oh! se existiu – o perigo já passou: era quando eu pertencia a essa criatura venenosa, a esse estranho ser de volúpia e de mistério. (MACHADO, 1995a, p. 20)

Mais uma vez a temática da “morte” é usada por Dyonelio Machado e, como nos demais contos estudados, a morte surge envolvida por grande mistério. No conto “O Velho Sanches”, como na narrativa em estudo, a morte mata a ilusão, a crença nas pessoas. Em “Um caso de bonecas”, porém, a morte surge como metáfora do desejo, e Guadalupe é a personificação desse sentimento. Por estar tomado pelo desejo, o protagonista não consegue ter clareza dos fatos em que se encontra envolvido nem mesmo do mundo que o rodeia:

Não diga, meu senhor! Bem sabe que eu não sou precisamente um pusilânime. Nem mesmo uma criança. Se eu não pude triunfar dessa mulher, é simplesmente porque ela constitui o Desejo. Entendeu bem? O Desejo! O Desejo e o Amor, às vezes; o Desejo e o Ódio, quase sempre; mas o Desejo! (MACHADO, 1995a, p. 19)

² Espécie de aranha européia da família dos licosídeos, cuja picada causa febre, delírio e, segundo a crença popular, singulares sintomas que levariam o doente a cantar e dançar. (*Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, 1986).

³ [Do antr. *Messalina*, da mulher de Cláudio I (10 a.C. – 54 d.C.), imperador de Roma, famosa pela devassidão.] (*Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, 1986).

Diz o narrador que o acontecimento responsável por sua melhor percepção da realidade é o fato de ele, certo dia, ao entrar em seu quarto, deparar-se com uma casa de bonecas montada – sua sobrinha tinha o hábito de ir brincar no quarto do tio para poder estar mais próxima dele, que pouco permanecia com ela. Nessa ocasião, ao se deparar com o luxo e a banalidade dos móveis e dos pertences femininos dispostos no seu quarto de dormir e estando a boneca como soberana desse ambiente, ele visualiza nela, Guadalupe e todo seu egocentrismo:

Via-se aí, além da cama, dos guarda-vestidos, do toalete, dos tamboretos pequeninos para o repouso de pezinhos quase inexistentes – aparelhos mais acabados, lavatório, banheira, separados da alcova por um reposteiro com grandes ramagens, caindo em pregas amplas sobre o linóleo de xadrez do pequeno piso. E num canto – veja isso! – fazendo a toalete, as mangas arrepanhadas para cima, com o seu ar de dona e de espalhato, a boneca...

Pus-me em pé de um pulo! Ela!!! Porque era ela, a Guadalupe! Era seu aquele ar dominador, de egoísmo, de conforto, de insensibilidade! de quem detesta o mundo, os outros, porque ama a vida e a quer e a sabe gozar!

Acredite, meu senhor! Foi quando tive toda a compreensão da minha miséria! dessa tragédia surda que eu vinha nutrindo com o meu sangue, para o gozo recatado da tetragna! (MACHADO, 1995a, p. 21-22)

É através da ficção que o protagonista pode tomar consciência da realidade, pode-se dizer também que é através da pureza de uma casa de bonecas que fica claro para o protagonista toda a malícia de Guadalupe. Então, decidido a pôr fim em todo aquele sofrimento, ele vai até a casa de Guadalupe, momento em que fica sabendo da partida dela para não mais voltar. O sofrimento do protagonista torna-se redobrado, pois ele não tem a oportunidade de desafiar-se a realizar o que tanto deseja e teme não conseguir dar um fim na relação de modo brutal, agressivo e decisivo:

Claro que eu sofria. Quando não a encontrei, eu, que a havia procurado para desvencilhar-me violentamente do seu domínio, senti o acabamento, porque eu bem que via que me ia faltar essa tirania, odiosa, sim, mas que era todo o motivo, o único motivo da minha vida. (MACHADO, 1995a, p. 22)

Nessas condições, o amante volta para casa. Mas, ao entrar no seu quarto e deparar-se com a boneca, ele a estraçalha, jogando-a à parede, e sente-se aliviado:

[...] quando a vi! Ainda no mesmo lugar! com a mesma atitude desesperante!
Oh! meu amigo, eu tenho então uma reação, da qual eu mesmo não me sentiria capaz momentos antes. Dou um salto. Tomo-a energicamente na mão. Aperto-a, esmago-a, e, lançando o busto para trás e firmando-me bem nas pernas, atiro-a, com fúria, de encontro à parede, - onde ela foi esborrachar-se! Irra! Que alívio!
- Essa maldita boneca!... (MACHADO, 1995a, p. 23)

Destaca-se, nesse conto, a tênue separação entre ficção e realidade, condição em que, muitas vezes, elas se misturam para, acredita-se, completarem-se em ajuda ao ser humano na sua difícil tarefa de se conhecer e entender o mundo que o cerca. O protagonista do conto em estudo toma consciência de sua condição de submissão ao deparar-se com a ficção (casa de bonecas) e perceber a mulher que ele ama a dominar toda a situação com grande vaidade e egoísmo. Todavia, como ele sabe que é fraco e incapaz de acabar com aquela realidade, e tendo a ajuda do acaso, resolve destruir o objeto que o desperta para a verdade. Ou seja, é necessário destruir a boneca (concreto) para pensar ter destruído o amor (abstrato) que sente por Guadalupe. Então, numa espécie de fuga, acredita “matar” o Desejo, o Amor, o Ódio – “[...] ela constitui o Desejo. [...] O Desejo e o Amor, às vezes; o Desejo e o Ódio, quase sempre, mas o Desejo! (1995a, p. 19)” – ao destruir a boneca.

As relações de poder presentes neste conto, assim como no conto “Execução”, analisado no capítulo anterior, são relações de fundo basicamente emocional. Em ambas as situações, o dominado chega a tomar consciência de sua condição de submissão, mas não encontra formas de reverter essa situação. Em “Um caso de bonecas” e no conto que será examinado a seguir, “Velha história”, as técnicas de poder usadas por quem, naquelas circunstâncias, o detém são estratégias de sedução. Já em “Execução”, as técnicas empregadas são técnicas de guerra, de repressão, de prisão física, seguida de tortura psicológica.

“Um caso de bonecas” retrata, ao mesmo tempo, com simplicidade e profundidade um conflito interior do ser humano, podendo, assim, ser classificado como um conto de caráter psicológico. A ênfase no psicológico é um dos eixos da narrativa de Dyonelio Machado, além do estilo realista social, conforme explica a estudiosa da narrativa dyoneliana, Maria Zenilda Grawunder. Grawunder refere-se aos romances escritos pelo autor, mas, como já se afirmou anteriormente, a coletânea *Um pobre homem* é uma espécie de introdução daquilo que o escritor irá desenvolver ao longo de sua produção literária:

Na sua obra, se examinadas de perto e no conjunto, o comportamento de personagens e condução da trama dos seus romances, objeto desta análise, surgem grande unidade e fidelidade às perspectivas sociais, estéticas e psicológicas do autor, de modo a permitir a concepção de que sua ficção, de forte caráter realista social, se insere também no romance psicológico:

[...]

[...] as personagens de Dyonelio, ao se defrontarem com os problemas, têm consciência deles, lutam ou fogem, refugiam-se no sono ou no sonho, mas reagem, sob diferentes formas de manifestações psicológicas, produtos de elaboração humana, na obsessão de conferir significado ao mundo. (GRAWUNDER, 1997, p. 22)

3.4 “Velha história”

No conto “Velha história”, o narrador relata a paixão da jovem Adelina - moça que mora com sua família em uma pequena localidade do interior gaúcho - por João -caixeiro-viajante e conquistador que, segundo opinião do narrador, nos diferentes locais pelos quais passa deve ter uma namorada (1995a, p. 64). Adelina, após muita insistência de seu noivo e depois de entregar-se a ele, abandona sua família e vai para a Capital – Porto Alegre -, a fim de viver seu grande amor. O que Adelina não prevê, mas, de acordo com o título do conto e segundo reforça o narrador, é comum acontecer, é que ela será abandonada por João e, por falta de opção, terá que se prostituir para sobreviver.

Assim como em “Um caso de bonecas”, o conto “Velha história” aborda a temática da prostituição. Porém, em “Velha história”, é um narrador onisciente e intruso que narra o sofrimento amoroso de Adelina, a prostituta, diferentemente do conto “Um caso de bonecas”, em que o narrador protagonista rememora seu sofrimento causado pelo amor que ele alimentou e possivelmente ainda alimenta por Guadalupe. A degradação do ser humano, motivada pelo sentimento amoroso, é tema de ambos os contos. Em qualquer das narrativas, Dyonelio Machado apresenta a prostituta sob outro foco, diferente daquele que é adotado pela sociedade da época.

Adelina, no tempo da ação, tem vinte anos e sofre o preconceito de seus clientes por esses não acreditarem que ela fora, como muitas de suas colegas de profissão, enganada e abandonada por seus parceiros, tendo sido empurrada para essa vida por motivos de sobrevivência:

Adelina tem vinte anos. Desde os dezoito que está na “vida”. Ela já contou a sua “história” aos rapazes, que por sinal não lha acreditaram. E não acreditaram, porque era a velha história de sempre: o noivo, a sua grande paixão por ele, depois o rapto, a fuga, o abandono, a prostituição como o recurso extremo... E porque ela só tem a história que devia ter, isto é: a de todas as decaídas, é que essa história lhes parece inverossímil! Estranho!... (MACHADO, 1995a, p. 63-64)

A última frase da citação acima chama a atenção pela complexidade e sutileza da crítica realizada pelo escritor. Conforme o autor, as verdades mais abrangentes e comuns são, justamente, aquelas que tendem a encontrar resistência, a não serem aceitas. De acordo com o narrador: “Estranho!...”. Realmente, estranho! Contudo, é possível questionar as razões dessa tendência. Michel Foucault (2005, p. 171), em seus estudos, afirma que é preciso resgatar,

através de pesquisas, saberes não legitimados, ignorados pelas instituições que detêm o poder para se conhecer outra história, essa menos globalizante e totalizante, menos hierarquizada. Esse processo de reativar os saberes locais é chamado por Foucault de “ressurreição dos saberes” ou “genealogia”.

A narrativa em estudo sugere, exatamente, a necessidade de reativar certos saberes históricos que estão adormecidos, por terem sido ignorados ou abafados pelo saber erudito. Cabem, então, as perguntas: Por que foram deixados de lado? Há algum tipo de lucro econômico ou político com isso? Dyonelio Machado não dá respostas; sua intenção, acredita-se, é, justamente, provocar indagações.

O narrador, por sua vez, demonstra-se complacente com Adelina e suas iguais; primeiro, por vê-las, “de certa forma”, como as demais pessoas – “Não sou sentimental. Pra longe o agouro! Mas a gente não considera essas mulheres destacadas de todo da vida normal [...]” (1995a, p. 63) – e segundo, por acreditar nas histórias dessas mulheres, mais especificamente na história de vida de Adelina, a qual ele narra e classifica, de acordo com o olhar da própria protagonista, como uma história “tão natural e tão triste!”. (1995a, p. 64)

Dyonelio Machado, na primeira citação feita no parágrafo anterior, mostra-se, apesar de manifestar certo conservadorismo, moderno para a época, pois procura destacar, nas prostitutas, sua condição humana e a presença de qualidades como a verdade e a lealdade. Está, assim, em conformidade com as características que ele confessa ter em *Memórias de um pobre homem*: “Eu, que amo as crianças, como amo tudo que é no final das contas desprotegido [...]”. (1995b, p. 92)

Por outro lado, João e seu íntimo amigo Bento – este, um jovem da capital, “sorridente, desdentado, um ar canalha” (1995a, p. 64) – são apresentados pelo narrador como tipos com desvio de caráter, que vêem as mulheres apenas como objetos descartáveis, criados para satisfazerem seus desejos. Bento, depois de ter conhecido Adelina, ainda na casa dos pais da jovem, quando acompanhara João em uma de suas visitas à noiva, e ao ouvir os elogios do amigo a respeito das qualidades físicas da moça, passa a desejá-la. Assim, após a separação do casal, ao saber o endereço profissional de Adelina, Bento a procura na tentativa de fazer-lhe crer que apenas pretende dar notícias sobre João, o qual gostaria de revê-la. Ela, devido a seu puro e ingênuo amor, se alegra:

Adelina sentiu um delicioso tremor. Era então certo que ele a amava? Ele? O seu João? Vício, diz você? Não, meu amigo. Amor. Só amor, acredite. O amor é uma preferência, apenas. Qualquer coisa capaz de desviar um homem de outras atenções, para levá-lo, pressuroso e trêmulo, aos braços de uma mulher – eis o amor! Nem de outro modo opera a natureza com os seres seus protegidos – os inferiores, para quem

ela ainda é mãe e é sábia. Donde se conclui que a verdade está com as criaturas singelas e boas, como Adelina, que busca o amor pelo amor, não pelo desejo de compreender o que é incompreensível. (MACHADO, 1995a, p. 67)

Em suas memórias, Dyonelio Machado associa a simplicidade ao ser humano da província, razão que permite associar a origem aos atributos de Adelina, pois essa, segundo o narrador, por ser provinciana, é “singela e boa”, portanto, capaz de amar:

A soma algébrica: Criança mais Criança cria o Caudilhismo, em que a criança sádica e sabida (geralmente as crianças maiores) mobiliza no seu interesse a criança propriamente dita, quer dizer: confiada, sonhadora, idealista. Pois não são esses os atributos da infância mais legítima?

Confiada, como a criança que não acredita na existência do mal. Sonhadora, quer dizer apegada ao seu mundo fictício, o mundo dos brinquedos. Idealista, limpa de qualquer sujeira com que a Realidade (de que ela mal suspeita) costuma salpicar os que a tocam. (MACHADO, 1995b, p. 93)

No dizer de Dyonelio Machado, a criança “sádica e sabida”, valendo-se de sua experiência, exerce o seu poder sobre a “criança propriamente dita”, relação que dá origem a um regime autoritário. De certo modo, os homens que enganam e manipulam Adelina ocupam, no conto, o lugar das “crianças maiores”, enquanto ela se mostra sonhadora e idealista. Assim, as personagens reproduzem, no plano das relações amorosas o modelo de relações de poder que, no âmbito político, dá origem ao caudilhismo.

Pode-se afirmar, por fim, que Adelina aumenta a galeria das personagens dyonelianas que se revelam idôneas, mas social e psicologicamente abaladas pela degradação proveniente do contexto social.

3.5 “Reunião em família”

Através de um narrador testemunha o conto “Reunião em família” relata o diálogo que aconteceu entre pessoas que exercem diferentes papéis na classe média-alta de um centro urbano não especificado. O narrador participou desse encontro por intermédio de seu amigo, o policial Justino Jordão, que, naquela ocasião, em uma roda de conhecidos, toma a palavra para narrar um homicídio muito estranho ocorrido em uma fazenda da região. Os ouvintes desse relato eram o casal anfitrião - o juiz Dr. Abelardo e sua esposa -, o médico Savério e o narrador. Esses procuram entender o que levava o humilde e calado empregado Inácio a matar friamente, a machadada, seu jovem patrão, já que estava confirmado não tratar-se de crime

passional. O grupo, sem respostas, divaga entre diferentes possibilidades: desejo de matar – normal à natureza humana - ou desvio de conduta, loucura?

O narrador, anônimo, ao narrar os acontecimentos daquela reunião, procura mostrar que, na oportunidade, mantivera-se isento. Não participara dos diálogos; somente ao relatar o acontecido, ele registra suas observações e tece suas críticas. Fica evidente, ao longo da narrativa, que o narrador não tem os mesmos pontos de vista daquele grupo social nem mesmo compactua com as diferentes futilidades dos demais, os quais ele deixa transparecer em seu relato.

O bombardeio de críticas e ironias lançado pelo narrador, ao descrever aquele encontro, atinge muitos dos presentes à reunião. Aqui, se começa por citar os comentários sobre Justino Jordão, que, ao contrário do que sugere o nome que detém, não demonstra possuir qualidades como integridade, simplicidade, honestidade, dentre outras. Segundo sugere o narrador, Justino vive de conveniências, pois não se sabe exatamente qual é a função que ocupa em seu emprego na polícia. Todavia, exerce influência na imprensa e, por isso, é ouvido pela burguesia intelectual:

Tinha-me levado lá o meu amigo Justino Jordão, nome conhecido na imprensa, e que ocupava as horas vagas com um emprego qualquer na polícia.
Eu fui apresentado por este rapaz, que esterilizava o seu talento na cozinha diária dos jornais, como “uma audaciosa organização d’homem de negócios”.
Essas frases possuem o seu prestígio, infundem mesmo um certo terror sagrado nos meios burgueses. Elas valiam ao meu amigo o ser o pivô das palestras intelectuais. Os homens, sobretudo, em particular aqueles que tinham uma certa “educação literária”, ficavam, ainda por muito tempo, com as palavras de Jordão na boca, silenciosos, ruminando-as como confeitos. (MACHADO, 1995a, p. 33)

“Reunião em família”, forma como se intitula o conto, ironicamente lembra um encontro da pequena célula da sociedade denominada família. Diz o narrador, que “[...] a ela havia comparecido o mundo elegante da cidade” (1995a, p. 33). Talvez, por possuírem essas pessoas costumes e valores afins, tenham sido consideradas pelo narrador como integrantes de uma mesma família. Nesse encontro, conforme sutilmente critica o narrador, as máscaras são o elemento principal, a começar pelas anfitriãs - esposa e filha do meritíssimo, que são “[...] duma gentileza perturbadora”. (1995a, p. 33)

Nesse contexto, o narrador passa a palavra a seu amigo Justino Jordão que, cansado da monotonia do ambiente e por gostar de palestrar – “Os assuntos arrastavam-se preguiçosamente” (1995a, p.33) -, começa a narrar o frio assassinato do patrão cometido pelo caboclo Inácio. Na condição de narrador testemunha, Justino conta detalhadamente o ocorrido e afirma ser Inácio “um tipo insensível ao amor”. (1995a, p. 35)

Concluída a narrativa de Jordão sobre o crime cometido pelo caboclo, o debate torna-se intenso. O médico Savério defende ser esse um caso natural, comum àqueles que ainda não se deixaram degenerar pelo convívio em sociedade. Para Savério, o “bruto, reservado, sereno” Inácio teria agido motivado apenas pelo desejo, desejo de matar simplesmente, sem estar dominado pelo ódio nem por paixões, mas pelo simples ímpeto de agir com naturalidade, da mesma forma como ele agia ao derrubar uma árvore, por exemplo:

[...] O caso é vulgar – tornou o facultativo, com o seu ar impertinente. – Com as descrições, naturalmente palpitantes e vivas, que você deu do assassino, logo percebi que ele só poderia ter agido como agiu: sem paixões, sem ódios, por simples desejo.
 - Então, para o doutor, trata-se de um criminoso nato? [questionou o juiz]
 - Para mim? Essa é boa! Pelo contrário: eu o tenho como um tipo equilibrado e normal.
 [...]
 - ... Um tipo primitivo, pois. Nenhuma degeneração, física, mental, afetiva, porque ele ainda não pode ser senão um *novus homo*, um começo, uma inicial. E a prova disso é o seu *crime*.
 A roda estava desolada com a direção que tomavam os raciocínios do doutor.
 Ele prosseguiu:
 - Esse homicídio, com efeito, é a mais legítima manifestação de um cérebro normal. Senão, vejamos. Por que ele o matou? (MACHADO, 1995a, p. 35-36)

Então, Jordão explana a confissão do humilde empregado, mas o faz com a autorização do juiz – conforme o policial essa era uma informação sigilosa. Segundo o narrador, Dr. Abelardo autoriza o policial a falar por estarem “numa roda de sociedade” (1995a, p.36):

-Pois bem, na sua declaração ele confessa ter assassinado o patrão porque o homem apresentava, no penteado, uma risca muito bem feita, dividindo o cabelo ao meio, como geralmente se usa na campanha. Como acontecesse, num instante de pausa no serviço, estar o fazendeiro agachado a seus pés, descansando, ele não pôde resistir à tentação de estender a mão até o machado e metê-lo bem no centro do crânio da indefesa vítima, abrindo-o em dois. Diz o monstro que a risca o provocava. Que degenerado, safá! (MACHADO, 1995a, p. 36)

É visível a contradição entre os pontos de vista da lei e da medicina. Justino Jordão chama Inácio de “monstro [...] degenerado”, já o médico entende que a declaração do réu vem ao encontro de sua teoria, ou seja, o rapaz agira de acordo com um desejo natural do ser humano, o desejo de matar. “[...] Um desejo, confuso, mas invencível, levando-o ao assassinio. Ora, esse desejo, o desejo de matar, é o que há de mais equilibrado nos homens.” (1995a, p. 36)

Para tornar mais prático seu raciocínio, Dr. Savério pergunta ao meritíssimo se ele nunca havia matado uma formiga, apenas por desejo, pelo prazer de vê-la esmagada e na

sarjeta. A ingênua esposa responde afirmativamente: “- O Abelardo tem esse costume [...]” (1995a, p. 37). E o esposo rebate que matar formigas não é um ato ilegal. Dr. Savério, então, filosofa:

“Nisso, tão-somente, consiste a diferença. A legislação civil (digo a civil, porque, em relação à militar, o problema muda de face) a legislação civil proíbe que o homem mate o seu tempo ou sublime comentários a uma palestra de rua, sacrificando, sem motivo social, o semelhante. E como toda a legislação repousa sobre os costumes – que é preciso salvaguardar ou reprimir, segundo os casos – posso muito bem dizer que o homem civilizado tem por costume não matar os outros homens. (MACHADO, 1995a, p. 37)

A conversa entre o juiz e o médico toma ares filosóficos. É possível acreditar que Dr. Savério, nesse conto, é a personificação do médico, político e escritor Dyonelio Machado. Savério aborda a questão da legalidade e diz ser essa a representante oficial das convenções sociais. Segundo o médico, a legalidade se concretiza através da legislação. Todavia, conforme explica ele, a legislação civil não possui a mesma face da legislação militar. Para o médico, a legislação civil prima pela manutenção da tradição, nem que para isso tenha de reprimir tudo o que poderia gerar a organização das massas. Além disso, segundo Dr. Savério, a legislação civil proíbe que se matem seres humanos e ironiza, ao afirmar que a legislação militar não segue esses preceitos pelo fato de, acredita ele, não ter os mesmos costumes que a legislação civil, tais como o de primar pela vida humana.

Michel Foucault, ao falar do poder real, refere-se ao rei, a seu poder absoluto e às regras que delimitam as ações desse para que aja com o respaldo da legitimidade. Segundo o filósofo, a partir da Idade Média, a teoria do direito se empenha em conferir legitimidade ao poder. Assim, o poder de dominação do rei é substituído pela soberania do direito jurídico que, tanto prescreve “os direitos legítimos da soberania” como “a obrigação legal da obediência”. Dessa forma, afirma o estudioso, o direito jurídico, ao estabelecer a legitimidade, promove a dominação que encaminha à sujeição:

Assim, no conto, ao criticar o homem civilizado que usa a lei de acordo com seus interesses, o médico enaltece o homem primitivo por agir movido pelo desejo, inocentemente, sem interesses pessoais ou sociais. Além disso, o médico destaca a maldade do homem civilizado, que faz uso do poder da legitimidade para agir. Nesse caso, matar um ser humano (ou milhares deles) pode ser um ato legal ou ilegal; o que importa é a legislação que vai imperar naquele contexto – legislação civil ou militar. Baseado nesse ponto de vista, o médico encerra o conto com a seguinte argumentação:

“Ora, Inácio – chama-se Inácio o caboclo? – Pois bem, Inácio, tipo primitivo, portanto natural, são, flamante, sem alfabeto e os fenômenos degenerativos que dele promanam, sem deveres nem direitos se não para com a própria besta, a *anima vilis*, Inácio, dizia, saiu um dia de casa com um machado e um homem. Ele não tem, como os delinqüentes, entre outros costumes, o de matar. Não possui, por seu turno, como os civilizados, como o habitante urbano, como nós, o costume de não matar, a *civilis obligatio*. Não tem costume nenhum, em suma. É inteiramente neutro. Vê uma risca de cabelo, como você vê no passeio o himenóptero. Ele, com a profunda intuição filosófica dos simples, pouco diferencia um homem duma árvore, que é o seu ofício abater, todos os dias, a machado. Beethoven talvez se detivesse, não obstante haver declarado “amar uma árvore mais do que um homem”. Ele não, porque é cândido, porque é inocente. Vai então, zás! é a morte do outro homem, uma morte que ele julga sem consequência, tanto ela é cometida sem motivo... (MACHADO, 1995a, p. 37)

Michel Foucault, em seus estudos, frisa que, em sua época, encontram-se aliadas as relações de direito de soberania com as relações de coerção disciplinares, apesar de ambas serem, a princípio, táticas de poder opostas. A primeira tem como característica maior a legislação, o discurso do direito público, e a segunda a normalização. A medicina, a psiquiatria, por exemplo, integra o processo de normalização. Trata-se de relações de poder diferenciadas, cada uma com suas particularidades e especificidades, que se unem para gerirem a máquina maior, o Estado (2005, p. 190). As diferenças entre a legislação e a normalização podem ser percebidas no conto dyoneliano, quando se estabelece um confronto entre o ponto de vista jurídico e o ponto de vista médico. São esses dois olhares diferenciados para um mesmo objeto que enriquecem a reflexão proposta pela literatura.

3.6 “Crônica mundana”

Assim como no conto “Reunião em família”, em “Crônica mundana” o narrador testemunha descreve o ambiente e relata as falas que ocorrem em encontros da burguesia em tempos idos. Todavia, diferentemente do conto “Reunião em família”, em “Crônica mundana” o narrador faz parte do grupo social que mantém tais encontros: “Com efeito, não tenho memória de reuniões mais amáveis do que essas, às sextas-feiras, em S. Clemente (1995a, p. 95)”. Na crônica em análise, o elegante encontro social da classe alta carioca acontece na residência de S. Exa. Santos Galvão - “ex-deputado, ex-senador, ex-ministro” – e de “sua esposa, a exma. Sra. d. Leonor”. (1995a, p. 95)

Conforme o narrador, o destacado e erudito rapaz descendente do império, chamado Joaquim Nabuco da Silveira Dantas, também presente àquele encontro, ao participar de uma conversa que tem como tema Deus, passa a fazer uso da palavra de forma crítica e reflexiva. D. Leonor emociona-se com as belas palavras do rapaz; já os demais ouvintes daquela

palestra percebem a irônica relação de semelhança que Dantas propõe entre o desejo de Deus e daqueles que exercem ou exerceram cargos que demandam poder. Por isso passam a olhar o anfitrião do encontro de modo crítico, situação que deveria deixar o anfitrião constrangido, mas, pelo que se percebe, ele não se abala; aprecia a melodia que emana do piano, embora desconheça que está a ouvir Chopin.

A narrativa em análise, classificada pelo autor como pertencente ao gênero da crônica – “Crônica mundana” –, é, ao mesmo tempo, leve e profunda. O adjetivo “mundana” dá à crônica ares de superficialidade e futilidade, todavia a temática desenvolvida associa o poder conferido ao homem ao poder e à condição de imortalidade conferidos a Deus. Deus e homem, nesse texto, são postos por Dyonelio Machado lado a lado no que diz respeito à vaidade e ao apego pelo trono eterno.

O narrador testemunha começa sua crítica ao citar, já nas primeiras linhas do texto, a maior especialidade do casal anfitrião – a arte de bem receber -, a qual, segundo sua opinião, é uma característica de fundamental importância na “vida mundana”: “Santos Galvão, ex-deputado, ex-senador, ex-ministro, e sua esposa, a exma. Sra. d. Leonor, possuíam uma especialidade a que se dá extraordinária importância em vida mundana: - sabiam receber” (1995a, p. 95). Naquelas reuniões, ironiza o narrador, se encontrava “[...] tudo quanto o Rio dispõe de mais ornamental, em ambos os sexos” (1995a, p. 95). Se saber receber é qualidade primordial nesse mundo, e se as pessoas da alta sociedade são vistas como ornamentos, já se torna clara a crítica do narrador às elites dominantes do país, grupo do qual ele faz parte, ainda que na condição de ouvinte e observador.

O jovem Dantas, ao tomar a palavra, afirma ser um cético e, por isso, excluído por Deus. Assim ele é diferente dos ateus, criaturas que, Deus prefere aos céticos. Com essa afirmação paradoxal, está gerada a polêmica. Dona Leonor acompanha maravilhada e atenta a argumentação do jovem literato.

Diz o jovem que Deus, assim como os monarcas destronados, prefere a contrariedade ao esquecimento e que as armas usadas por Deus contra o esquecimento são a crença e o ateísmo. Segundo o literato, os imperadores e governantes de todos os tempos chegam ao poder por se parecerem com Deus - possuem “vaidade e o amor ao ruído” (1995a, p. 97):

- Deus luta contra o esquecimento com dois gêneros de armas: a crença e o ateísmo. Amando-o ou combatendo-o, o homem rende uma homenagem à sua soberania. Ele bem o sabe e fomenta sem cessar as dissensões doutrinárias dentro da própria Fé, armas os Luteranos com os dardos dos seus próprios silogismos, cria antagonismos entre os bispos, é o maior fator do cisma religioso.
 “Não é preciso ter privado com os velhos Deuses, como Moisés ou os heróis helenos, para conhecer-lhes o caráter íntimo, as inclinações, os seus sentimentos de

classe, o que lhes agrada e o que lhes repugna. Basta ver os governantes de todas as idades e de todos os países. Anima-os, a todos, uma psicologia única. Os reis antigamente, creio que mesmo alguns do nosso tempo, só o eram por graça de Deus...” (MACHADO, 1995a, p. 96)

Os ouvintes de Dantas logo percebem a semelhança de Santos Galvão com os homens apegados ao poder que são citados pelo literato. Todavia, o narrador, numa postura irônica, destaca que dona Leonor encontra-se encantada com as palavras de Dantas, sem perceber nenhuma afronta a seu esposo: “Galvão, em cujo rosto se assentaram, a estas palavras, os olhares dos circunstantes, ostentava, porém, serenidade. D. Leonor tinha os olhos e a alma fixos nos lábios do conversador”. (1995a, p. 97)

Joaquim Nabuco da Silveira Dantas continua a desenvolver sua tese ao afirmar que a confissão é o maior crime tanto na política como na religião. Segundo o rapaz, Deus, assim como os políticos, prefere aqueles que nele não crêem, mas que reagem ao seu poder e provocam polêmica, aos que ignoram sua existência. Diz Dantas que nem os escritos bíblicos nem a Constituição prescrevem a punição para os que refutam a Deus e aos políticos. Entretanto, quando se trata dos cétricos à política, critica o jovem rapaz, o julgamento dos casos é transferido à polícia civil:

Dantas:

- O maior crime em política é a confissão, verdadeiramente desastrada e inepta, que eu só desejo ao meu maior inimigo [...]. É também o maior pecado religioso. Jeovah o pune com a morte eterna, e só pretende ressuscitar aqueles que o Julgamento final tiver, juridicamente, provado que admitiam a sua existência – embora só para discutir. Os paralipômenos, Joel, Amós, Ezequiel, Safonias, o Apocalipse silenciam sobre o destino que Ele vai dar aos que não acreditavam na Sua divindade, mas que o debatiam, para o negar, que em páginas e páginas de refutação, como Celso, mantinham acesa a polêmica em torno do Seu nome. Esses Ele os não repudiará, estou certo. É que não convinha estabelecer, como um perigoso incitamento ao ateísmo, as regras ostensivas que Deus iria tomar a seu respeito. Por isso não figuram elas no Livro, como a nossa Constituição não se ocupa do caminho a dar aos refutadores daqui debaixo, relegando habilmente o caso para a prática civil... (MACHADO, 1995a, p. 97)

A crítica às lacunas e omissões presentes na Constituição com relação ao julgamento do cidadão comum - “[...] a nossa Constituição não se ocupa do caminho a dar aos refutadores daqui de baixo [...]” - feitas pela personagem Dantas, demonstram a insatisfação de Dyonelio Machado com a forma como se aplica o poder.

O apego do ser humano ao poder faz parte da história da humanidade. Max Weber chama atenção que a disputa por cargos, no campo da política, é justamente uma disputa por poder e que essa é inerente ao político – objeto de seu estudo -, devendo ser vista como natural. Todavia, quando o apego à vaidade for maior que o desejo do bem comum, “[...]”

quando esse desejo de poder deixar de ser *objetivo* para tornar-se uma auto-embriaguez, puramente pessoal [...]”, ocorre aquilo que Max Weber chama de “pecado”. (WEBER, 1982, p. 139)

São efetivamente as críticas proferidas por Dyonelio Machado com relação a diferentes instituições de poder, em especial o poder jurídico e político, nos diferentes contos da coletânea em estudo que causaram, com o passar do tempo, certa indisposição nas autoridades vigentes, de forma que o autor opta por não reeditá-lo:

“Todavia, em 1927, ao ser lançado o livro de contos de Dyonelio, *Um pobre homem*, este foi bem recebido pela crítica nacional e gaúcha, apesar de os gaúchos terem se surpreendido com o rumo da temática e estilo do novo autor, que foge das vertentes romântica e regionalista, interesse de então no cenário da literatura brasileira, e não terem se manifestado criticamente a respeito. Não havia incompatibilidade, propriamente, mas também não havia identificação com os padrões estéticos e literários prestigiados. Segundo Dyonelio, com o passar do tempo a obra constituiu o que na gíria literária da época se taxava de uma “autêntica bucha” para o escritor e editora, mas esgotou-se. Entretanto, mais tarde, o livro vem a ser abertamente execrado pelas instituições militares e políticas dominantes. Essas razões levaram o autor a não autorizar sua reedição, apesar da insistência de amigos e editores e até de um contido desejo pessoal, manifesto pela preparação de um prefácio à segunda edição, constante do seu legado. Somente em 1995, ano do centenário de nascimento do escritor, a família concorda com a segunda edição do livro, pela Ática, de São Paulo, mas, respeitando a sua memória, sem o polêmico conto. (GRAWUNDER, 1997, p. 79)

O polêmico conto mencionado por Maria Zenilda Grawunder, que não seria publicado na segunda edição de *Um pobre homem*, edição que é objeto de análise deste estudo, será examinado a seguir.

3.7 “Noite no acampamento”

“Noite no acampamento”, conto presente apenas na primeira edição da coletânea *Um pobre homem*, evidencia, tal como ocorre com outros contos, o ponto de vista político-social de Dyonelio Machado e, por isso, decidiu-se incluí-lo neste estudo. O conto, que rendeu ao escritor represálias políticas em período de ditadura e, por isso, fora abolido da segunda edição de sua obra – edição tomada como objeto de análise do presente trabalho - narra o término de uma guerra prolongada e desgastante, motivada pela disputa de território e poder por parte de dois grupos.

Todavia, o enfrentamento, segundo o narrador onisciente, fora desigual em vários aspectos. Um dos grupos era numeroso, bem equipado e mantinha diálogo com seus superiores; o outro sofria de carência em diferentes âmbitos, além de ter como agravante “o

bloqueio”. Esse pode ser entendido como a resistência dos primeiros frente ao ataque desses últimos e, ao mesmo tempo, com a repressão a que estavam submetidos os soldados por parte de seus chefes: “[...] – num lado, o numero [sic], a aparelhagem, a liberdade de aprovisionamento, pela franca comunicação com as suas bases militares; no outro, a indignância, sob todas as formas, - e o bloqueio⁴”. (MACHADO, 1927, p. 51)

O conto “Noite no acampamento”, assim como todos os outros que compõem a coletânea *Um pobre homem*, foi bem aceito em sua primeira edição (1927). Porém, ao ser novamente publicado, em 17 de outubro de 1942, agora na *Revista do Globo*, por decisão de Justino Martins, editor de Dyonelio Machado, gera polêmica e nervosismo nas autoridades militares da época, de modo que o escritor chega a ser detido para prestar depoimento, além de ser fortemente atacado pela imprensa. Essa situação constrangedora faz com que o escritor opte por não reeditar a obra. Após sua morte, em 1995, quando o livro terá sua segunda edição, a família decide excluir o conto dessa coletânea. Tal episódio é abordado em *Cheiro de coisa viva* por Maria Zenilda Grawunder:

Em pleno período da Segunda Guerra Mundial, Dyonelio participou de novo episódio, que reavivou o estigma ideológico que já se atenuara. Justino Martins publicou, na *Revista do Globo* de 17 de outubro de 1942, o conto “Noite no acampamento”, do livro *Um pobre homem*, de quinze anos antes. O conto despertou a ira de militares e o autor foi detido para explicações e atacado através dos jornais. Sem citar o escritor, o Tenente Coronel Correia Lima publicou, no *Diário de Notícias* (17/11/1942), violento artigo sobre “agitadores internacionais”:

“Tipos que nunca saíram da comodidade de um gabinete literário, cheio de estufas, poltronas, ventiladores, telefones e tudo mais que representa amolecimento e sibaritismo, não têm autoridade, de nenhuma espécie, para escreverem qualquer coisa contra chefes militares que se tismaram ao sol... em luta contra inimigos bravos e bravios [...]. As nossas revistas que inserem contos, crônicas, memórias (de falsos testemunhos), agravando a honra militar dos nossos heróis, estão incidindo nos textos da lei de Segurança Nacional e, como tal, devem ser julgados seus responsáveis pelo respectivo Tribunal. Só mesmo um inconsciente, ou um reles internacionalizado, poderá falar ou escrever contra Caxias ou Osório, tentar infamar a memória de Câmara [...]. É muito conhecido (sic) a técnica dos fazedores de contos deprimentes... Repudiamos os autores e seus veiculadores. (*Diário de Notícias*, 17/11/1942 apud GRAWUNDER, 1995a, p. XXI)

Dyonelio Machado, fala sobre a polêmica gerada pelo referido conto, através de depoimento que concede a Jairo Ferreira, em 1979, na *Folha de São Paulo*, o qual é transcrito por Grawunder:

⁴ Edição de *Um pobre homem* publicada antes da reforma ortográfica de 1971.

A polícia não gostou de um conto que fiz sobre Solano Lopes. A polícia é um público muito exigente. Está aqui: *Narrativa de Campanha: Noite no Acampamento*. Chegou a ser publicado em 1945, por uma revista, numa época que o Brasil estava em guerra. Eu quis impedir a publicação, mas terminei concordando em deixar sair, pois já estava tudo pronto, só faltava paginar. Vou ler um trecho: “A verdade, para um artista, não é a verdade histórica, mas a que deriva da beleza”. Mas, aqui, é a histórica! “Aquel patético grupo, em el que se confundian los altos dignitários del ejercito del estado, com los representantes de la iglesia, los generales com la tropa y los mas humildes ciudadanos com el jefe e oficiales del ejercito formando junto um solo cuerpo, um solo corazón”. Foi aquela coisa tremenda, não é? Não quero nem falar sobre isso, isso incomodou. Eu fui tratado de todo jeito. Apátrida. Estava “denegrindo os heróis da pátria”, tudo isso. (MACHADO apud GRAWUNDER, 1995a, p. 34)

Dyonelio Machado, ao não desejar que seu livro de contos fosse reeditado, em especial ao dizer que apenas concordara que o conto “Noite no acampamento” fosse publicado pelo fato de já estar sua reedição praticamente pronta, demonstra grande desgosto com os constrangimentos a que fora submetido. O autor confirma ser o crítico e polêmico conto, realmente, alusivo à guerra entre Brasil e Paraguai.

Em seu depoimento, anteriormente citado, ele ironiza o fato, dizendo ser a polícia “um público muito exigente”, e salienta que o conto trata de uma verdade “histórica”. O ponto de vista do escritor é ratificado no depoimento que concede em 1975, na *Folha da Tarde*, a Marco Túlio de Rose, o qual é transcrito por Grawunder:

Eu sou um rebelde. Eu não sou do público. Sou incapaz de escrever algo pensando no que vão achar, qual será a impressão que causará. Sou incapaz de ser vendido à editora, ou ao público. É o mesmo que o cachorro magro da fábula, não aceitando a vida fácil de cachorro gordo, pois tinha que usar coleira. Eu não sou um vendido com sinceridade. Viver dos meus direitos autorais seria impossível, eu fracassaria no pouco que fiz de bom. (ROSE apud GRAWUNDER, 1995a, p. 38-39)

Por manter-se fiel aos seus princípios político-sociais, no conto, o escritor gaúcho ironiza a facilidade com que um grupo da tropa da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina, Uruguai), comandada pelo general Câmara, vence o sofrido e resumido exército de Solano López⁵, crítica essa que gera toda a polêmica até aqui exposta.

Deve-se ressaltar que Décio Freitas – responsável pela edição do conto “Noite no acampamento” na *Revista do Globo*, junto com Justino Martins – em ensaio intitulado O intelectual e a política, presente no *Cadernos Porto & Vírgula 10*, assume a sua co-participação na publicação do conto em análise e isenta Dyonelio Machado dessa decisão:

⁵ Presidente paraguaio morto em 1869 pelas tropas da Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) quando essas invadem Assunção e passam a persegui-lo em fuga.

Conheci Dyonelio na época do Estado Novo, na fase de reorganização do Partido Comunista, do qual nos tornamos membros. Durante algum tempo, estabelecemos contatos sem que um soubesse, ao certo, se o outro era do partido. Eu apenas suspeitava, pois, nesse momento, o partido era clandestino e as informações sobre a identidade de seus integrantes, altamente sigilosas. Desse modo, quando ocorreu o episódio da *Revista do Globo*, nós não mantínhamos relações propriamente partidárias. Eu trabalhava na revista, juntamente com Justino Martins, quando resolvemos, por nossa conta, sem consultar Dyonelio, extrair do livro intitulado *Um pobre homem* e publicar o conto que faz referência à morte de Solano Lopes, o qual o exército considerava ofensivo aos seus brios. Fomos presos e levados para o 3º Exército, naquele tempo 3ª Região. Foi uma prisão sem violência e, na meia-noite do mesmo dia, estávamos soltos. Soubemos, então, que a polícia andou procurando Dyonelio, mas não o encontrou. Mesmo assim, o fato chocou muito D. Adaldiza, a esposa do escritor, que guardava a recordação traumática de sua prisão em 1935. Ela não queria que esse livro fosse reeditado, por reatar conseqüências políticas ao Dyonelio. (FREITAS, 1995, p. 57)

É possível perceber pequenos desencontros entre a fala de Dyonelio Machado e a de Décio Freitas. O primeiro afirma ter autorizado, ainda que de última hora, a publicação do conto “Noite no Acampamento” em 1942 e também afirma ter sido detido para depoimento devido à publicação desse conto. O segundo diz ter realizado a publicação do conto na *Revista do Globo* à revelia de Dyonelio Machado e informa que o escritor fora procurado pela polícia, mas não detido. Convém destacar a função que o escritor atribui à literatura na sociedade:

O romance só tem uma função: refletir, produzir uma imagem. É um espelho. Um espelho que se passeia ao longo duma grande estrada. Ainda há de haver quem se recorde do sucesso do conceito. Pertence a Stendhal. Como espelho é também o quadro, a estátua, o poema, uma partitura musical. A humanidade não pode prescindir dele, da mesma forma como a mulher não dispensa o seu. Será sempre a prova de que ainda se existe: mais próspero, ou mais desiludido, não tem importância. O que vale é a sua perpetuação – que a imagem sabe dar. (GASTAL apud GRAWUNDER, 1995a, p. 19)

Em “Noite no acampamento”, Dyonelio Machado parece ter recorrido aos espelhos oferecidos pela arte com o intuito de proporcionar uma avaliação crítica de determinados fatos históricos. Talvez, por isso, tenha incomodado tanto aqueles que exigem e reconhecem apenas uma imagem, a de seu próprio espelho.

No ensaio *Arqueologia de um político e suas circunstâncias*, presente em *Cadernos Porto & Vírgula 10*, o pesquisador Mauro Gaglietti evidencia a posição política do escritor com relação aos acontecimentos situados no tempo da ação do conto em estudo, bem como o ponto de vista do autor a cerca dos propósitos que devem nortear o sistema de governo republicano:

Conhecedor de Direito Internacional, o ensaísta busca, na obra do jurista Clóvis Bevilacqua, elementos que dêem sustentação à sua atitude de apoiar a política de arbitramentos da República. Dyonelio, republicano por convicção política e ideológica, considerava a República um compromisso com a paz e opunha-se à Monarquia, justamente por esta ter deixado a marca da intervenção e da conquista, como por exemplo na Guerra do Paraguai. A paixão que o ensaísta [Dyonelio Machado] sente pela América Latina faz com que ele a veja como uma síntese dos valores de fraternidade e solidariedade, necessários à construção do equilíbrio moral dos povos. Nesse contexto, reserva ao Brasil uma missão bem específica – a de exercer o papel civilizador que lhe estava destinado. Para Dyonelio, o Brasil deveria destacar-se não pelo poderio militar, mas pela ascendência moral, através da qual ganharia a simpatia dos Estados Unidos e promoveria a estabilização das forças, garantindo a paz. (GAGLIETTI, 1995, p. 53)

Assim, empenhado em defender o sistema de governo republicano e os princípios que devem sustentá-lo, Dyonelio Machado critica a Monarquia e a forma como essa agiu na guerra contra o Paraguai. Tal crítica encontra-se no conto “Noite no acampamento”, ora abordado.

3.8 “Um ‘sarrilho’ e certa imagem feliz”

Em “Um ‘sarrilho’ e certa imagem feliz”, o narrador, que no próprio conto se identifica como testemunha dos fatos narrados, “[...] testemunha um tanto aflita, na verdade”, narra sobre “um sarrilho”⁶ que acontecera durante uma quermesse da qual participavam várias pessoas oriundas tanto da classe popular como da classe média. O “arranca-rabo” (p.75) surge da discussão entre um marinheiro e um soldado do exército e daí toma grandes proporções. Com o intuito de acabar com a baderna, um oficial do exército, à paisana, ordena rispidamente ao desordeiro – o soldado Antonio Gavião, que naquele momento distribui pancadas em diferentes direções - que cesse com aquela grosseria. Gavião, apenas exclama: “- Eu só conheço o pão pela casca” (1995a, p. 76). E agride seu superior.

A frase proferida pelo soldado, em virtude da grande ênfase que lhe dá a imprensa, torna-se célebre; integra os documentos históricos das grandes façanhas daquela cidade e permite que Antônio Gavião passe a ser venerado. Todavia, o narrador, com o passar do tempo, descobre ser essa frase apenas um dito popular.

Algum tempo depois, em um encontro de campanha eleitoral, período em que, segundo o narrador, muitas pessoas têm vibrações mais fortes, opositores do partido político que realiza aquele comício, manifestam-se gerando tumulto. A polícia, “para o restabelecimento da ordem”, intervém com grande violência, semelhante àquela ocorrida na

⁶ 8. Pop. Barafunda, confusão, tumulto, roda-viva. (*Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, 1986)

querresse, e, nessa ação, um soldado repete a já conhecida frase: “- Eu só conheço o pão pela casca!”. Aqueles que assistem a esse incidente e reconhecem a sentença, incomodam-se com o plágio. O narrador, por sua vez, é reportado por esses acontecimentos para o descobrimento da América e a veneração a Colombo, pois tudo lhe parece semelhante e “muito vulgar”. (1995a, p. 78)

“Um ‘sarrilho’ e certa imagem feliz”, narrativa de caráter político, faz forte crítica às forças armadas do país; à imprensa e seu poder de persuasão e manipulação; ao baixo grau de instrução e de politização da maioria da população brasileira da época; à prática eleitoral de muitos políticos e de alguns vultos históricos do Rio Grande do Sul e do Brasil. O narrador, no papel de testemunha dos fatos e, em determinada situação, de coadjuvante da história – na condição de pessoa erudita e de leitor capaz de esclarecer os menos esclarecidos –, demonstra sua insatisfação com a sociedade a que pertence. No conto, é motivo de crítica tanto a falta de politização do povo brasileiro que, em determinada circunstância, chega a transformar um dito popular em uma frase célebre, como também o palavreado usado pelos profissionais responsáveis pela guarda do país:

Entretanto, como me foi dado venturosamente averiguar no decurso das minhas pesquisas históricas, a imagem [expressa na frase “- Eu só conheço o pão pela casca!”] não lhe pertencia [a Gavião], como em boa razão, não pertencia a ninguém. Era um dito anônimo, corrente na caserna. Corresponhia a uma definição, a um caso de vida de quartel. Nem *Gavião* a usara num sentido literário. Pronunciara-a, como o capitão o tratara de “canalha!”, por mera força de hábito, por constituírem, uma e outra, expressões consagradas no seio da classe. (MACHADO, 1995a, p. 77)

Quanto a sua contribuição, o narrador é modesto e sugere que não foi uma extraordinária descoberta a que realizou: “[...] como me foi dado venturosamente averiguar no decurso das minhas pesquisas históricas [...]”. Assim, ele dá continuidade a sua crítica ao dizer que é natural, em um país sem leitura – sem educação de qualidade, conforme fica sugerido nas entrelinhas –, a veneração a assuntos e a pessoas vulgares:

A sua surpresa [surpresa de Antonio Gavião] não foi grande, diante do ruído que levantara o seu dito [dito de Gavião], porque essa gente raramente lê jornais e mais raramente ainda se surpreende. Quando viu um cartaz anunciando uma revista de sucesso – *Eu só conheço o pão pela casca* – sorriu apenas, achando tudo muito natural, num país que em matéria de humorismo e de ridículo não tinha mais nada a experimentar, com efeito. (MACHADO, 1995a, p. 77)

A repetição dos fatos, conforme propõe o narrador, torna a história da humanidade cíclica. O elemento que motiva a narração da história em estudo, revelado já na primeira frase do relato, é a proximidade das eleições: “[...] A propósito de eleições, vem a preceito contar

uma desordem de que fui testemunha [...]” (1995a, p. 75). Dessa maneira, fica estabelecida a relação entre eleições e baderna. Conforme o narrador, em qualquer das situações, ocorre disputa pelo poder. A arruaça que o narrador relembra acontece entre a marinha e o exército, e como, segundo ele, “É regra, no Brasil, que qualquer discussão só tem um termo honroso, quando vai acabar na delegacia ou no necrotério.” (1995a, p. 76), a desavença toma grandes proporções:

A luta interessava particularmente às classes armadas do país. A falar com isenção e procurando filiar o caso a idéias gerais, como compete à crítica, pode-se afirmar que ela nada mais representava do que um simples episódio da adversidade que separa, entre nós, gente da terra e gente do mar, impedindo desse modo uma aproximação mais efetiva dos gloriosos elementos com que a nação conta para a sua defesa. (MACHADO, 1995a, p. 75)

Com o intuito de mostrar o procedimento correto a ser adotado pela crítica, aqui representada pela imprensa, o narrador, na citação acima, se propõe abordar a luta de maneira isenta e genérica, e assim o faz, classificando o sarrilho que testemunhara como “um simples episódio da adversidade” que divide as forças armadas do país. Nessa perspectiva, é possível perceber que Dyonelio Machado, ainda no início do século XX, se mostra descontente com a crítica. O mesmo descontentamento pode ser ilustrado com a entrevista concedida pelo autor a Julieta Godoy Ladeira, em 1981, para *O Estado de São Paulo*, quando o escritor avalia a postura da crítica literária:

Concordo com você quando considera por demais ligeira a crítica que se faz no momento e assume o caráter de mera resenha. Como também a elaborada demais nos estudos universitários. Em nenhum dos casos atinge sua finalidade, que não é outra se não a análise. Não é fácil, reconheço, julgar seja o que for, porque sempre o elemento subjetivo estará presente. E a crítica perde todo o seu sentido quando sujeita a um compromisso. Sendo, então, o compromisso contraído com o poder, a crítica submete-se simplesmente a um código, - que tem todo o semblante dum regulamento. (LADEIRA apud GRAWUNDER, 1995a, p. 45)

No conto, para acabar com aquele sarrilho, no qual estavam envolvidos “[...] gente do povo, soldados, rufiões, marítimos, mulheres de má nota”, mas também “[...] famílias da classe média, meninas com os namorados, pais sisudos, crianças” (1995a, p. 75-76), surge um capitão do exército. “Nada mais natural que aparecessem organizações abnegadas, resolvidas a intervir, no sentido de pôr um termo à luta” (1995a, p. 76) – ironiza o narrador. Porém, o soldado Antonio Gavião, que, devido à violência de suas pancadas, fora para as “[...] crônicas heróicas da gloriosa cidade (1995a, p. 76)”, ataca o capitão e profere a célebre frase que é,

conforme rememora o narrador, incluída no vocabulário da imprensa, dos parlamentares, da mentalidade metropolitana em geral. (1995a, p. 77)

Torna-se evidente, nesse conto, a crítica às elites governantes do país e aos formadores de opinião tais como o legislativo, o judiciário, a imprensa, os críticos, que, valendo-se de seu poder de persuasão influenciam ao povo. Esse, de acordo com o narrador, é constituído de pessoas facilmente manipuláveis em virtude de sua pouca instrução e de sua memória escassa.

Assim, conta o narrador que, mais uma vez em época de eleição, estando dois partidos políticos em disputa acirrada, durante “um *grade meeting*” promovido por uma das partes, na praça Marechal Floriano, junto à estátua desse oficial, ocorre desentendimento (1995a, p. 78). Os ânimos dos envolvidos, direta ou indiretamente, nesse preito, estão alterados, devido, também, ao auxílio da imprensa: “Os jornais de um lado e doutro buzina a todos os ventos frases inflamadas, que queimam como esguichos de petróleo em ignição” (1995a, p.77). Então, possivelmente um dos representantes do grupo de opositores que lá se encontra manifesta-se e o conflito é desencadeado. Critica o narrador o fato de mais uma vez, a polícia intervir com violência para restabelecer a ordem: “A polícia, todavia, interveio com panásios muito a propósito, contribuindo eficazmente para o restabelecimento da ordem, por um momento comprometida, num dos principais trechos da nossa grande Avenida”. (1995a, p. 78)

Nessa ocasião, de acordo com o narrador, fora o major Athanagildo, que escutava as falas, à paisana, o mais atingido pela violência da polícia, da mesma forma que, em outra época, o oficial do exército, que também estava à paisana e se opôs ao soldado Antônio Gavião, também fora atacado:

Um dos cidadãos mais rudemente contundidos foi o major Athanagildo, que ouvia os discursos, à paisana. Debalde alegou a sua condição de oficial do exército: a polícia o desancava, escudada na grande verdade militar de “só conhecer o pão pela casca”.

A imagem surgia, pois, de novo. Pronunciara-a um outro soldado, com a mesma naturalidade e precisão do anterior, fazendo-a acompanhar dos mesmos estouros ilustrativos. A população, porém, a recebia indiferente. Alguns, mesmo os de memória mais fresca, não a puderam ouvir sem indignação, pois lhes parecia absolutamente claro que o soldado de agora se dispunha a usurpar as glórias que tão legitimamente cobriam a *Antonio Gavião* e o seu dito. (MACHADO, 1995a, p. 78)

A disputa pelo poder abordada nesse conto dá-se no interior das forças armadas e entre elas. No primeiro caso, os grupos rivais pertencem à marinha e ao exército, no segundo caso a disputa acontece entre a polícia civil e o exército militar. A população, segundo sugestão do narrador, limita-se a assistir essas disputas ou, sem nenhum senso crítico, a apoiar um dos

lados. O povo não possui a habilidade de relacionar fatos e perceber que, sempre que o poder estiver sob disputa, essas táticas se repetem. Ainda, de acordo com o narrador, o povo atrela suas escolhas político-partidárias àqueles escolhidos pela imprensa, sem proceder a maiores análises. Nessas lutas, afirma Max Weber (1982, p. 107), cargos em troca de benefícios são distribuídos em diferentes segmentos da sociedade, pois o que está em jogo é a disputa pelo poder que compreende o controle de postos bem como o alcance de metas pré- estabelecidas.

Como Dyonélio Machado trata, nessa narrativa, da ordem cíclica dos fatos sociais, pode-se entender que, em seu período, início do século XX, ainda se faz uso da prática de distribuição de cargos e benefícios em se tratando da disputa pelo poder. Com esse ponto de vista, para concluir, o narrador dyoneliano, ao afirmar que o mundo “é uma mera sucessão de imagens sem sentido”, diz que os fatos narrados o fazem recordar o descobrimento da América:

Não sou dado a reflexões abstratas, por desvirtuarem a significação natural do mundo, que é uma mera sucessão de imagem sem sentido, e por considerá-las estranhas ao conceito positivo da História. Mas, não sei bem por que, eu ligo facilmente este episódio ao descobrimento da América... E na glória de Colombo eu sou também levado, talvez sacrilegamente, a ver qualquer coisa de muito vulgar – mas de excessivamente oportuno, ao alcance de todo o mundo – e pertencendo, por força das circunstâncias, historicamente, a um só... (MACHADO, 1995a, p. 78)

É possível deduzir que o narrador esteja se referindo à equivocada glória que foi dada a Cristóvão Colombo por ocasião da ocupação da América, já habitada pelos indígenas.

3.9 “Caso singular”

O conto “Caso singular” trata-se, para o narrador, de um caso “singularíssimo” (1995a, p. 41). Narra-se aí o incidente relativo à publicação, quase que instantânea, de quatro poemas – os dois primeiros, muito semelhantes, e os dois últimos, idênticos - dos poetas Sylvino Guimarães – brasileiro – e Lelian Lassale – francês. O narrador, que testemunhara os fatos, indigna-se com os defeitos postos pela crítica na primeira ode do poeta Sylvino Guimarães. Para ele, o poema é profundamente filosófico e possui “técnica audaciosa (1995a, p. 40)”. Com o intuito de provar a beleza e importância do poema, o narrador mesmo o analisa nas primeiras páginas do conto, executando um trabalho que, em sua opinião, os críticos não quiseram ou não souberam realizar.

Contudo, é publicada, pelo reconhecido poeta francês Lelian Lassale ode muito semelhante. Sylvino Guimarães é imediatamente julgado pelos críticos como agente de um

plágio e a suposta composição poética de Lassale é agora venerada por esses. Os poetas envolvidos nesse incidente procuram provar a originalidade de seus textos: o primeiro declara conhecer Lassale e faz uso de forte argumento ao esclarecer que a publicação de seu poema dera-se aproximadamente 24 horas antes da publicação da ode do poeta que reside na Europa. Já o francês, ao saber do caso, afirma ter composto rapidamente seu poema em uma casa de campo, rodeado por amigos.

O embate toma grandes proporções, quando, pela segunda vez, composições poéticas, agora idênticas, são publicadas, na mesma época, pelos poetas Guimarães e Lassale. A ciência envolve-se com o enigma e médicos literatos da Academia Brasileira de Letras prometem uma sessão plenária para explicá-lo. Dr. Magalhães, membro da ABL, após muitos estudos, defende a tese de dupla personalidade. No entanto, poucos minutos antes da conferência a ser proferida pelo Dr. Magalhães sobre o assunto, Guimarães, atônito, confessa ao narrador, seu amigo, o roubo dos poemas de Lassale; logo após foge.

Nesse conto, Dyonelio Machado faz ferrenha crítica aos críticos literários e, para embasar sua opinião acerca da ineficiência da crítica da época, ele mesmo, por meio da figura do narrador testemunha, incorpora ao conto uma análise do poema intitulado *Mistério Universal*. Esse poema fala sobre o ser humano como um misto de concreto e de abstrato, de real e de irreal, de matéria e de espírito. A respeito disso, diz o narrador: “Na primeira [estrofe], o poeta descobria, num tremor, e o revelava ao mundo, boquiaberto, esse cordão umbilical que prende numa ponta o homem e na outra o ignoto”. (1995a, p. 39)

A segunda estrofe do poema trata da incapacidade do ser humano de explicar, com a razão, o sentido da vida, conforme análise do narrador que cita o verso: “*O supedâneo da Vida é então o Irreal!...*” (1995a, p. 40). Já, a terceira estrofe do poema *Mistério Universal* é transcrita na íntegra pelo narrador dyoneliano e, pela sua importância, será aqui também citada:

O pobre homem que crê ou num Deus ou num mito
E em calma espiritual descansa – o infeliz... –
Este pensou arrancar de si o tentáculo maldito
E proclama que sabe donde vem e o que é! (MACHADO, 1995a, p. 40)

Importa destacar, em primeiro lugar, que, no primeiro verso dessa estrofe, faz-se referência ao homem que crê e, por isso, é acomodado, tornando-se um pobre homem – nome da coletânea de contos dyonelianos. Já os homens sábios e, por isso, carregados de dúvidas, seriam, pela lógica do poeta, plenamente aceita pelo narrador, os grandes homens:

Era a nota sentimental, muito a propósito, diga-se lealmente, num trabalho, como esse, que pretendia arvorar-se à condição de uma tirada filosófica, puramente especulativa. Nesse quarteto, aliás de uma técnica audaciosa, em que o verso parece, como um rio encachoeirado, correr sobre um leito áspero, pontilhado de pedras agudas, uma concepção podia-se considerar absolutamente nova: a de que o homem ignorante e crente é que é o infeliz, sabido, como se sabe, que toda a tortura e infelicidade humanas decorrem apenas, segundo o melhor juízo de sábios os mais sagazes, da incredulidade e da dúvida. (MACHADO, 1995a, p. 40)

Dyonelio Machado, segundo a reflexão proposta pelos poetas Guimarães e Lassale, deveria ser visto como partícipe do grupo dos grandes homens, pois, além de político, médico e literato, foi um intelectual no mais amplo sentido da palavra. Assim, essa análise estabelece um contraponto à autodenominação um “pobre homem”, adotada pelo escritor inclusive, ao dar título ao relato de sua autoria que chamou de *Memórias de um pobre homem*.

Além disso, deve-se observar que Dyonelio Machado, em seu livro de memórias, conta que o nome de sua primeira obra ficcional tem origem em uma comédia chamada *Tartuffe* que ele assistira em tempos idos. Essa comédia fala do “[...] programa sempre condenado e sempre redivivo, dos que lutam contra a Mentira”, e é exatamente assim que o escritor vê a si mesmo. A frase *le pauvre homme*, conforme explica, é pronunciada na “[...] passagem, que revelava a impostura sob a roupagem da simpatia mais comovida [...]” (1995b, p. 97). Esse contexto, referido pelo próprio autor, mostra que “um pobre homem” é, na verdade, o grande homem que é condenado, injustamente, por suas qualidades.

Portanto, se, para Dyonelio Machado, ser um pobre homem significa ser inquieto, ser insatisfeito e ter sabedoria e coragem para lutar contra a mediocridade, entende-se ser ele um desses cidadãos. Ao falar a respeito do nome do livro com o qual estréia na ficção, Dyonelio Machado revela, em *Memórias de um pobre homem*, que, passado certo tempo da publicação de seu livro de contos, na capital gaúcha, é publicado, em Paris, um livro do mesmo gênero e homônimo ao seu:

O nome não devia ser mau mesmo, porque algum tempo depois do aparecimento aqui – despreziosa capital provinciana – desses meus contos de estréia, em Paris, então a capital da cultura, surgia um magnífico livro, também de contos, da autoria de Lichtemberger, intitulado igualmente *Un Pauvre Homme*. (MACHADO, 1995b, p. 96)

Semelhante ao caso ocorrido com Dyonelio Machado na vida real é o que ocorre com o poeta Sylvino Guimarães na narrativa “Caso singular”. Todavia, nesse conto, o narrador fala de poemas que são publicados primeiramente no Brasil e dias depois em Paris, e também da crítica, que primeiramente repudia o poema de Guimarães, mas que, após a publicação de

versos similares e idênticos em Paris, passa a venerar a composição poética surgida no Brasil e seu criador:

Pois esta era a famosa ode, que a crítica do país recebeu como um insulto, tão mesquinha e deplorável se lhe afigurou.

Sucedeu, porém, que uma das melhores publicações do estrangeiro trouxe, firmada por essa grande glória universal que é Lelian Lassale, uma ode, também de quatro estrofes, em tudo semelhante à de Sylvino Guimarães.

O primeiro impulso dos literatos indígenas foi denunciar o seu compatriota como plagiário e dessa maneira desafogar uma velha antipatia de raça. Força era confessar, porém, que teria sido materialmente impraticável o roubo que lhe suspeitavam, porque a ode de Lassale tinha sido *improvisada* numa casa de campo, do outro lado do oceano, enquanto o poeta convalescia de uma febre nervosa dois ou três dias depois do aparecimento, aqui, da poesia de Sylvino Guimarães. Nem um nem outro poderiam, em boa lógica, ser acusados do hediondo crime.

Foi quando o *caso* começou parecer *singular* para os jornais e para a crítica. Para mim ele apareceu então singularíssimo, em virtude, principalmente, do calor, do entusiasmo, da simpatia com que essa mesma crítica, que rejeitara tão rudemente as idéias de Guimarães, agora as acolhia, quando, por um *virage* quase mágico, que ninguém era capaz de decifrar, elas apareciam sob a responsabilidade de um escritor geralmente acatado em ambos os mundos. (MACHADO, 1995a, p. 41)

Na vida real, o escritor Dyonelio Machado sofre por longa data o esquecimento por parte da crítica e estabelece com esse grupo uma relação de incompatibilidade ou, até mesmo, de repugnância. É possível afirmar que o escritor compartilha das mesmas impressões e sentimentos do narrador do conto em estudo com relação aos críticos de sua época. Este chama os críticos de “literatos indígenas” que não aceitam suas origens e renegam seus iguais; aquele, ao falar, em suas memórias, sobre o lançamento de seu livro de contos, desaprova a falta de posicionamento dos críticos que alteram seu ponto de vista de acordo com o que melhor lhes convêm:

O crítico gaúcho mais afamado da época impressionou-se favoravelmente com o título, como me confessou. Mas confessou de boca. Ao aludir ao livro num de seus trabalhos, já não se recordava bem do título: chamou-lhe Um Homem Pobre. E o curioso é que, tão pronto esqueceu, como no ato se lembrou, pois deu-se pressa (foi muita bondade) em me procurar para lamentar seu lapso de memória. Como se a gente fosse responsável dos seus atos falhos, e não estivesse também na melhor tradição dos críticos mudar o juízo crítico segundo seja o veículo, a fala ou a escrita. (MACHADO, 1995b, p. 96)

No conto, o mistério que envolve a produção poética de Sylvino Guimarães acentua-se, quando, alguns dias depois de publicar numa revista literária seu novo poema, agora intitulado *O sentido da Vida*, é publicado, em Paris, por Lassale, em sua revista, poema idêntico. O poeta brasileiro que, em outra ocasião, já afirmara ter conhecido Lassale no verão anterior, mas alegara não ter podido conversar com o francês, uma vez que esse se encontrava

enfermo, ao ser procurado, imediatamente após o agravamento do episódio, por general Osório, encontra-se angustiado e perturbado:

Guimarães foi procurado essa noite pelo acadêmico general Osório.

O poeta encontrava-se aflito, impressionado com o caso. Não imaginava – dissera ao conhecido beletrista e invejável tático – que a coisa pudesse repetir-se. Sempre julgou que fora uma grande coincidência, apenas. Mas assim, com um caráter permanente, quase ordinário, é que não poderia esperar... Estava quase disposto a não escrever mais...

- Ora essa! – interrompeu o general, que trazia para a literatura um dos processos mais respeitáveis da tática: - o assalto. – Não seja tolo! Isso é até uma glória... De resto as suas produções sempre aparecem primeiro...

- É uma verdade, mas ...

- Qual nada, menino! Demais isto vem mesmo a acalhar. Que diabo! é já um caso! O próprio Cortes, que como você sabe entrou para a Academia porque é senador, vai amanhã tratar do fato na tribuna parlamentar, chamando para ele a atenção do país. Um sucesso! E como ele fora um dos seus detratores, quando do aparecimento de sua primeira ode, vamos ter a palinódia seguramente. (MACHADO, 1995a, p. 42-43)

Na passagem citada, o narrador conta que general Osório – homem com grande experiência em táticas de guerra e membro da ABL – havia procurado o “menino” Sylvino Guimarães para ampará-lo, incentivá-lo e tranquilizá-lo. General Osório demonstra ser sabedor de todo o caso e, na condição de “invejável tático”, afirma ao poeta brasileiro que Cortes, seu colega da ABL que adquirira essa condecoração por ser um parlamentar, iria defendê-lo na tribuna ao invés de atacá-lo como fizera no período de sua primeira publicação poética.

Estudiosos, como escritores médicos membros da ABL, interessam-se pelo assunto envolto de mistério e procuram, através da psicanálise, entender o enigma. Chega a ser cogitada, por alguns, a possibilidade de tratar-se de um caso de dupla personalidade, comparado, pelo narrador, à situação dos políticos que possuem mais de um endereço e em nenhum deles são encontrados:

Outros, citando Maudsley, Paulhan, Cabanis, lembravam um caso mais complicado: de dupla personalidade, em que o mesmo espírito ocupasse duas cabeças, à semelhança de certos políticos, que, no louvabilíssimo empenho de fugir aos amoladores, habitam, ao mesmo tempo, duas casas e com tal sutileza e arte, que nunca são encontrados em nenhuma. (MACHADO, 1995a, p. 43)

Devido às diferentes hipóteses levantadas para explicar o fenômeno, é marcada, pela ABL, conforme ironiza o narrador, uma sessão plenária “[...] em que diversos acadêmicos luminares nas ciências psicológicas tratariam definitivamente do caso” (1995, p. 43). Todavia - esclarece o narrador - momentos antes do início da reunião da ABL, Sylvino Guimarães

procura por ele, apavorado e todo desalinhado, para confessar-lhe que, tirando proveito do estado de delírio por febre alta em que se encontrava Lassale quando ele o visitou em Nice, roubara os manuscritos desse e posteriormente os publicara. Porém, jamais imaginava que Lassale recobrasse a memória. Dessa forma, sem condições de dar continuidade a tal farsa, decide por desaparecer; quem sabe, fugir para os Estados Unidos da América. Os detalhes da confissão feita por Guimarães ao narrador são contados por este último ao amigo Souza Caldas, que, imediatamente após a saída de Guimarães, passa em sua residência para apanhá-lo e seguirem até a reunião da ABL:

- E que te disse o grande poeta? [perguntou Souza Caldas ao narrador]
- Que me disse? Ouve lá: disse-me que é, simplesmente, um infame, um ladrão.
- É possível?!
- Que esses versos que ele tem publicado aqui são efetivamente de Lelian Lassale, que os compôs em Nice, tomado de uma febre nervosa, em pleno delírio, como já tem acontecido a outros escritores notáveis. Que, depois, usando de recursos não os mais desculpáveis, ele conseguiu apoderar-se desses manuscritos, quiçá para satisfação de uma vaidade do homem urbano – a vaidade de escrever, que eu só não me atrevo a denominar um mal da época porque já danava o velho Horácio, sob Caesar Octavianus Augustus. Confessou-me que se atreveu a dá-los à publicidade, porque não supunha Lassale capaz de concebê-los de novo, havendo ele, por ocasião da enfermidade, perdido todo o conhecimento e a memória. Mas que, desde que tal aconteceu e o homem voltava a reconstruir toda a obra da sua nevrose, não tem forças para prolongar essa triste situação, mantendo o indecoroso embuste. Muito digno. Por isso, resolveu desaparecer, para sempre...
- Vai suicidar-se?!...
- Creio que não. Talvez siga para os Estados Unidos. (MACHADO, 1995a, p. 44-45)

O narrador, amigo de Sylvino Guimarães, confessa ao narratário que ficara perplexo com o que Guimarães lhe revelara. Contudo, afirma que “essas coisas incríveis” são rotineiras neste mundo: “Eu estava perplexo. Deixei-me ficar numa cadeira, olhando idiotamente para o teto de caixão da velha casa solarenga, ruminando essas coisas incríveis que fazem a tessitura cotidiana e ordinária da vida”. (1995a, p. 43-44)

A perplexidade do narrador frente ao exposto pelo amigo Guimarães, possivelmente deva-se, em boa parte, à questão que envolve a “satisfação de uma vaidade do homem urbano”, argumento usado pelo segundo para, talvez, justificar o crime que cometera. Dando seqüência à reflexão do amigo, o narrador dyoneliano comenta que a “vaidade de escrever” não é um “mal da época”; faz parte da história da humanidade, ou, conforme o exemplo por ele citado, faz parte da história dos homens de brio, como o grego Horácio.

No conto, o narrador estabelece séria crítica ao segmento dos estudiosos e a suas descobertas científicas. Sabe-se, pela coincidência das datas e por entrevista concedida pelo autor em 1979, presente em *Cheiro de coisa viva*, que a coletânea ora em estudo fora

elaborada no período em que Dyonelio Machado cursava Medicina na instituição hoje denominada Universidade Federal do Rio Grande do Sul: “No quarto ano de medicina, em 1927, já tinha um livro de contos publicado: *Um Pobre Homem*” (*O Pasquim*. Rio de Janeiro, p.18-19, 1979 apud GRAWUNDER, 1995a, p. 11). Mesmo assim, ou justamente por isso, os médicos pesquisadores e também literatos são alvo da ironia do narrador do conto dyoneliano. Dessa forma, Souza Caldas, entusiasmado, diz ao narrador que nessa reunião será dada, com propriedade, pelo conferencista dr. Magalhães, a “[...] verdadeira explicação do fato” (1995a, p.44). Por fim, ironicamente, o narrador afirma ao amigo Caldas que não deseja “[...] perder o trabalho de Magalhães sobre a dupla personalidade...”. (1995a, p. 45)

Assim, fica evidente, com a análise desse conto, a forte personalidade de Dyonelio Machado, seu amor pelas letras, seu estilo crítico e sem rodeios já no seu primeiro livro de ficção. Pode-se afirmar, com segurança, que *Um pobre homem* anuncia o estilo dyoneliano que será desenvolvido ao longo dos setenta anos de sua produção literária.

3.10 “Um pobre homem”

“Um pobre homem”, conto que dá nome à primeira obra ficcional publicada por Dyonelio Machado, é a última das narrativas que compõem a coletânea homônima, conforme a disposição dessas tanto na primeira como na segunda edição. O conto tem como temática o choque entre as relações de família e aquelas que se estabelecem em relações de natureza econômica, gerado pelo crescimento desenfreado do capitalismo.

O narrador testemunha de “Um pobre homem”, homem esclarecido – “doutor” – e amigo do protagonista, conta que este - um pobre homem – sofreu grande decepção quando, sua única filha – Nina - saiu de casa, aos dezoito anos, e se prostituiu. Todavia, após algum tempo decorrido, essa jovem mulher, atingida pela doença, voltara para casa. O pai a recebera tomado de alegria, sem exigir-lhe explicações. Contudo, nesse período em que foi abandonado pela filha, o agricultor, que esteve abatido e solitário, pois também já não tinha mulher - essa havia morrido por complicações no parto – encontra-se muito envolvido e entusiasmado com a possibilidade de crescer na vida por meio da aquisição de um trator. Por coincidência, a máquina, que foi comprada em prestações, é posta em atividade justamente no dia em que Nina, solitária e fraca, morre sem a presença e os cuidados do pai. Esse dá prosseguimento a seus planos e, com muito trabalho e doação, consegue transformar sua pequena propriedade em uma moderna granja. Então, somente nessa época é que ele se dá conta da perda da filha e do erro que cometeu.

Conforme o narrador, o pai de Nina, com sua vida vazia e pacata, aceitara os conselhos do amigo e sócio proprietário da empresa com a qual negociava, para que modernizasse sua propriedade mediante a aquisição de um trator. A máquina, segundo o amigo, além de substituir a precária mão-de-obra humana, iria ampliar sua produtividade:

De uma dessa feitas, um amigo, sócio da única firma com quem trabalhava, aconselhou-lhe desse maior impulso às plantações, aproveitasse os ótimos preços, a procura cada vez maior da mercadoria.

Maior impulso? Era bom dizer, mas fosse pôr em prática numa terra como a dele, terra de vadios, em que ninguém queria ir para o arado...

- Pois compre maquinarias, amigo! Compre um trator! E aí você não precisa mais de homens!

E aquela boa firma, que tanta confiança depositava na sua condição de homem honesto, trabalhador e econômico e uma confiança ainda maior no arroz – “o arroz não pode deixar-nos mal”, como muita vez ouvi dizer ao chefe da casa -, aquela boa firma encarregou-se logo de mandar vir catálogos, pedir preços, precipitar a transação. (MACHADO, 1995a, p. 100)

Percebe-se que a crítica traçada pela narrativa é bastante ampla. Destaca-se, num primeiro plano, a substituição dos homens pela máquina e, também, a valorização dos vínculos de natureza econômica em detrimento dos laços humanos. O empresário, antes de ser amigo, é negociante e, antes de confiar na honestidade do cliente, confia no bom período em que se encontra a comercialização do arroz.

Com esse enfoque, a narrativa tem continuidade ao destacar que a alegria do pai com o retorno da filha é imediatamente ofuscada pela compra do trator, que acontece no dia seguinte ao primeiro acontecimento. Com essa aquisição, é necessário concentrar todas as energias no trabalho a fim de pagar a máquina:

- Mas minha filha, por onde andastes?

Nina não podia falar, soluçando sobre o seu peito.

- Pois não precisas me dizer nada, minha filha! Chora, chora bastante, pra ver se te alivia! – e ele próprio chorava como uma criança.

Nina vinha doente. Na manhã seguinte, o pai foi chamado à cidade. Era a compra do trator que se ia decidir por fim. Esteve todo o dia e parte da noite tratando de negócios. Quando, pela manhã, voltou, soube que a filha tinha ido ao arroinho que passava perto da casa, lavar os míseros trapos que ainda lhe restavam. À hora do almoço ainda não havia voltado. O velho comeu só, relendo o contrato que assinara – porque a máquina fora adquirida para pagar em prestações. (MACHADO, 1995a, p. 100)

Embrenhado em seus planos, sonhos e obrigações, o pobre homem, como o denomina o narrador, não percebe que sua filha está cada vez mais fraca, de modo que, no dia em que o trator é posto para trabalhar - após todo um esforço para que a máquina chegasse até suas terras – sua filha morre:

Os planos bombardeavam freneticamente a cabeça do camponês, que se fizera timpânica como um tambor. E a sua granja interior ia-se silhuetaando pouco a pouco, ao contato daquele “colosso” de aço e bronze, que agia então, como certos corpos da química, em razão da sua simples presença. Era muito comum vê-lo agora curvado sobre o terreno duro de argila, como sobre um papiro escuro e misterioso, delineando construções, instalações novas, grandes melhoramentos.

Nina então definhava. Não pudera escapar à tísica, que a enchia de desânimo, de fadiga e de doçura. Já quase não saía do quarto. Nem mesmo para comer.

- Não tinha fome...

Todo o seu corpo palpitava na febre, como se fosse um tassalho de carne viva que assasse num brasedo. Um petiz – o filho de um posteiro do pai - a servia, como um pequenino enfermeiro. Mas não a serviu por muito tempo, não, porque uma tarde, quando o céu, que ela podia espreitar pela estreita janela, se tingia de um rubro mais sanguíneo, Nina expirava, com aquela face triste, como um cãozinho que morre, abandonado, num oitão deserto e sombrio.

O velho acabava de montar o trator. Havia perdido dias no transporte das peças desde a margem do rio até a “granja”. A sua instalação definitiva tomara um tempo enorme, mas que ele iria descontar – pois não? – quando pusesse tudo aquilo em movimento. (MACHADO, 1995a, p. 101)

As expressões antitéticas como “grandes melhoramentos” e “Nina [...] definhava”, bem como “Nina expirava” e “O velho acabava de montar o trator”, expostas na citação acima, ilustram a sobreposição dos interesses capitalistas e de sua lógica aos relacionamentos humanos, em especial, os familiares. Clarice Lispector, escritora contemporânea a Dyonelio Machado e que também pertenceu à corrente intimista, através da obra *Laços de família*, em conto homônimo, retrata situação semelhante. Na narrativa de Lispector, a ausência de laços é disfarçada pela convivência superficial e carregada de todas as futilidades que a sociedade capitalista impõe. Todavia, naquele conto, ainda há tempo para que algumas personagens envolvidas na trama se dêem conta da problemática e busquem novos caminhos.

Grawunder, em ensaio intitulado *Nas asas do borboleta: alegoria dyoneliana*, ao analisar a obra *O louco do Cati*, de Dyonelio Machado, fala das causas que geraram a resistência de editores e críticos em relação à obra do escritor. Para a estudiosa, entre esses fatores, está a utilização, pelo autor, de temáticas ainda não exploradas no circuito literário da época, ou não exploradas do modo como Dyonelio Machado decide fazê-lo:

Pelos exemplos podem ser compreendidas certas razões por que a inovação de linguagem introduzida por Dyonelio (vocabulário de camadas marginais) necessita do decurso do tempo para assimilação. Permeada da subjetividade de Manivela afirma-se no realismo social, antecipa temas e explora ambientes tão novos no literário da modernidade, como o novo tipo de prostituição que este observa, entre admirado e compadecido. (GRAWUNDER, 1995b, p. 41)

Ainda que Grawunder esteja, na citação acima, referindo-se à obra *O louco do Cati*, é possível relacionar sua afirmação àquilo que se verifica no conto em análise. No presente

conto, a mulher, prostituída, recebe do escritor respeito e acolhimento, mesmo, estando presente, em certo momento, a fala um tanto preconceituosa do narrador “doutor”, amigo do pai de Nina, que tenta conformá-lo pela perda da filha:

Era evidente que sofria. Muito. Procurei consolá-lo. Fiz ver que depois do “mau passo” era até preferível para a infeliz que morresse. Falei-lhe, tentando interessá-lo noutra ordem de idéias, nas chuvas que caíam regulares [...]. (MACHADO, 1995a, p. 102-103)

Nessa ocasião, anos depois da morte da filha, segundo informação do narrador, o agricultor procura seu amigo doutor, para desabafar e admitir que estivera tão envolvido com seus negócios que não dera atenção para Nina, nem mesmo tivera tempo de tomar consciência de sua morte. Somente agora, percebera os erros que havia cometido:

Foi por essa ocasião que um dia ele veio procurar-me. Vinha sucumbido, velho de dez anos mais. Penalizado, fi-lo passar para o meu gabinete. Sentou-se, de olhos baixos e úmidos, chapéu na mão, vergado como sob uma grande dor.

[...]

- [...] a minha filha morreu!

- Sim, morreu – disse-lhe eu com alguma aspereza. – Morreu sem os teus cuidados. Tu a abandonaste num quarto, sozinha, e agora te arrependes!... Eu já esperava.

[...]

- Escuta: por que só agora acordas? por que só agora choras a morte de tua filha? Eu me lembro que no dia em que ela morreu, tu estavas conformado, e com essas disposições foste ao cemitério e a enterraste... Entretanto, hoje vejo-te aí como ferido de morte, tu, que naquela ocasião não lhe derramaste uma lágrima... Que é que tinhas, então?

O bom do velho passou o lenço amarrotado pelos olhos. Sem fitar-me, envergonhado, numa voz submissa de desculpa, disse-me, de manso:

- O senhor sabe: naquele tempo eu só pensava na máquina... (MACHADO, 1995a, p. 102-103)

Assim, fica caracterizada a crítica de Dyonelio Machado ao capitalismo, que promove a máquina em detrimento do homem e/ou tende a transformar o homem em máquina, de modo que esse se torna um pobre homem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado demonstra que a obra *Um pobre homem* merece atenção, entre outras coisas, pelo fato de abordar a complexidade das relações humanas e das relações de poder que se estabelecem nos mais diferentes ambientes da sociedade e com as mais distintas camadas sociais. Dyonelio Machado trata, no início do século XX, de temas diversos daqueles que, comumente, estavam presentes na literatura, ou desenvolve essas temáticas de um modo peculiar. O escritor, já em sua primeira obra de ficção, instiga o desassossego, provoca o questionamento e pode despertar em seu leitor certa insatisfação com a realidade vigente, na medida em que lhe permite identificar com mais precisão as relações de poder às quais está submetido.

Para melhor compreensão do objeto de estudo escolhido, foi necessário recorrer a algumas teses de Michel Foucault. O filósofo francês, ao explicitar a maneira como acontecem, na prática, as relações de poder, colabora para elucidar os meandros da ficção dyoneliana, nas situações em que o escritor, com certa sutileza, ou de forma clara, realiza críticas a diferentes instituições ou a grupos detentores do poder. Foucault elucida os mecanismos do exercício do poder, suas teias e possibilidades; mostra que o poder se move, muda de direção e de detentor e que, para entendê-lo, é necessário aquilo que denomina de “genealogia”. Conforme o estudioso, a genealogia vai além dos saberes hierarquizados; procura o caminho inverso daquele percorrido pela erudição, buscando os discursos populares, aqueles que não foram institucionalizados.

Ao traçar a trajetória percorrida pelo poder enquanto exercício de dominação e/ou repressão, Foucault observa, na sociedade moderna, a justaposição do sistema de poder jurídico ao sistema de poder disciplinar, saberes ao mesmo tempo distantes e acoplados. Segundo o teórico, o poder jurídico, que teve início na Idade Média, para conferir

legitimidade às ações do rei, infiltra-se na Sociedade Moderna por meio das instituições que aplicam a lei e gera aquilo que o estudioso chama de poder disciplinar. De acordo com Foucault, esse novo saber de governo, que tem o amparo da legalidade para exercer ações de caráter repressivo, possui, como objetivo final de suas táticas, o controle da população através da polícia.

Também optou-se por retomar determinadas noções postuladas por Max Weber relativas à política e a seus atores, a fim de examinar o universo ficcional em questão à luz dos diferentes tipos de políticos identificados pelo teórico na classificação que propõe e de suas concepções em relação à política. Weber contribui para a melhor compreensão dos contos dyonelianos, por traçar a evolução da política enquanto vocação e apontar, baseado em seus estudos, as características que os políticos possuem ou deveriam possuir para desempenharem suas funções com eficiência.

É possível afirmar que o intelectual Dyonelio Machado - tal como demonstram suas memórias e seus contos - encontra-se bastante próximo daquilo que Weber denomina de político por vocação ou líder. Se, por um lado, a responsabilidades por atos praticados, a preocupação com o bem comum e o idealismo são pontos fortemente defendidos pelo cidadão e escritor; por outro, o combate à “ vaidade vulgar”, à falta de objetividade e à irresponsabilidade na realização de ações, bem como o apego às aparências são abominados. Dyonelio Machado parece reunir em si a “ ética das responsabilidades”, que tem como marca maior o emprego da razão, e a “ ética das últimas finalidades”, que faz uso de forte emoção, características essas que Max Weber diz serem essenciais em um político por vocação, pois estabelecem o que o estudioso chama de união dos contrastes.

Os sete contos que compõem o primeiro capítulo de análise, “ Vida/morte e as complexidades humanas” retratam, ao tratar da morte, o idealismo do escritor, associado a certo desconforto social. Vida e morte não são vistas pelo escritor como situações que reportem à finitude humana, mas como uma passagem, uma viagem que, na maioria das vezes, é representada pela metáfora do trem, que leva a outro espaço, o desconhecido. As crianças e a arte literária (escultura, pintura literatura) são abordadas como sinal de libertação e fruição. Já as relações de poder associadas ao capitalismo, ao uso abusivo do poder em diferentes instâncias públicas (executivo, legislativo, judiciário) ou particulares, bem como o crescimento urbano desenfreado que leva ao individualismo, simbolizam a degradação do ser humano.

O segundo capítulo de análise, denominado “ O desajuste do homem moderno frente ao progresso, ao capitalismo e ao desejo de poder”, apresenta, como eixo central dos dez

contos aí examinados, relações de poder oriundas do capitalismo, nas quais estão envolvidos a falta ou o excesso de dinheiro. Gravitam, em torno dessa temática, outros temas a ela relacionados, tais como o preconceito e a exclusão gerados pelas diferenças sociais, o desemprego, a prostituição e a degradação das relações familiares. A necessidade de autoconfiança e de determinação também é enfatizada pelo autor como fator determinante para a superação de certas situações com as quais suas personagens se deparam.

Aliada à crítica ao uso inadequado do poder por parte de diferentes instâncias que têm, a seu favor, a legitimidade, encontra-se, nos contos dyonelianos, a desaprovação à imprensa. Essa, segundo o olhar do autor, na grande maioria das vezes, não possui críticos literários competentes e desapegados de interesses pessoais, nem mesmo profissionais que se comprometam com o bem coletivo na tarefa de divulgar suas verdades.

É a propósito desse estilo de escrita que Maria Zenilda Grawunder afirma ser necessário conhecer “o outro” a quem o discurso dyoneliano se opõe. Esse “outro” seria o discurso institucional e as relações de poder por ele desencadeadas:

É sobre o espírito do discurso desse outro que Dyonelio constrói o seu, é a sua retórica em relação à retórica institucional numa troca de mensagens que, em tudo, é dialógica; é o diálogo de duas enunciações, a individual do autor com o leitor e a institucional, em oposição. O problema da interpretação está em saber sob que ângulo dialógico eles se confrontam, o que pode ser conseguido mesmo que não se saiba nada sobre o “autor real”, mas do qual o curso e discurso de vida, confrontado com o contexto que envolveu a sua produção artística, podem facilitar a compreensão [...]. (GRAWUNDER, 1997, p. 129)

Dyonelio Machado, com o intuito de representar e de denunciar as relações humanas e de poder vigentes em sua época, reporta-se a situações, fatos e locais variados. Nos contos analisados, foram detectadas relações humanas e de poder conflituosas e/ou desiguais entre membros de uma mesma família, em especial entre pai(s) e filho(s); patrão e empregado; figuras ligadas à realidade e ao misticismo; indivíduos do sexo masculino e do sexo feminino; Estado e população; a lei, a imprensa e a ciência; os poderes legislativo, executivo e judiciário; os representantes da medicina e da ética; o capital e o social, o chefe do exército e seus subordinados. Tais práticas de poder apresentam-se ora com sutileza, ora de forma explícita e, na grande maioria das vezes, as narrativas não trazem respostas ou soluções para os questionamentos provocados ou para as denúncias realizadas; antes propiciam a reflexão.

Após esse estudo, pode-se afirmar que Dyonelio Machado foi um homem insatisfeito com seu tempo, ou melhor, com as relações humanas e de poder empregadas na época em que viveu. Assim, ainda jovem, em sua primeira obra ficcional, o escritor deixa como legado, a

seus leitores, o estímulo ao questionamento, à indagação, à inquietude, à tomada de consciência e à posterior denúncia daquilo que se entende como injusto e ilegítimo. Essa é, na visão do autor, uma das formas de contribuir para a realização de seu sonho: a instauração da igualdade social.

Desse modo, ao examinar as práticas de poder que Dyonelio Machado representa em seus contos, tem-se uma visão mais ampla da importância de seus textos ficcionais, tanto no âmbito social como no âmbito pessoal. Através da literatura intimista do escritor, o leitor, compartilhando as experiências vivenciadas pelas personagens, pode avançar no processo de autoconsciência e na compreensão do mundo que o cerca. Essas são, portanto, algumas das características que fazem da obra *Um pobre homem*, um texto instigante.

REFERÊNCIAS

- BORDINI, Cecília Machado. Um homem de muitas paixões. In: BARBOSA, M. H. S.; GRAWUNDER, M. Z. (Org.). *Cadernos Porto & Vírgula - Dyonelio Machado*. Porto Alegre: Unidade Editorial, n10, 1995. p.76.
- BOUDON, Raymond; BOURRICAUD, François. *Dicionário crítico de sociologia*. Tradução Maria Letícia Guedes Alcoforado e Durval Ártico. São Paulo: Ática,1993.
- CARROLL, Lewis. *Alice no país das maravilhas*. Tradução de Rosaura Eichenberg. Porto Alegre: L&PM, 1998.
- CERVANTES SAAVEDRA, Miguel de. *Dom Quixote de La Mancha*. Tradução Viscondes de Castilho e Azevedo. Porto Alegre: L&PM, 2005.
- CORTESÃO, Jaime. *A carta de Pêro Vaz de Caminha*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1994.
- D'ONOFRIO, Salvatore. *Literatura Ocidental: autores e obras fundamentais*. 2. ed. São Paulo: Ática, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução Roberto Machado. 21. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.
- FREITAS, Décio. O intelectual e a política. In: BARBOSA, M. H. S.; GRAWUNDER, M. Z. (Org.). *Cadernos Porto & Vírgula - Dyonelio Machado*. Porto Alegre: Unidade Editorial, n10, 1995. p. 57 – 60.
- GAGLIETTI, Mauro. Arqueologia de um político e suas circunstâncias. In: BARBOSA, M. H. S.; GRAWUNDER, M. Z. (Org.). *Cadernos Porto & Vírgula - Dyonelio Machado*. Porto Alegre: Unidade Editorial, n10, 1995. p. 51 – 56.
- GRAWUNDER, Maria Zenilda (Org.). *O cheiro de coisa viva: entrevistas, reflexões dispersas e um romance inédito: O estadista*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1995a.

_____. Nas asas do borboleta: uma alegoria dyoneliana. In: BARBOSA, M. H. S.; GRAWUNDER, M. Z. (Org.). *Cadernos Porto & Vírgula - Dyonelio Machado*. Porto Alegre: Unidade Editorial, n10, 1995b. p. 30 – 42.

_____. *Instituição literária: análise da legitimação da obra de Dyonelio Machado*. Porto Alegre: EDIPUCRS; IEL, 1997.

HOHLFELDT, Antônio. *Dyonelio Machado*. Letras Rio-Grandenses 10. Porto Alegre: IEL, 1987.

JAUSS, Hans Robert. *A história da Literatura como provocação à teoria literária*. Tradução Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.

JOUVE, Vincent. *A leitura*. Tradução Brigitte Hervor. São Paulo: UNESP, 2002.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. Porto Alegre: L&PM, 1998.

LISPECTOR, Clarice. *Laços de família*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MARTINS, Cyro. *Um escritor aberto ao espanto*. In: BARBOSA, M. H. S.; GRAWUNDER, M. Z. (Org.). *Cadernos Porto & Vírgula - Dyonelio Machado*. Porto Alegre: Unidade Editorial, n10, 1995. p. 11 – 15.

MACHADO, Dyonelio. *Fada*. São Paulo: Moderna, 1982.

_____. *Um pobre homem*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995a.

_____. Memórias de um pobre homem. In: GRAWUNDER, Maria Zenilda (Org.). *O cheiro de coisa viva: entrevistas, reflexões dispersas e um romance inédito: O estadista*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1995b. p. 69-144.

_____. *O louco do Cati*. 5. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2003.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. Tradução Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2007.

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 89. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

REIS, Carlos. *O conhecimento da Literatura: introdução aos estudos literários*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. *O pequeno príncipe*. 48. ed. Rio de Janeiro: Agir, 2003.

SANTIAGO, Silviano. Uma ferroada no peito do pé: dupla leitura de “Triste fim de Policarpo Quaresma”. *Vale quanto pesa: ensaios sobre questões político-culturais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 170.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Org. e Introdução H.H. Gerth e C. Wright Mills. Tradução Waltensir Dutra. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982.

ZILBERMAN, Regina. *A Literatura no Rio Grande do Sul*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.